

adernos do

terceiro mundo

**SAHARA
ESPECIAL**

ilho / 1981 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 120,00 - Ano IV - nº 35

israel

TERROBORGISMO NUCLEAR

da e vantajosa -
ativa militar
tanto as Forças
rincheiras e

ta em França -
correlação das
ara. Mitterrand
rente Polisario

os leitores uma
os agressores.
da República
consequências
conflito deixou

oa, esteve no
Alberto
especialista do

a Europa onde
nio Silva,
alidades
rtuguês,
s melhores
seu país.



INDIPENDENCIA

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

A "surpresa" do sr. Begin

A agressão de Israel a um reactor do Iraque apanhou toda a gente de surpresa – inclusive nós. Estávamos com a edição praticamente pronta quando a notícia explodiu no mundo. Não podíamos deixar que o acontecimento se diluísse com o tempo, devido à sua importância para todas as nações do Terceiro Mundo, como também considerámos que o assunto merecia ter destaque prioritário na revista. Portanto, partimos rapidamente para a realização de matérias e análises que dessem ao nosso leitor um correcto entendimento do quadro político da região, mesmo que isso implicasse um pequeno atraso na circulação, assim como a substituição da matéria de capa.

O excelente material sobre a luta de independência no Sahara que tínhamos preparado (a capa já estava pronta, concepção e desenho do nosso mais novo colaborador, o Willy), ia ser destaque da edição. Tínhamos o entusiasmo da organização e preparação de um assunto importante para todos aqueles que se interessam pelas lutas de libertação do Terceiro Mundo e praticamente não têm informação sobre o que se passa nas quentes areias do deserto.

Mas o impacto da agressão israelita pesou mais. Resolvemos, no entanto, aproveitar a capa de Willy e fizemos um encarte na revista, o que, a nosso ver, mantém o destaque que queríamos dar à questão do Sahara.

Um outro assunto de que gostaríamos de informar os leitores é a nossa participação – agora mais activa depois de um ano com a edição brasileira – em seminários e debates que discutem os problemas nacionais e internacionais. Estamos co-organizando o 1.º Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, iniciado a 23 de Junho, com o tema, «O projecto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia». No dia 21 de Julho será discutida «A questão da terra na Amazônia: latifúndio, posseiros e Índios» e em 25 de Agosto «A política global para a Amazônia sul-americana».

Aliás a oportunidade desta iniciativa dá-se num momento importante para nós: começaremos, a partir de agora, a penetrar mais a fundo nos problemas brasileiros e, para isso, estamos a trabalhar numa grande matéria sobre as principais questões que envolvem hoje a Amazônia, um dos assuntos principais da nossa próxima edição.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissau
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

● Edições em português

ANGOLA — CABO VERDE
MOÇAMBIQUE — PORTUGAL
— S. TOMÉ E PRÍNCIPE

GUINÉ-BISSAU

Editor
Altair Campos
Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão
Revisão
Estevam Reis
Tricontinental Editora Ld.ª
Calçada do Combro, 10-1.ª
T. 320650 — Lisboa 1200
Serviços Comerciais e Publicidade
José C. Figueiredo
Composição e Impressão
Renascença Gráfica e
Gráfica Europam. Ld.ª
Distribuição
CDL — Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.
Representantes
Angola
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda
Moçambique
Ezevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153 — Maputo
T. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair Campos
Secretário de Redacção
Nilton Caparelli
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033
Arte
Maria Nakano
Carmem Saporetti
Cópidesque
Francisco Viana
Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães
Publicidade
Jesus Antunes

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), WAFI (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Irém Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seicheles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Documentação e Arquivo

Lídia Freitas
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição
Homero Souza
Fotolito
Colorido
Colorido Stúdio Gráfico Lt.ª
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado
Impressão
Capemi Editora e Gráfica Lt.ª
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596
editoria terceiro mundo Lt.ª
Rua da Lapa, 180
(sobrelaje - A-) Tel.: 242-1957
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ)
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2195 — P. 209/73

● Edições em espanhol

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editoria periodistas del tercer mundo a.c.
salle California, 98A — Coyacán
México, 21 DF — teléfono: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF
BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA
(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono: 724-712

● Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Publicações destinadas a informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 801 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205, Quito. Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendipex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23 rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Bookhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uccita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humbolt No.47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrots de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1, PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65 th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfermüller, Jeringstr. 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoe a Pte. Brion, Caracas.

Neste número

- 1 aos leitores: a surpresa do sr. Begin
- 2 correio
- 5 **editorial:** França, uma grande potência de esquerda

Matéria de capa

- 9 terrorismo nuclear, *Neiva Moreira*
- 16 Mossad, operação 007
- 19 **Irão-Iraque:** a guerra continua

Médio Oriente

- 23 **Golfo árabe:** Príncipes do Golfo, uni-vos, *Abdulrahman Yussif*

África

- 25 **OUA:** êxitos na Cimeira, *Gabriel Omotozo*

América Latina

- 27 **Nicarágua:** o «mau exemplo» da revolução

Ásia

- 32 **Timor-Leste:** condenada agressão Indonésia

Petróleo

- 35 o jogo saudita, *Agustin Castaño*
- 37 OPEP: em busca de nova imagem, *Francisco Viana*
- 39 **Angola:** autodeterminação e desenvolvimento, *Jorge A. de Moraes*

Norte - Sul

- 44 A fome pode esperar, *Baker Kamal*
- 47 Um passo em frente contra as transnacionais, *Pablo Piacentini*
- 50 **Seychelles:** «a solução somos nós mesmos», *Makwaia Kuhenga*
- 52 A cooperação começa em casa, *Said Madani*

Cultura

- 54 A mensagem de Bob Marley, *Brian Meeks*
- 56 **Panorama Tricontinental**

Sahara: a batalha da independência

- 61 Por dentro da guerrilha, *Baptista da Silva*
- 71 Uma «Linha Maginot»
- 72 Nasce um país no deserto
- 77 A guerra vista pelos vencidos
- 80 A história da resistência
- 85 Marrocos: um regime em crise, *António Silva*
- 89 Mauritânia: no centro do conflito, *Lamine Ahmed*
- 92 Sahara-Washington: a ilusão de Hassan
- 94 Mohamed Lamine: «não fazemos a guerra pela guerra».
- 96 Que referendo para o Sahara?





DIBUJOS INFANTILES

Justiça e Não-Violência

A direcção deste Secretariado, preocupada com a sorte dos nossos irmãos da Não-Violência na Argentina, traçou alguns planos de acção, entre os quais, a elaboração de um documento de protesto a ser enviado ao Governo argentino. Vimos, por meio desta carta, convidar os leitores dos cadernos a cerrar fileiras, a nível individual ou de grupos a que pertençam, em favor desses irmãos perseguidos, a nosso ver, injustamente. Enviem cartas a Adolfo Esquivel e a sua família e manifestem-se através da imprensa ou de outros meios de comunicação. Endereço de Adolfo Esquivel: España 890, San Isidro, Buenos Aires, Argentina.

Secretariado Nacional pela Justiça e Não-Violência, São Paulo, Brasil.

Amazónia

(...) Os nossos governantes (!) continuam a esconder do país a verdadeira importância da venda da nossa Amazónia. Toma-se necessário que uma revista como os cadernos publique um dossier completo sobre mais esta espoliação do Terceiro Mundo.

J. G. Chaves, Porto Alegre, Brasil

Minorias

(...) Referindo-se ao Brasil, quero destacar que as minorias oprimidas neste país merecem enfoques especiais por parte dos cadernos, especificamente negros, índios, mulheres e homossexuais.

Josué C. Gonçalves, Salvador, Brasil.

Destaque ao feminino

(...) penso que deveriam conceder maior espaço e regularidade na publicação de rubricas de carácter feminino, escrevendo sobre as condições (e problemas) das mulheres do Terceiro Mundo.

Kakulua Garcia, C. P. 3691, Luanda, R.P. de Angola

Saber a verdade

Porque é que, apesar das características dos cadernos do terceiro mundo, não incluem uma rubrica especial com um título do tipo «Ponto quente», «internacionalismo», ou «acontecimentos actuais» para incluir temas como a verdade sobre Bob Sands e os patriotas irlandeses e a luta do seu povo ou a verdade sobre as eleições francesas.

(...) Seria, pois, um pequeno título que nos ia dizendo coisas sobre acontecimentos do mundo capitalista e não do Terceiro Mundo mas que têm, ou podem vir a ter, reflexos sobre esse mesmo Terceiro Mundo.

Dr. José Tamagnini, Tomar, Portugal.

Norte-Sul

(...) Penso que o melhor tratamento que têm dado às questões Norte-Sul são um excelente contributo para a (in)formação dos leitores portugueses, normalmente privados (ou alheados) desse tema.

Jorge Matias, Lisboa, Portugal

A nova política francesa

(...) Julgo não ser novidade para ninguém que a chegada ao poder, em França, dos socialistas (e comunistas) vai ter reflexos importantes na política externa daquela potência europeia, particularmente em África.

Sugiro, por isso, um dossier sobre este actual tema, como aqueles a que os cadernos do terceiro mundo já nos habituou.

José M. Mendes, Porto, Portugal

Ecoss do Brasil

Apesar da vossa revista ter a sua sede no Rio de Janeiro, os cadernos tem-nos dado pouca informação do que naquele país se vai passando. Afinal quais têm sido os limites da proclamada «abertura»?

Para quando as eleições?

J. Rufino, Faro, Portugal

Intercâmbio de correspondência

Artur B. C. Silva Neto
C.P. 51 – Waco Kungo, Ceta – Rep. Pop. de Angola
Pedro Cavunduri Muachissengue
a/c de Augusto Faz-Tudo – C. P. 15
S.O.R.A., Dundo, Diamang – Rep. Pop. de Angola
Pedro H. Palmira
Apartado 2034 – Huambo – Rep. Pop. de Angola
Kakulua Garcia
C.P. 3691 – Luanda – Rep. Pop. de Angola
Helder J. F. Oliveira
C.P. 138 – Ondjiva – Prov. do Kunene – Rep. Pop. de Angola
José Lino
C.P. 2204 – Huambo – rep. Pop. de Angola
Moisés Santos Miguel
C.P. 1119-C – Luanda – Rep. Pop. de Angola
António P. Umaro Baló
C.P. 170 – Bissau
Guiné-Bissau
Emílio Konrath
C.P. 04 – CEP 95590 – Tramandai-RS – Brasil

França: uma grande potência de esquerda

COM as eleições francesas a direita sofreu a maior derrota dos últimos anos na Europa (pelo menos desde o pós-guerra) enquanto que a esquerda obteve o seu triunfo mais promissor. Este é o significado da vitória eleitoral do líder socialista François Mitterrand que, por ser a França uma potência capitalista e neocolonial, se repercute no conjunto da política mundial e, em particular, nalgumas zonas do Terceiro Mundo, onde a influência de Paris é ainda determinante.

Antes desses acontecimentos, havia a preocupação sobre um possível auge das forças conservadoras no Ocidente, decorrente da crise do sistema capitalista que poderia impulsionar um assento geral dos partidos de direita.

O que se verificou na França não autoriza a supor um fenómeno inverso. Isto é, uma viragem do velho continente em direcção à esquerda. Porém, contrabalançou, num sentido progressista, o mapa político da Europa Ocidental e altera as relações de força no Ocidente. A eleição de Mitterrand foi alcançada por uma margem clara e projectou uma dinâmica sem precedentes sobre as eleições de Junho. Nestas, os socialistas conquistaram a maioria absoluta dos lugares parlamentares e juntamente com os comunistas têm mais de dois terços da Assembleia Nacional em seu poder. A direita ficou reduzida a uma minoria que ocupa menos de um terço dos lugares.

Assim, a esquerda assume o governo da França após um verdadeiro plebiscito que lhe dá um domínio total dos órgãos constitucionais. Conta com todos os instrumentos para aplicar a fundo o pro-

grama socialista e na medida em que execute eficazmente as nacionalizações e as reformas prometidas, o seu êxito terá um estimulante efeito para as esquerdas europeias, que em vários países são reais opções de governo.

A França, Alemanha Federal e Grã-Bretanha são os centros decisivos de poder na Europa capitalista. No primeiro, encontra-se hoje um governo socialista, no segundo, um social-democrata e no terceiro, um conservador. Este último é actualmente o elo mais débil da corrente.

Margaret Thatcher obteve em Maio de 1979 um triunfo esmagador sobre o Partido Trabalhista, e pareceu então que este necessitaria de muitos anos para recuperar. Porém, a primeira-ministra adoptou uma orientação que pode ser classificada de extrema-direita no aspecto económico e social, por prejudicar, de modo directo, a grande maioria da população e por não apresentar eficiente gestão do aparelho administrativo.

A situação é, agora, totalmente oposta à de dois anos atrás. A primeira prova disto foram as eleições municipais de Maio, quando os candidatos trabalhistas alcançaram triunfos retumbantes. As cifras indicam que, se fossem chamados hoje para votar, os britânicos elegeriam, por ampla margem, o Partido Trabalhista.

Há, além disso, um aspecto qualitativo que surge destas eleições, as primeiras depois da cisão no Partido Trabalhista, na qual a ala centrista se separou e formou o Partido Social-Democrático.

Este grupo obteve uma baixa percentagem de votos nessas eleições e a sua saída deixou o velho

partido nas mãos dos sectores mais progressistas, ou seja, já não actua nas suas fileiras o contrapeso da ala direita. Há, portanto, também na Grã-Bretanha uma forte guinada em direcção à esquerda. Ainda que o seu mandato deva, em princípio, vigorar até 1984, o governo conservador – o mais firme aliado do presidente norte-americano Ronald Reagan – está hoje debilitado e desconcertado.

No governo da Alemanha Federal encontra-se o Partido Social Democrata, que tal como o Partido Socialista francês, é membro da Internacional Socialista. No entanto, o partido do chanceler Helmut Schmidt é moderado e, além disso, para conseguir maioria parlamentar teve de se aliar ao Partido Liberal, estreitamente vinculado aos núcleos empresariais.

Este governo, de centro-esquerda, é uma alternativa relativamente progressista em relação às forças conservadoras. Na opinião de alguns observadores, ele estaria debilitado em consequência de dificuldades económicas conjunturais. Mas, conseguindo superá-las, estará em boa posição quando o parlamento for renovado, em Outubro de 1984.

A estreita colaboração entre a França e a Alemanha é um factor fundamental para a política europeia. Apesar da diferença de orientação dos seus governos, o eixo Paris-Bona tem procurado nestes anos estabelecer uma posição independente, ajustada aos interesses europeus e isso tem caracterizado as suas diferenças com os Estados Unidos.

No momento em que Reagan procura ansiosamente estabelecer a sua liderança dentro da aliança atlântica – imprimindo-lhe um rumo ainda mais agressivo que o do seu predecessor – era de importância primordial a resposta dos seus interlocutores europeus e particularmente do eixo Paris-Bona. É verdade que nesta matéria não são significativas as discrepâncias entre Mitterrand e o seu antecessor, Valéry Giscard D'Estaing. Este, como

se sabe, assumiu uma postura independente em relação à União Soviética, retirando força à pressão ocidental contra Moscovo. Mas é evidente que se o presidente socialista, além de manter a posição independente com relação à URSS e, ao mesmo tempo, concretizar o seu programa de governo – que inclui sólidas relações com Bona – aprofundará as suas contradições com os Estados Unidos.

Do encontro celebrado no dia 24 de Maio em Paris, entre Mitterrand e Schmidt, ficou claro que a privilegiada relação entre as duas potências se manterá e se consolidará. Porém, na visão do dirigente socialista, a partir de agora este não será um eixo fechado – talvez nem se volte a empregar este termo – e sim uma plataforma aberta aos restantes países da comunidade europeia. É, portanto, a nível continental que Mitterrand espera articular o ideal de independência.

Por tudo isso, o quadro europeu, após 10 de Maio, manifesta-se adverso à política que tentam impor os Estados Unidos. No Terceiro Mundo, a maior repercussão será sentida nas nações africanas dependentes de Paris. O actual presidente foi um crítico severo das inter enções decretadas no contexto da política cruamente neocolonialista de Giscard D'Estaing, principalmente no Chade e na República Centro-Africana.

Nestas nações, a novidade consistirá numa maior margem de manobra interna e externa, assim como serão mais difíceis os vínculos do governo francês com os regimes mais reaccionários. Estes, de facto, viram com preocupação a mudança no Palácio do Eliseu. É o caso, por exemplo, de Marrocos, que perderá o apoio que lhe dispensava Giscard D'Estaing e terá no seu lugar um defensor da autodeterminação do povo Sarahui. Ou David Dacko, colocado na presidência da República Centro-Africana por ordem do ex-presidente francês.

Quanto ao regime de minoria branca da África do Sul, o programa socialista cataloga-o como o executor de «uma das maiores injustiças do nosso tempo» e o **apartheid** como «a desavergonhada exploração do homem pelo homem».

As ditaduras do Terceiro Mundo, e especialmente as da América Latina, terão em Paris um severo censor. Símbolo desta atitude coerente com a ideologia socialista é a esposa de Mitterrand, organizadora do Comité Francês de Solidariedade com El Salvador e América Latina. Assim, de uma indiferença pragmática face aos regimes repressivos e às suas violações dos direitos humanos, o governo francês passará para uma tomada de posições enérgicas e claras.

Na política externa do novo presidente há, contudo, um ponto negativo. Ao contrário de Giscard D'Estaing, que guiado pelos interesses económicos da burguesia empresarial havia estabelecido boas relações no mundo árabe, Mitterrand é um amigo de Israel.

O dirigente socialista havia anunciado que se fosse eleito presidente gostaria de fazer uma visita a Israel, onde a notícia da sua vitória foi saudada com júbilo.

Resta ver até que ponto ele concretizará a sua simpatia em relação a Israel. Numa recente entrevista, Mitterrand pronunciou-se a favor de uma «pátria» palestina que tenha uma «estrutura estatal, nos limites do respeito aos princípios internacionais que se fundamentam nos direitos do homem, no direito dos povos de se autogovernarem e na solução pacífica dos conflitos».

Custa imaginar o chefe de Estado francês em silêncio perante as agressões militares israelitas no Líbano. Por outro lado, deverá levar em consideração os interesses do seu país no Médio Oriente.

Por isso é que, apesar dos antecedentes deste assíduo visitante de Israel, deverá ser analisado com cautela o seu comportamento nesta questão.

A condenação do bombardeamento israelita à central nuclear de Bagdade, assim como o pedido de que Israel pague ao Iraque os danos causados, é um dos indícios de que o governo de Paris está a adoptar uma posição mais equilibrada do que fariam supor algumas declarações do candidato Mitterrand acerca da região.

Mas, em termos gerais, a mudança em França é benéfica para o Terceiro Mundo. Giscard D'Estaing governou para as grandes empresas, que fazem parte do conjunto das transnacionais que explora os países subdesenvolvidos. Mitterrand é a alternativa a esta política e foi eleito por socialistas e comunistas, apesar de não apresentar um programa unitário entre ambos os partidos. Durante a sua administração será fortalecido o sector público em detrimento do privado, por meio de nacionalizações, inclusive a nacionalização do nevrálgico sector bancário.

No novo governo há uma inclinação explícita em direcção ao Terceiro Mundo e ao diálogo Norte-Sul. Um dos pontos do seu programa fixava um aumento – de 0,3% para 0,7% do produto nacional bruto – da cooperação económica com as nações subdesenvolvidas. Além disso, será feita uma revisão a respeito do problema das bases militares, dos acordos de cooperação militar e do fornecimento de armas fora do cenário europeu.

A instalação de um governo popular na França significa uma mudança total nesta potência e uma modificação no sentido progressista das relações de poder à escala internacional. Esta conclusão é reforçada pelo facto de que o sistema estatal centralista outorga grandes poderes ao chefe de Estado e lhe proporciona um extenso mandato (sete anos) para cumprir o seu programa. Parecem portanto, fundadas as esperanças que a eleição em França, (país de vasta cultura que é a quarta potência económica capitalista e a quinta de todo o planeta) despertou em todo o mundo. □

O
de
sã
br

Es
e

LEIA AUTORES PORTUGUESES **ECA de QUEIROZ**



Col. «Livros de Bolso Europa-América»



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

UMA EDITORA DE DIMENSÃO EUROPEIA

Ap. 8 — 2726 Mem Martins Codex

TERRORISMO NUCLEAR

*Begin sabia que o Iraque não fabricava bombas atômicas.
O ataque israelita ao reactor teve outra dimensão:
atingir o desenvolvimento
do poder científico e tecnológico do Mundo Árabe*

Neiva Moreira

NO dia 7 de Junho passado, aviões F-15, protegidos pelos ainda mais sofisticados modelos F-16, de fabricação norte-americana, atacaram as instalações do reactor nuclear do Iraque, situado em Tamuz, a poucos quilómetros de Bagdade. Os aviões israelitas voaram mais de 1000 quilómetros até atingirem o seu alvo. Embora a rota escolhida se mantenha oficialmente secreta, é evidente que os 15 aviões atacantes sobrevoaram o território da Jordânia e da Arábia Saudita. A artilharia anti-aérea iraquiana reagiu ao ataque, mas não há notícia de baixas entre os agressores.

Coube ao próprio primeiro-ministro Menahem Begin anunciar o *raid* e descrever, triunfalmente, o êxito da operação, apresentando-a

como uma «medida preventiva» contra um eventual ataque nuclear por parte do Iraque. Tal como Hitler e o alto comando alemão nos seus comunicados sobre operações de «*blitzkrieg*» na Segunda Guerra Mundial, Begin foi parco na justificação da agressão, fazendo pouco caso das reacções internacionais e sendo extremamente pretensioso no que se refere à eficácia do bombardeio.

Segundo observadores ocidentais, a opinião pública de Israel reagiu entre o orgulho e a perplexidade. O *Likud*, agrupamento político de extrema-direita, liderado por Menahem Begin, apressou-se a capitalizar os frutos da agressão. A tendência do eleitorado — que o beneficiava desde a crise dos mísseis sírios instalados no Líbano — inclinou-se

ainda mais a seu favor, após o ataque.

Nos meios dirigentes de Israel, alguns sectores consideraram essa iniciativa belicista como uma vitória táctica, mas estrategicamente perigosa para o futuro do país. As críticas tornadas públicas foram, no entanto, irrelevantes e meramente formais. Mesmo o Partido Trabalhista, chefiado pelo ex-primeiro-ministro Shimon Peres, limitou-se a protestar contra o carácter eleitoralista do aproveitamento do êxito militar, mas não teve a coragem de denunciar a operação em si, para não enfrentar o chauvinismo de sectores do eleitorado estimulado pelos meios de comunicação, e para não entrar em confronto com a ultra-direita israelita.

TERRORISMO NUCLEAR

Quem ajudou Begin?

A história da operação ainda está incompleta. O que se sabe até agora é fragmentário, frequentemente tendencioso. Mas, nenhuma análise pode deixar de partir do facto de que se os Estados Unidos não tivessem transformado Israel numa base militar, altamente armada e adestrada, seria impossível um ataque desse porte.

Os aviões utilizados são de uso virtualmente exclusivo da força aérea norte-americana. A sua exportação depende, sempre, de procedimentos legislativos e da licença expressa do presidente dos Estados Unidos.

No caso de Israel, os aviões foram entregues à sua aviação com a aparente ressalva de que não seriam utilizados em operações ofensivas — uma cláusula puramente diplomática, destinada apenas a tranquilizar os aliados árabes de Washington, nomeadamente a Arábia Saudita.

A decisão de Reagan de embargar a entrega a Israel de mais quatro aviões F-16, anteriormente cedidos, é ineficaz. A força aérea israelita dispõe de numerosos desses aparelhos e pode perfeitamente esperar que passe a onda para exigir que novas esquadrilhas lhe sejam fornecidas.

Independentemente do facto de que a política expansionista de Israel está solidamente apoiada nos Estados Unidos são crescentes os indícios e as especulações de que o *raid* fora directa ou indirectamente, ordenado com o prévio conhecimento norte-americano. As «fugas» e certas denúncias da imprensa,

confidências e até documentos permitem admitir que alguém em Washington — e gente com poder real — conhecia as intenções de Begin e as apoiava.

É sabido que nos Estados Unidos nem sempre se conhece onde termina o poder público e começa o das transnacionais. Talvez fosse mais simples encarar ambos, Estado e empresas privados como ramos de uma mesma árvore — o complexo industrial-militar de que falava o presidente Eisenhower, este sim, é o poder real no país.

O reactor iraquiano estava a ser construído pelos franceses. Isto provocou resistências das empresas norte-americanas que tinham aspiração ao contrato, um dos maiores empreendimentos científicos e industriais no Médio Oriente. No Departamento de Estado, a contratação com os franceses da gigantesca obra provocou protestos e frustrações, mas, em geral e como é do figurino, recorreram-se a pretextos para combatê-la embora o centro da questão fosse a construção do reactor nos termos em que se efectuou.

Begin, cuja vida esteve quase sempre dividida entre a espionagem e o terrorismo, conhecia muito bem essa situação. Ele conta com poderosos informadores em Washington e sabe que tem aliados sólidos no coração do poder norte-americano.

Quando enviou os seus aviões para o ataque, partia de algumas certezas incontestáveis: 1) a operação convinha aos seus interesses políticos e eleitorais; 2) ajustava-se perfeitamente à concepção expansionista de um Israel dominador desde o Eufrates até ao Nilo; 3) não tinha dúvidas de que a agressão seria bem recebida em determinados sec-

tores do mundo dos negócios e do aparelho militar norte-americanos.

O papel de Sadat

Outro indicador de que gente em Washington andava perto do projecto de Begin é o obscuro papel reservado ao dirigente egípcio Anuar El Sadat, antes e depois do ataque a Tamuz. Três dias antes do *raid* Sadat havia participado numa reunião com Begin em Sharm-el-Sheik, num clima dominado pelas críticas de ambos aos governos do Iraque, da Líbia, da Síria e, também, da União Soviética.

Esse encontro havia sido preparado pelo general Ariel Sharon que, embora ocupe o posto de ministro da Agricultura do governo Begin o que exerce, realmente, é a função de principal conselheiro militar do primeiro-ministro. Sharon esteve com Sadat a 19 de Maio e, já então, conhecia os planos para o bombardeamento do reactor iraquiano. Além de Begin e do general Eitan, chefe do Estado-Maior de Israel, só ele havia tido acesso ao projecto em andamento.

No Mundo Árabe, há a convicção, em muitos círculos, de que Sadat foi avisado do ataque. Na hipótese mais benévola, crê-se que Sharon e Begin deixaram ao entendimento do mandatário egípcio algumas insinuações sobre o que estava preparado contra o Iraque.

No entanto, há opiniões mais explícitas quanto ao prévio conhecimento de Sadat da operação do dia 7 de Junho. Um influente jornal do Kuwait, *Al Anbaa*, escreveu a esse respeito: «Um alto funcionário norte-americano do Departamento de Estado declarou que, quando o primeiro-ministro israelita se reuniu recentemente com o presidente egípcio, este deu a sua anuência a esta acção e prometeu a Begin que não interviria se a destruição da referida central atómica motivasse

sérias implicações. Além disso, o funcionário disse que Sadat informou Begin que condenaria a operação, mas de um modo estritamente formal».

As reacções de Sadat, posteriores ao ataque, justificam, de certo modo, a denúncia. Além de condenações meramente verbais, foi sintomático que o seu governo desencadeasse uma verdadeira caça aos militantes nacionalistas e democráticos que se opõem aos acordos de Camp David e manifestavam a sua indignação contra o bombardeamento do reactor árabe.

O caso de Sadat assemelha-se ao de certos sectores políticos e empresariais dos Estados Unidos. Mesmo que, a curto prazo, o episódio lhes possa causar alguns transtornos, favorecerá no futuro a agressão aos países árabes mais comprometidos na luta anti-sionista, como é o caso do Iraque.

Farisaísmo e desfaçatez

Não se conhece qualquer base científica ou técnica aceitável ou argumentos simplesmente políticos, que comprovem a tese de Begin de que o Iraque estava a preparar-se para fabricar a bomba atómica.

O reactor de Tamuz era regularmente fiscalizado pelos técnicos da Agência Internacional de Energia Atómica das Nações Unidas. Como signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, o Iraque tinha dado todas as facilidades nas inspecções periódicas e cumpria responsabilmente os compromissos assumidos com aquele órgão.

Mais ainda: os franceses que conhecem perfeitamente o projecto iraquiano, pois planearam e construíram o reactor, negaram qualquer conotação militar à instalação de Tamuz e asseguraram que, nem em dez anos, o Iraque poderia, com base naquela central nuclear, construir uma bomba atómica.



Begin visto por Willy

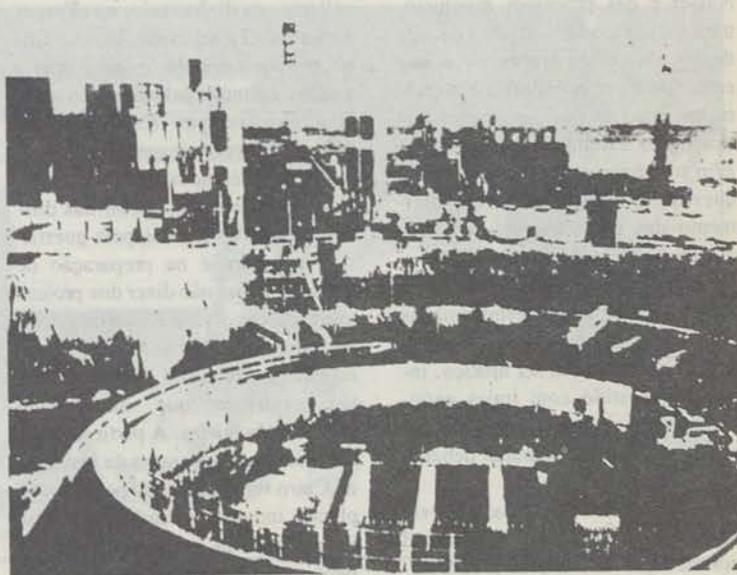
Essa opinião foi internacionalmente aceite, mesmo pelos adversários do Iraque, como os Estados Unidos que tudo fizeram para salvar a face de Begin. O sub-secretário das Relações Exteriores norte-americano disse, em nome do seu governo: «Não estamos de acordo com a explicação israelita». Ou seja: da tese de que o Iraque estaria prestes a fabricar uma bomba atómica.

Não há, assim, qualquer dúvida: o reactor era destinado a fins pacíficos, como tantos outros em muitos países.

O mesmo, no entanto, não se pode dizer das instalações nucleares israelitas. O governo de Tel-Aviv recusou-se sempre a subscrever o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, impedindo, assim, qualquer inspecção internacional à sua central atómica.

São evidentes os indícios de que Israel já tem bombas atómicas, fabricadas em cooperação com a África do Sul. (Ver «cadernos do terceiro mundo», número 30). O ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Saadum Hamadi, recordou há pouco, aos que se esquecem ou fingem esquecer-se daquela realidade: «Temos a certeza, e está documentado, mesmo pela imprensa norte-americana, que Israel já tem armazenadas 13 bombas atómicas do tipo da de Hiroshima».

Um jornalista brasileiro, Cláudio Abramo, correspondente da «Folha de São Paulo» em Londres, escreveu recentemente, confirmando



O reactor nuclear do Iraque, em Tamuz: o alvo sionista

TERRORISMO NUCLEAR

essas versões: -Já expliquei mais de uma vez — diz ele — que existem fortes indícios de que Israel possui um número não determinado (entre 10 e 30) de bombas nucleares prontas para uso-.

Perante tais evidências, bombardear o reactor do Iraque, como prevenção contra a ameaça potencial de que ali se fabricasse uma bomba atômica, sendo o próprio Israel um produtor da bomba, é um acto de refinado farisaísmo ou desfaçatez.

O mundo árabe emergente

E porque, então, o bombardeamento?

Não é possível responder a essa pergunta sem uma análise mais ampla do que é, hoje, o Mundo Árabe — do que poderá ser no futuro imediato — e dos propósitos dos radicais sionistas a seu respeito. Não há muitos anos — antes de Nasser e dos processos revolucionários que sacodem, desde a década de 50, os países árabes — o que eram, política, económica e socialmente essas nações, senão pasto de ocupações estrangeiras, da rapinagem transnacional, com as suas riquezas servindo ao desenvolvimento das potências industrializadas do Ocidente?

Quando se idealizava um árabe, a maioria das pessoas, desinformadas pela propaganda racista, caracterizava-o como um ser apático, indolente, vestido com trajes exóticos, montando um camelo no deserto ou comendo tâmaras debaixo das palmeiras.

O que menos interessava a esse tipo de caricatura era a formidável contribuição dos árabes à civilização do nosso tempo e o extraordinário

acervo político e cultural que acumularam em séculos de luta pela sua identidade.

Não vamos fazer história, mas chamar a atenção para o que se passa hoje.

São notórios os avanços registados no Mundo Árabe, no campo cultural e político. Milhões de jovens frequentam as suas escolas e universidades, dezenas de milhares especializam-se no exterior.

Socialmente, há mudanças muito significativas, mesmo quando se trata da mulher, tradicionalmente relegada a um plano secundário na sociedade árabe. As universidades estão cheias hoje de mulheres — em algumas, como as do Cairo, de Beirute, de Bagdade quase se equipara a presença dos dois sexos — e a sua influência cresce de maneira permanente em todos os campos, nas letras, nas artes, na ciência, nas profissões técnicas, na política, no jornalismo, na diplomacia, nas Forças Armadas. Israel sabe disso. Conhece, por exemplo, o que é hoje o quadro cultural palestino, só para citar um exemplo. Existem quase tantos técnicos, engenheiros, economistas e técnicos médios palestinos como israelitas apesar das difíceis condições criadas pela guerra.

E se assim é na preparação de quadros, o que não dizer dos projectos de desenvolvimento económico? As transformações do Mundo Árabe no campo industrial e agrícola são tão evidentes que dificilmente podem ser negadas. A partir de Nasser, quando o panorama da periferia do Cairo foi modificado pelas novas plantas industriais, audaciosos projectos também estão matizando o panorama de muitas nações árabes; um imenso esforço de modernização

no qual se procura a harmonia com as tradições culturais dos seus povos.

Mesmo países de arraigadas linhas tradicionais, como a Arábia Saudita e os Emirados, transformam as suas economias e, com as novas fábricas, surge um proletariado que começa a marcar presença nas lutas sociais. Há mudanças qualitativas no comportamento político das jovens gerações de trabalhadores árabes.

É verdade que há xeques que esbanjam o dinheiro do petróleo. Fora do Mundo Árabe, de quando em quando, aparecem alguns desses exemplares que se juntam a uma chamada «alta sociedade», decadente e parasitária, dando das suas pátrias uma imagem depreciativa.

Falando na Assembleia Nacional do seu país, em Julho do ano passado, o presidente do Iraque, Saddam Hussein, constatou: «A riqueza petrolífera é de duplo sentido. Pode favorecer o desenvolvimento, o poder e o progresso. Mas pode engendrar a corrupção e a ruína».

O exemplo da OPEP

A conduta de um grupo de potentes que dilapidam o dinheiro dos seus países em orgias ou em investimentos duvidosos nos países ocidentais não é bem vista, mesmo nos meios árabes mais conservadores.

O balanço global é, no entanto, muito positivo. Se não houvesse uma preocupação de austeridade e de justo emprego dos recursos petrolíferos não seriam tão notáveis os avanços na maioria dos países árabes produtores.

Por outro lado, os dirigentes árabes têm revelado capacidade política e diplomática. A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), nascida árabe, é um exemplo disso. Com as suas dificuldades internas e o imenso desafio de gerir, sem adequadas estruturas, recursos praticamente ilimitados, ac-

tuando dentro de tremendas pressões e enfrentando o duro jogo das transnacionais, transformou-se num polo de poder do nosso tempo.

Este ano, os países da OPEP, maioritariamente árabes, disporão de cerca de 200 biliões de dólares. As suas reservas financeiras atingirão, em 1985, de 500 a 800 biliões de dólares. «A sua capacidade de investimento — constata o político e escritor francês Servan-Schreider, no seu último livro, «O desafio mundial» — para os anos cruciais que se aproximam equivale a dez vezes o total de um país desenvolvido de nível médio (como a França). E é aí que reside, para além do petróleo, o elemento revolucionário da nova situação. O que lhe dá, depois do controlo da energia, o controlo dos investimentos. O poder do petróleo é, enfim, absoluto, porque a grande, a eterna solução pertence ao passado: contra os campos petrolíferos a «opção militar» simplesmente não existe», conclui o escritor, obviamente referindo-se à posição do Mundo Árabe.

Era natural que esse novo poder se reflectisse nos campos científico, tecnológico e, também militar.

Militarmente, os árabes começaram a inverter a tendência da guerra com Israel a partir de 1973, quando atravessaram o Canal de Suez e expulsaram dali os israelitas que, em batalhas anteriores, haviam conquistado posições aparentemente inexpugnáveis.

O medo do futuro

Técnicos militares imparciais — e até analistas de Tel-Avive — exaltaram não apenas a capacidade militar do combatente árabe — os infantegípcios e sírios, os aviadores argelinos e líbios, os artilheiros iraquianos e jordanos — como reconheceram o talento dos seus comandantes na coordenação de vastas e complexas operações no campo de batalha.



A mulher árabe: da opressão machista...

A direita no poder em Israel preocupa-se com essa transformação que fortalece o poder árabe em todos os campos, habilitando os seus exércitos a, hoje ou amanhã, reconquistar as terras ocupadas pelo regime sionista.

O bombardeamento do reactor foi uma operação basicamente militar que reflectiu a preocupação de criar

obstáculos ao renascente poder nacional árabe. Begin acena para um eleitorado local sensível a esse exaltamento radical (e também para o exterior) com a tese de que o Iraque se preparava para fabricar a bomba. A tática á velha. É a mesma usada contra os palestinos, acusados de terroristas quando são os seus líderes e os seus diplomatas que são



...à conquista de um novo espaço social

TERRORISMO NUCLEAR

assassinados pelo Mossado, o serviço secreto israelita.

Begin sabe que o reactor do Iraque não se destinava a fins militares do mesmo modo que não tem dúvidas de que os palestinos não são terroristas.

Yasser Arafat, presidente da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) foi ao âmago do problema, quando disse: «Considero que este é o mais grave acontecimento de toda a história contemporânea da Nação Árabe. Com este ataque israelita-norte-americano tratou-se de nos privar de algo muito vital: a nossa capacidade de alcançar progresso e desenvolvimento. É uma ameaça às nossas futuras gerações. Agora, qualquer siderúrgica árabe, qualquer instituto técnico que forme os nossos engenheiros electrónicos, pode ser considerado como uma ameaça à segurança norte-americana, ao controlo norte-americano da região e, por conseguinte, pode ser atacado».

O desafio da unidade

Os árabes foram muito atingidos



Yasser Arafat: «Este é o mais grave acontecimento de toda a história contemporânea da Nação Árabe»

pelo bombardeamento, mas contabilizaram a seu favor alguns resultados políticos: o isolamento internacional de Israel é hoje maior do que nunca e, por outro lado, há indícios positivos de que os seus dirigentes tomam consciência da importância da sua unidade.

Israel foi unanimemente condenado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Embora a resolução tenha sido muito aquém do que exigia a opinião internacional, registou-se no episódio um facto novo: pela primeira vez, a delegação norte-americana juntou-se aos outros 14 países com voto no Conselho para condenar Israel.

É verdade que o voto norte-americano surgiu no meio de ambiguidades, ameaça de vetos a qualquer resolução mais explícita e de simultâneas declarações de apoio a Israel. Mas surgiu. Foi uma vitória das pressões internacionais e do temor às represálias árabes.

A diplomacia árabe pode agora actuar no mundo com novos elementos de convencimento quando ao papel agressivo e expansionista de

Israel no Médio Oriente. Pode argumentar, com legitimidade, que nenhum país está livre de agressões desse tipo. Basta que um pequeno grupo irresponsável ou fanático tenha acesso a meios ofensivos como os usados contra o reactor iraquiano e poderemos ter o episódio repetido. Repetido e agravado uma vez que, amanhã, os bombardeamentos poderão ter como alvos reactores em funcionamento, com toda a sua carga letal.

O apelo do presidente do Iraque para que os países amantes da paz dotem os árabes de meios atómicos para contrabalançar a ameaça nuclear de Israel encontra, assim, nessa nova realidade, explicação e justificativa. Afinal são os próprios norte-americanos que dão o exemplo: a cada míssil soviético que creem implantado no leste europeu exigem instalar dois na Europa Ocidental.

Que garantias podem ter os árabes, senão do seu próprio poder, de que, amanhã, o sr. Begin ou outro dirigente sionista como ele, não vá mais longe na sua aventura? Begin havia-se notabilizado na década de 40 como um percursor de métodos sofisticados de terrorismo. A destruição do hotel Rei David, em Jerusalém, com dezenas de mortos, seria a sua obra-prima. Agora ele superou a sua criação: torna-se pioneiro de um tipo de terrorismo que pode levar ao holocausto de que tanto fala. O terrorismo nuclear, iniciado com o bombardeamento de Tamuz.

Nunca os árabes estiveram mais fortalecidos nas suas razões, quando reclamam apoio internacional ao esforço de conter a agressão israelita. Mas que apoio devem esperar do mundo — apesar da dura condenação internacional aos métodos israelitas — se os seus líderes e estadistas não encontrarem um campo de entendimento e de acção comum?

E eis aqui para os árabes o desafio que lhes deixa o ataque israelita: a

unidade. Os esforços de Arafat, procurando aproximar governos e correntes desentendidos, parece que estão a avançar. Há uma disposição para a unidade. Se isso se confirmar,

o panorama da luta no Médio Oriente irá modificar-se. Contando com as suas próprias forças e amplas simpatias internacionais os árabes poderão, não apenas deter o expan-

sionismo israelita, mas abrir também caminho ao reconhecimento dos direitos palestinos e à segurança de uma Nação Árabe desenvolvida e pacífica. □

Egipto: nova frente de oposição

□ O rigor com que o presidente egípcio Anuar Sadat tratou nos últimos meses a oposição está directamente vinculado aos avanços para a unificação e a melhor organização dos adversários do regime, segundo a opinião dos observadores. A repressão reflectiu-se em prisões e processos judiciais de numerosos políticos, sindicalistas e intelectuais, assim como no confisco de propriedades de dirigentes exilados.

As detenções atingiram figuras progressistas, mas, sobretudo, membros do Grupo de Sindicatos Nacionais Progressistas (NPUG) e do Partido Comunista, ambos ilegais, de acordo com a lei do regime do general Sadat. Porém, o objectivo principal da repressão parece ser a Nova Frente Democrática (NDF), criada recentemente com a finalidade de coordenar a resistência de todos os grupos que se opõem ao regime ditatorial implantado por Sadat.

Tanto o NPUG como o Partido Comunista apoiam o NDF e são muitos os membros do NPUG que se encontram na Frente, podendo-se já considerá-la como representativa da maioria da oposição. Os pontos básicos de identificação comum entre os adversários do governo são, segundo a NDF, a oposição à política económica oficial, aos acordos de Camp David e às bases norte-americanas instaladas no Egipto.

Existem dois tipos de interpretação sobre as reais intenções do governo. Alguns acreditam que a libertação progressiva dos detidos, que se tem efectuado, tende a criar divisões entre as organizações da oposição e, especialmente, dentro do NPUG, onde coexistem forças políticas de ideologias diferentes. Outros, sem afastarem essa possibilidade, acreditam que as detenções na verdade constituíram um preâmbulo para a proibição da NDF. Seriam utilizados para isso os mesmos argumentos que foram usados para proibir o NPUG, ou seja, acusá-lo de ser uma Frente do Partido Comunista.

Outro elemento que revela o fortalecimento organizativo da oposição é a recente realização do primeiro Congresso Geral do Partido Comunista Egípcio no interior do país, sem que os organismos estatais de informação secreta o

tivessem detectado. A posterior difusão da notícia e a consequente evidência da falha do sistema de segurança provocou surpresa e um evidente embaraço nos sectores governamentais. Outro indicador da crescente tendência de unidade das forças da oposição, que causou particular inquietação entre os seguidores de Sadat, foi o acto realizado, em meados de Junho, de repúdio aos acordos de Camp David. Nessa tribuna estiveram pela primeira vez dirigentes da Fraternidade Islâmica — organização nitidamente direita — e movimentos progressistas. Todos coincidiram na condenação de Israel e dos Estados Unidos, pedindo a retirada do embaixador israelita do Cairo e a anulação dos acordos.

A oposição foi bastante atingida durante estes anos pela repressão oficial e não parece constituir ainda uma ameaça séria para a estabilidade do regime. Mas tudo indica que os progressos conseguidos — o alargamento das bases e a consolidação da organização — estão a ser levados em conta pelo general Sadat.



Anuar El Sadat

Mossad

Operação 007, de Tóquio a Brasília

A denúncia israelita
do «fornecimento de matéria-prima
para a bomba nuclear árabe»

NOS primeiros tempos da «absorção» (o regresso dos judeus da Diáspora à Terra Prometida), os israelitas orgulhavam-se das suas lutas, da superação de problemas para a instalação do novo Estado e dos *kibutz*, onde alguns viam uma fórmula de convivência comunitária capaz de enfrentar o sistema capitalista, que chegava com os primeiros aviões e barcos de imigrantes. Para os jovens *sabras* — denominação dos que já haviam nascido no que é hoje o território de Israel — era comum a alusão a uma espécie de socialismo utópico, que, evidentemente, não resistiu aos primeiros embates com a realidade.

Hoje, a situação mudou. Não apenas os ultras de direita, aglomerados no *Likud* e em meia dúzia de partidos e grupos menores ainda mais extremistas, se orgulham das aventuras militares do massacre das populações civis árabes, do número de palestinos assassinados, mas, sobretudo, é muito comum o elogio do internacionalmente reconhecido serviço secreto, o *Mossad*, mesmo nas áreas liberais.

A infalibilidade do *Mossad* acaba, no entanto, de sofrer um duro revés com a história do urânio enriquecido que o Brasil teria fornecido ao Iraque para a fabricação de bombas atômicas.

O episódio tem ingredientes de história-ficção, sem faltar, sequer,



os agentes com pastas de couro tipo 007 e óculos escuros tão do gosto dos *sherlocks* que se dedicam a essas actividades.

Um certo professor Yaacov

A história começou «num *lobby* tranquilo de um dos grandes hotéis da orla marítima de Telavive», quando o correspondente do «Jornal do Brasil» em Israel, Mário Chimánovich, foi contactado por um mal disfarçado agente do *Mossad* que dizia chamar-se Yossi. Em sua companhia estava outra personagem da mesma «família», o doutor Yaacov. Yossi explicava a sua intervenção por estar «ligado à pesquisa científica, e, assim, a sua presença era necessária devido aos aspectos técnicos da conversa».

Esses «aspectos técnicos» eram nada mais nada menos que uma de-

núncia: «o Iraque está a receber secretamente material estratégico do Brasil para o desenvolvimento do seu projecto nuclear para fins militares» (mais detalhes, «Jornal do Brasil», 27/6/81). Enfim, a bomba.

O professor Yaacov foi preciso: «Em Fevereiro, um avião comercial das Linhas Aéreas Iraquianas recolheu no Brasil, secretamente, uma carga de dióxido de urânio, que seguiu disfarçada de armamento convencional». O dióxido de urânio deve ser processado para se converter em plutónio, matéria-prima da bomba.

O avião eram dois

Numa segunda conversa com o correspondente Chimánovich, já sem a presença do assessor científico, professor Yaacov, Yossi precisou que eram dois os aviões e não um só. Um deles, segundo versões posteriormente divulgadas, era um *Iliuchin*, de fabricação soviética, o que dava à trama o condimento que faltava: a presença de uma aeronave de marca russa.

Yossi contou ao jornalista uma versão ainda mais fantástica da operação. Os aviões haviam sido interceptados na costa africana por caças *F-5*, que os obrigaram a aterrizar e desembarcar a sua carga. Face ao espanto do correspondente, Yossi explicou o «enigma»: «Talvez o Khadafi seja o autor da coisa, já que é inimigo dos iraquianos e quer também construir a sua própria bomba

atómica para lançar contra Israel».

Enfim, o que ele queria era um canal através do qual chegasse ao Brasil e ao mundo a sua denúncia do fornecimento brasileiro da matéria-prima para a bomba árabe.

Do Brasil ao Japão

O objectivo de Yossi foi alcançado, não apenas no Brasil, mas em outras partes do mundo, inclusive no Japão, onde a divulgação foi feita pela própria embaixada de Israel.

No Brasil, a notícia alcançou uma projecção inesperada. O jornal «O

Estado de São Paulo» recolheu a denúncia e publicou algumas reportagens que se destinavam a comprovar a participação do Brasil na remessa de urânio para o Iraque. Na sua edição de 17 de Junho, «O Estado» publicou em seis colunas: «Brasil produz e vende urânio ao Iraque».

A notícia trazia, também, o estilo James Bond. Começa assim: «Janeiro de 1981. Madrugada. Oito toneladas de urânio, nuclearmente puro, processadas em São Paulo pelo Instituto de Pesquisas Energéticas da Universidade de São Paulo, em forma de placas, são embarcadas

pelo governo brasileiro para o Iraque, uma operação que deveria ter sido sigilosa e que ocupou, por mais de quatro horas (tempo recorde) alguns funcionários do Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos.»

Embora o jornal acentue não ser possível acusar o Brasil de estar «envolvido directamente» no esforço iraquiano para produzir a bomba, deixava claro, escudando-se na opinião de «um doutor em física nuclear consultado pelo O Estado de São Paulo» que «as placas (processadas pelo IPEN) e revestidas por um estojo de alumínio para

Desinformação e arrogância

Uma reportagem publicada pela revista *Manchete*, do Rio de Janeiro (Junho de 1981), cuja posição pró-sionista é bem conhecida, deu algumas informações complementares sobre o ataque ao Iraque. Uma delas faz uma «descoberta» realmente estupefaciente e com uma tendência evidente de desinformação. Num Mundo Árabe traumatizado pelo ataque, o jornalista vê «alegria» pela agressão ao Iraque. Escreve ele: «Apesar dos protestos, a acção de Israel foi recebida com alegria nos países árabes». Inclui nesse rol os «iranianos que, sem sucesso, tentaram atacar o reactor iraquiano no Outono passado». Naturalmente que Sadate e, de igual modo, os «árabes sauditas, reis do petróleo, sentem-se também felizes porque o Iraque perdeu a sua opção nuclear». Um modelo de desinformação!

A revista faz, no entanto, duas precisões dignas de nota. A primeira é que «Depois de Hussein (refere-se ao presidente do Iraque, Saddam Hussein), talvez chegue a vez de Khadafi».

«Só uma coisa é certa: Israel jamais permitirá que qualquer poder árabe hostil tenha a opção nuclear», declara a revista, cujo proprietário, o sr. Adolfo Block, é muito bem informado em temas israelitas pois tem relações muito estreitas com Israel. E atribui a seguinte frase ao líder dos ultras militaristas de Israel, o general Ariel Sharon: «Depois de lidar com o maluco do Saddam Hussein, vou lidar com o maluco da Líbia, se ele tentar

obter armas nucleares, pois tem estado sempre à procura delas».

Num comentário recente, (*cadernos do terceiro mundo*, n.º 33, Maio de 1981), refutávamos as críticas aos programas nucleares dos países emergentes. Escrevemos o seguinte: «No caso específico do Iraque, Washington não pode admitir que um país árabe, possa ter uma indústria nuclear. E vem com o estribilho de sempre: a partir de reactores pacíficos, esses países poderão fabricar bombas. O argumento é uma impostura. Israel tem reactores e também já fabrica bombas atómicas. Mas isso não suscita críticas nem perturba a paz do governo norte-americano, responsável directo pelo projecto nuclear israelita».

E acrescentávamos: «O governo do presidente Saddam Hussein tem deixado claro que as instalações nucleares do Iraque não se vinculam a projectos belicistas. Mas também tem sido muito firme em reivindicar para o seu país o direito de desenvolver uma indústria atómica. Com essa posição, o governo do Iraque não defende apenas a autonomia das suas decisões, como amplia ao campo do Terceiro Mundo o pleno direito dos seus países de ingressarem na tecnologia nuclear voltada para os seus projectos de desenvolvimento».

Quando a revista *Manchete*, frequentemente um porta-voz de Telavive, publica que Israel jamais permitirá a opção nuclear aos Estados árabes hostis (pelos vistos são todos), repete uma ameaça arrogante e incompatível com a autonomia das decisões dos países do Terceiro Mundo, cujos projectos nucleares — o do Iraque inclusive — passam todos pelo rigoroso crivo e as permanentes inspecções das Nações Unidas. □

TERRORISMO NUCLEAR

evitar a radiação de neutrões), podem ser irradiadas pelo reactor Osiris que o Iraque estava a construir, obtendo-se depois de dois ou três meses, o plutónio». Segundo os cálculos do físico, «as oito toneladas embarcadas pelo Brasil poderiam permitir (com o aproveitamento 'razoável' de 0,2% de urânio 238) a produção de 16 quilos de plutónio — uma quantidade mais que suficiente para se produzir um artefacto bélico».

A produção de urânio para o Iraque teria sido, segundo o «Estado», o objecto de conversas de funcionários do Instituto. Um director chegou a manifestar, em piada a sua inquietação pela manutenção do segredo: «Isso vai vazar daqui. Afinal, há muito judeu a trabalhar na fábrica piloto e, mais cedo ou mais tarde, vão levar assuntos do trabalho para os seus rabinos.»

Sobre os aviões, o «Estado» dá maiores informações: o aparelho soviético teria chegado ao Iraque sem a carga, depois de interceptado pelos F-5, mas o outro, o Boeing 727 teria feito uma escala na Alemanha Ocidental, antes de seguir para o Iraque. «Ambos os aviões, porém, depois de partirem de São José dos Campos, teriam aterrado para reabastecimento no nordeste brasileiro».

Confirmação em Tóquio

A manobra do Mossad, foi, a princípio, confirmada pelo governo de Israel, pois a sua embaixada em Tóquio publicou um documento em que «acusa o Brasil de estar ajudando o Iraque na suposta fabricação de uma bomba nuclear». Em Brasília, o embaixador de Israel, Shaul Ramati, embora mais caute-

loso — e por motivos óbvios — não só não desmentiu as notícias, como as corroborou com alusões indirectas. Por exemplo, confirmou a aterragem e descolagem em São José dos Campos dos dois aviões pretensamente iraquianos. Quando lhe perguntaram se o governo brasileiro estava a ajudar o Iraque no campo nuclear, limitou-se a responder: «Essa pergunta deve ser feita ao governo brasileiro».

Ramati fez algumas insinuações sintomáticas: «O governo brasileiro deve estar ciente da aterragem e do carregamento, já que seria muito difícil a aterragem de aviões estrangeiros sem o conhecimento das autoridades brasileiras». A crescentou não saber o que os aviões haviam levado, mas lembrou «que existe cooperação nuclear entre o Brasil e o Iraque». Acrescentou o embaixador de Israel em declarações à imprensa:

«Houve quatro casos de aterragem de aviões iraquianos no Brasil em datas diferentes. Nessas ocasiões comentou-se que a carga dos aviões seria mísseis, o que não significa que não tenha sido levado urânio».

As reacções do Itamarati

Era natural que essas acusações provocassem duras reacções do governo brasileiro. No Itamarati o conselheiro José Vicente Pimentel, declarou: «O Brasil não realizou nenhuma exportação de urânio para o Iraque ou para qualquer outro país». O porta-voz do Itamarati, ministro Bernardo Pericás, foi ainda mais enérgico: «O facto de um serviço secreto de um país disseminar calúnias contra o Brasil é, em si, extremamente grave. Esse episódio pode ter reflexos negativos nas relações

com o Brasil», declarou.

Durante um certo período as relações Brasília-Telavive estiveram tensas e o embaixador brasileiro em Israel, Vasco Mariz, foi «chamado para consultas», um eufemismo que os diplomatas usam para encobrir dificuldades maiores.

Tanto o sr. Ramati como o próprio sr. Begin se empenharam em banalizar o episódio e em acentuar que nenhum serviço israelita envolveu o Brasil em denúncias (o Mossad não foi citado expressamente), e só acusaram o Iraque de estar tentando obter ajuda nuclear do Brasil da Nigéria e de Portugal.

Nos meios políticos e diplomáticos do Brasil, há algumas conclusões que os próprios factos tornaram evidentes:

1) O Mossad preparou a «operação», divulgada simultaneamente no Japão, Europa e Brasil, acusando o Brasil de estar a ajudar a fabricar a bomba e insinuando que o governo brasileiro fazia isso por causa da sua dependência do petróleo árabe.

2) A reacção do Ministério de Relações Exteriores do Brasil e a previsão de consequências mais sérias nas relações com Israel fizeram o governo de Telavive recuar. Uma atitude sem maior importância, pois a notícia já havia sido internacionalmente espalhada e já produzira os seus efeitos contra o Brasil.

3) O embaixador de Israel está muito bem informado do que se passa no Brasil e até em áreas de segurança militar, como São José dos Campos, sabe quantos e que aviões ali aterraram e descolam. Foi baseado nesse conhecimento que o embaixador pôde alimentar as informações a respeito do «embarque» do urânio. Para o embaixador do Iraque em Brasília, Faiq Maki Ahmed, tudo isso tinha um objectivo claro: desviar a atenção do facto principal, a agressão ao Iraque. Do mesmo modo, o que se procurava era criar dificuldades nas positivas relações Brasil-Iraque. □

A guerra continua

*Apesar das acções mediadoras,
a paz deverá esperar até que em Teerão
se instale um governo com capacidade de negociar.*

O bombardeamento israelita ao reactor atómico iraquiano está a obrigar os países árabes e islâmicos a redobram os seus esforços para uma solução negociada na guerra entre o Irão e o Iraque, considerada um factor de enfraquecimento da frente anti-sionista. Os esforços combinados das três missões de mediação (a do Movimento dos Países Não-Alinhados, presidida pelo ministro dos Estrangeiros cubano, Isidoro Malimerca; a da Conferência Islâmica, encabeçada pelo líder palestino, Yasser Arafat; e a do enviado das Nações Unidas, o ex-primeiro-ministro sueco, Olof Palme) não conseguiram, sem dúvida, nenhum avanço significativo até ao momento. E o derramamento de sangue continua.

As diferentes estratégias entre as artes envolvidas no conflito são um dos motivos dos obstáculos à solução negociada. O Irão começou as hostilidades de forma não convencional. Infiltrou agentes no Iraque para organizar uma revolução islâmica que derrubaria o regime laico do Partido Baas Árabe Socialista, incitando as massas muçulmanas à rebelião e realizando atentados contra governantes e líderes partidários. A acção dos agentes infiltrados somou-se uma ampla campanha de propaganda e várias violações do espaço aéreo, terrestre e marítimo do Iraque por forças militares iranianas. O Iraque respondeu a essas

provocações com uma guerra de tipo convencional. Os seus blindados cruzaram o canal fronteiriço de Chatt-el-Arab, ocuparam a cidade de Muhammara e os povoados de Ahwaz, Khafajiyah e Dezful, além de sitiarem o centro petrolífero de Abadan.

Foi em Abadan que o avanço das tropas iraquianas se deteve. Esse facto não aconteceu propriamente por causa da resistência iraniana. Tem as suas origens, em grande parte, numa decisão política do Iraque de iniciar negociações imediatas, sem transmitir a impressão de que alimentava aspirações expansionistas sobre o Irão. A partir de então, o Iraque dedicou-se a fortalecer as suas posições, tomando precauções contra os ataques iranianos. Foi isso que permitiu a tão comentada ofensiva de Janeiro, dirigida pessoalmente pelo presidente Bani Sadr.

Perante as propostas de uma paz negociada, o Iraque tem manifestado a disposição de declarar um cessar-fogo e de retirar as suas tropas das áreas ocupadas. Em contrapartida, o Irão teria de reconhecer a soberania iraniana sobre Chatt-el-Arab (a única saída iraquiana para o mar), de comprometer-se a não intervir nos seus assuntos internos e devolver aos Emiratos Árabes Unidos as três pequenas ilhas do estreito de Ormuz, ocupadas pela força em 1971, na época do xá.

O Irão tem respondido sistematicamente que não aceitará nenhum acordo antes da retirada total do Iraque. É nesse ponto que as negociações não evoluem. Como superar o impasse? «A resposta está inteiramente nas mãos do governo iranianos», respondeu a **cadernos do terceiro mundo** o ministro iraquiano para os Assuntos Religiosos, Noory Alshaher. E continuou: «Não haverá entendimento até que o Irão reconheça os justos direitos iraquianos. As nossas propostas de cessar-fogo continuam de pé, mas o Irão acaba de negar-se a aceitar inclusive uma trégua durante o mês do Ramadã (período de jejum islâmico correspondente à Quaresma na religião cristã). Assim, ou chegaremos a uma solução negociada, ou continuaremos até à derrota total do Irão».

Militarmente, as forças iraquianas estariam em condições de aproveitar os problemas internos do Irão para ocupar Abadan e continuarem a avançar na direcção de Teerão. Essa posição poderia ser contraproducente: transformaria as tropas iraquianas em força de ocupação de um território que, mais tarde ou mais cedo, teria de ser evacuado. Além disso, tornaria ainda mais difíceis as relações com a intransigência iraniana.

O governo de Bagdade parece esperar que a evolução dos acontecimentos no Irão acabe por conduzir a

um governo com estabilidade suficiente para negociar a paz. Entretanto, pressiona com ameaças de endurecer, ainda mais, as suas próprias reivindicações, de modo que o adiamento das negociações tem cada vez um custo maior para os iranianos.

Com efeito, se Chatt-el-Arab não tem uma importância vital para o Irão, que tem três mil quilómetros de costas sobre o Golfo e o Oceano

Índico, o estímulo iraquiano às minorias étnicas em choque com o governo de Teerão (particularmente os árabes e os curdos) poderia pôr em xeque a própria integridade territorial do antigo império. O desmembramento do Irão é já uma possibilidade admitida em círculos diplomáticos internacionais. «A divisão do Irão, seja devido à guerra ou à política interna do actual regime, não nos preocupa», declarou ao jornal

Al-Zaura o ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Saadun Hammadi. «É uma hipótese — acrescentou — que não pode ser excluída na situação de contínua deterioração do país. Em todo o caso, vai depender da posição das grandes potências, que não se preocupam com o Irão, mas pelo interesse que o país desperta. Assim, as grandes potências podem ser favoráveis ou não à divisão». □

IRÃO

Do integrismo à desintegração

*A terceira revolução iraniana
rompeu a unidade que permitiu a insurreição contra o xá.
A instabilidade política
ameaça a própria sobrevivência do país.*

O triunfo da revolução iraniana foi euforicamente anunciado pelo ayatollah Behesti, líder do Partido Revolucionário Islâmico (PRI), quando, no dia 22 de Junho, se consumou a destituição do presidente Abolhassan Bani Sadr. Menos de uma semana depois, uma bomba de alta potência matou, na sede do PRI, o ayatollah Behesti e mais 71 pessoas, entre elas a maioria dos dirigentes da terceira revolução triunfante, quatro ministros e 18 deputados.

Os efeitos destrutivos do atentado — um dos maiores registados na história do mundo, tanto pelo número de vítimas como pelas personalidades atingidas — parece ter sido proporcional ao impacto da terceira revolução sobre o Irão. A frágil estrutura social e política do país foi profundamente atingida, pondo não só em perigo as conquistas da primeira revolução que derrubou o principal bastião dos Estados Unidos no Terceiro Mundo, como ameaça também a própria sobrevivência do Estado iraniano.

O ayatollah Khomeiny, que ficou repentinamente sozinho na direcção do país, enfrenta simultaneamente inúmeros problemas: a oposição violenta dos seus antigos partidários, uma guerra convencional com o Iraque, a insurreição das minorias étnicas, a ameaça da intervenção das Forças Armadas na vida política e o isolamento internacional do Irão, agravado pela decepção dos seus aliados internacionais pelas recentes crises do processo político por ele — Khomeiny — liderado.

A segunda revolução

Os analistas são unânimes em afirmar que a revolução que destronou o xá Reza Pahlevi foi consequência da combinação de três grandes forças: os partidos de esquerda, que contribuíram com a sua experiência de organização sob duras condições de repressão; o clero islâmico, que legitimou a rebeldia contra um regime que violava os preceitos do Corão para impor um modelo de desenvolvimento das

transnacionais; e o *bazar* (a classe média mercantil) afectada pelo capital estrangeiro, que financiou as prolongadas greves gerais.

Mahdi Bazargan, líder da Frente Nacional (na oposição desde que a CIA derrubou o governo nacionalista de Mossadegh, em 1953) e homem de confiança do *bazar*, foi eleito por Khomeiny para organizar o primeiro governo revolucionário, que fechou as bases norte-americanas, nacionalizou o petróleo e iniciou a depuração do aparelho estatal.

A libertação dos presos políticos sobreviventes das masmorras imperiais e os julgamentos sumários dos torturadores reactivaram as iras populares contra os Estados Unidos, país que havia apoiado o xá e o brindava, naquele momento, com o asilo político. Essa indignação política foi, contudo, convertida pelo clero integrista numa verdadeira guerra contra qualquer influência estrangeira. Os chamados estudantes leais ao imã Khomeiny, que ocuparam em Novembro a embaixada

norte-americana (e tentaram ocupar a soviética), foram os mesmos que, nos últimos meses, expulsaram das universidades, pela força, os militantes de esquerda. No calor da crise dos reféns, triunfou a segunda revolução, com a renúncia de Bazargan, a proclamação da República Islâmica e a eleição de Bani Sadr como presidente.

Homem de confiança do ayatollah Khomeiny — com quem colaborou nos últimos anos de exílio — e economista formado na Europa, Bani Sadr parecia a personalidade mais indicada para forjar uma «social-democracia islâmica», conciliando o necessário respeito pela tradição cultural islâmica com a exigência de um Estado moderno, sem romper com a Frente Nacional, nem com a esquerda.

Como na época do xá

No entanto, o ayatollah Behesti, fragorosamente derrotado nas eleições, contava com um poder real muito maior do que o do presidente, controlando os Guardas Revolucionários paramilitares e os serviços secretos. Behesti presidia ao Supremo Tribunal.

Resultado: o acesso aos documentos encontrados na embaixada norte-americana permitiu a Behesti desprestigiar os políticos que criaram obstáculos à ascensão do seu partido, o PRI, que em Março de 1980 ganhou ampla maioria parlamentar. Neste contexto, o confronto entre o presidente Bani Sadr e o primeiro-ministro Ali Rajai, leal a Behesti, foi apenas abafado pela guerra entre o Irão e o Iraque.

Enquanto o primeiro-ministro governava, Bani Sadr dirigia os combates. Há acusações de que ele planeava criar uma base política no exército. Uma vez por outra, o presidente, em entrevistas a correspondentes estrangeiros, difundia para o exterior as suas críticas contra o go-



Bani Sadr, o ex-presidente agora na clandestinidade

verno. Estava em desacordo com a forma como foi negociada a crise dos reféns, prolongada artificialmente na sua opinião. Criticava também a intervenção do clero e da Guarda Revolucionária na condução da guerra e discordava da negação dos direitos das minorias étnicas (que, no seu conjunto, formam metade da população). Bani Sadr opunha-se, particularmente, à política económica, que havia reduzido o Produto Nacional Bruto de nove por cento em 1978, 13% em 1979 e 10% em 1980.

O ex-presidente defendia ainda uma reforma profunda na estrutura agrária do país — medida tenazmente rejeitada pelo clero tradicionalista — e criticava duramente o orçamento aprovado para 1981-82 que, no seu entender, «manterá o Irão num círculo vicioso de miséria e dependência dos países ocidentais, como sucedia na época do xá». Isto porque o orçamento não prevê uma diversificação da produção, mas depende do petróleo para 80% da receita proveniente das exportações.

Sem um partido político próprio, Bani Sadr insistia na sua obediência a Khomeiny, como forma de apoiar a sua acção. O velho líder acabou, porém, por optar pelo PRI e foi afastando, gradualmente, Bani Sadr. Primeiramente, excluiu-o da condução dos assuntos económicos; em seguida, afastou-o do comando das Forças Armadas. Quando o parlamento votou contra a sua perma-

nência no governo, Bani Sadr já havia passado à clandestinidade.

A terceira revolução consagrou o predomínio absoluto do clero e destruiu rapidamente, com uma centena de fuzilamentos em cinco dias, a oposição passiva da Frente Nacional, que se retirou do parlamento. Sufocou, também, as tentativas de resistências armadas de *mujahidines* e *fedayines*, organizações guerrilheiras islâmicas e marxistas criadas na época do xá.

O povo fez Khomeiny

A proscrição de toda a oposição legal ocorreu antes da destituição de Bani Sadr. Foi quando se deu o encerramento dos jornais do presidente, da Frente Nacional e do Partido Comunista. Nestas condições, tudo indica que as eleições presidenciais convocadas para Agosto confirmarão — se chegarem a realizar-se — o controlo do clero integrista sobre o aparelho estatal.

A luta pelo poder, iniciada no próprio dia em que o xá saiu do país, impediu a elaboração de uma política interna e externa coerente, com a definição de programas para a reconstrução do país, para atender às reivindicações das maiorias populares e das minorias étnicas e prejudicou, também, a concretização de um acordo de paz com o Iraque. Instalou-se agora, em Teerão, um governo de um só partido, mas que carece de um programa claro que

aborde todos os problemas que atingem, presentemente, o país.

«Não foi Khomeiny que fez a revolução iraniana, mas o povo quem fez Khomeiny», comentou o especialista francês, Paul Vieille, após a destituição do xá. Na difícil conjuntura que o Irão atravessa actual-

mente, esta reflexão adquire particular relevância. Os dirigentes iranianos enfrentam o desafio de traçarem uma política capaz de atender aos anseios populares e, ao mesmo tempo, repelir as investidas norte-americanas no sentido de recuperarem a sua antiga posição no país.

Caso contrário, o Irão continuará ameaçado pela perigosa instabilidade que actualmente se configura no país, ameaçando abrir caminho para um golpe militar, a intervenção estrangeira e, inclusivamente, o desmembramento da nação iraniana. □

As heresias de Khomeiny

A publicação de uma edição do Corão com uma fotografia do ayatollah Khomeiny provocou revolta no mundo islâmico. Qualquer ilustração do livro sagrado é considerada uma violação da doutrina muçulmana.

Tal atitude tem explicações históricas. Para impedir a idolatria predominante na sua época, Maomé proibiu pinturas e esculturas — representando pessoas ou animais — nos locais de culto. Assim, em 15 séculos, as edições do Corão foram sempre feitas sem qualquer ilustração, norma que contribuiu para a arte islâmica, através do aperfeiçoamento da caligrafia e dos arabescos usados como decoração das obras.

Quase simultaneamente à edição ilustrada do Corão, Khomeiny anunciou (Junho) a construção de um mausoléu dedicado ao imã Ali, na cidade de Khom, onde vive o dirigente iraniano. Ali, segundo a tradição, estaria sepultado em Najaf, cidade iraquiana onde Khomeiny viveu durante 14 dos seus 15 anos de exílio. Como foi subitamente «descoberta» a trasladação dos restos do imã para Khom, no ano de 763 da era



cristã, tal facto foi interpretado nos países islâmicos como uma forma de ganhar uma pequena batalha propagandística contra o Iraque. Esse tipo de excesso repercute-se negativamente sobre a imagem iraniana no resto do mundo muçulmano, receoso dessas tentativas de envolver a figura de Khomeiny com uma aura de santidade.

O integrismo religioso predominante no Irão não é, sem dúvida, um fenómeno do islamismo e do Terceiro Mundo. Numa série de artigos, o historiador norte-americano Sidney Ahlstrom concluiu, recentemente, que os grupos fundamentalistas cristãos, que estão a ganhar influência nos Estados Unidos, colocam a lei divina acima da própria Constituição. «O objectivo final dos grupos religiosos direitistas, como o denominado 'Maioria Moral', escreve o *New York Times*, é estabelecer uma teocracia nos Estados Unidos».

Aparentemente anedóticos, estes aspectos têm adquirido relevância no actual conflito entre o Irão e o Iraque, já que este último é um dos poucos Estados laicos do Médio Oriente (recorde-se que Israel é também um Estado religioso). A diferenciação entre assuntos públicos e assuntos religiosos é claramente estabelecida pelo presidente iraquiano, Saddam Hussein, numa publicação, reunindo os seus discursos, editada em Junho em Bagdade: «Ainda que laico, o governo da República do Iraque adopta uma atitude benevolente em relação à religião, que constitui um elemento básico da cultura e identidade dos árabes. Não esquece, porém, o carácter relativo da fé, que é um assunto privado de cada um. Para que nos mantenhamos fiéis à religião, devemos conservá-la à margem da política».

Esta separação entre religião e política, que permite a presença de numerosos cristãos e judeus em altos postos governamentais, é uma das razões alegadas pelo governo iraniano para justificar as suas tentativas de exportar a «revolução islâmica» para Bagdade, deflagrando uma intervenção nos seus assuntos internos, o que resultou, entre outras coisas, na actual guerra do Golfo.

Príncipes do Golfo, uni-vos

A integração económica dos países mais ricos do Terceiro Mundo

Abdulahman Yussif



Conferência de
Abu Dhabi:
Segurança militar
do Golfo
em primeiro plano

Os seis principados do Golfo Árabe, unidos pela geografia, por laços étnicos e culturais, assim como pelos seus sistemas políticos, decidiram, durante a sua última reunião de cúpula — realizada em Abu Dhabi no final de Maio — criar um Conselho de Cooperação (CCG).

As monarquias da Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Bahrein, Oman e os Emiratos Árabes Unidos, criaram um organismo de integração

regional. O CCG coordenará o funcionamento das diversas instituições regionais já existentes em várias esferas.

A resolução de se reunirem duas vezes por ano a nível de chefes de Estado e a cada três meses a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros, demonstra o grande interesse dos signatários em avançar rumo à integração e à harmonia das suas políticas. A sede do CCG é Riad, a

capital saudita; a Secretaria-Geral foi confiada a Yaacub Bichara, um experiente diplomata do Kuwait.

Apesar das múltiplas afinidades dos países-membros, assim como dos interesses comuns daqueles principados, onde são registados os maiores rendimentos *per capita* do mundo, houve durante as sessões diversidade de opiniões, particularmente em relação ao tema que dominou o encontro: a segurança militar no Golfo.

Adiar o inevitável

Esta questão traduz uma preocupação comum: como podem estes regimes monárquicos defender-se mutuamente para protelar o dia em que a insurreição popular os destinará? Como utilizar o poderio bélico ocidental neste sentido? O Kuwait, que tem executado uma política externa de equilíbrio, expressa nas boas relações com Moscovo e Áden (capital da República Popular do Iémen do Sul), apresentou um projecto que propunha a organização centralizada na cooperação económica e um conselho de carácter flexível com amplas prerrogativas.

O sultanato de Oman foi o que se colocou de forma mais dependente

dos exércitos das potências capitalistas. Defendeu a implantação de uma força militar composta pelos seis países e apoiada logisticamente nas forças armadas dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, que ficariam sediadas no Estreito de Ormuz.

A Arábia Saudita — cujos príncipes temem pelo seu futuro desde o derrube do Xá do Irão e da rebelião em Meca — salientou as questões de segurança que deveriam ser tratadas no CCG.

Na sua maioria, os debates dedicados à segurança consistiram na procura das fórmulas mais adequadas para obter o reforço da protecção militar ocidental em troca da preservação dos interesses económicos

das transnacionais que têm penetrado profundamente no Golfo.

A resolução final, com uma grande participação do Kuwait, coloca os assuntos de segurança entre as atribuições do CCG, isto é, não foi estabelecido um organismo *ad hoc*. O CCG é, portanto, um importante elo coordenador regional e poderá ir assumindo novas funções e tarefas, a partir da vontade política integracionista que lhe deu origem.

Na esfera económica, foi criada a Comissão do Petróleo, que representa 60% da produção da OPEP. Indubitavelmente, o poder financeiro destes países tornará o CCG um dos interlocutores mais procurados do mundo. □

Petróleo e armas

A expressão em números do poderio militar e económico dos países membros do CCG é uma tarefa difícil, já que os dados sobre o potencial bélico são obviamente secretos as avaliações económicas inexatas. Oferecemos a seguir as últimas estatísticas disponíveis.*



Arábia Saudita: 94 mil milhões de dólares de PNB em 1979. O país tem um exército relativamente pouco numeroso — 50 mil homens — dotado porém de um arsenal poderoso e sofisticado. Em grande parte, este arsenal foi provido pelos Estados Unidos: tanques *M-60*, mísseis antiaéreos guiados por radares *Hawk*, mísseis *Harpoon* e 75 caças *F-15* que voam a uma velocidade duas vezes e meia maior que a do som. O orçamento militar, em 1980, foi de 18 mil milhões de dólares.

Kuwait: 12 mil milhões de dólares de PNB em 1978. O seu exército tem 11 mil homens e conta com *Mirages F-1* e tanques *Chieftain* ingleses. O orçamento militar, em 1979, foi de 336 milhões de dólares.

Emirados Árabes Unidos: 11 mil milhões de dólares de PNB em 1977. O seu exército tem tanques *Chieftain* e caças *Mirage* dos últimos modelos. O orçamento militar dos Emirados e da ilha de Bahrein foi, em 1979, de 703 milhões de dólares.

Oman: 2 mil e quinhentos milhões de dólares de PNB em 1977. As suas Forças Armadas estão a ser instruídas por 700 oficiais ingleses. Predomina o armamento britânico: tanques *Saladin* e caças bombardeiros *Jaguar*.

Qatar: Mil milhões de dólares de PNB em 1977. O seu exército dispõe de 2.200 soldados, mísseis *Hawk* e caças *Mirage*.

Bahrein: Mil e setecentos milhões de dólares de PNB em 1977. As suas Forças Armadas têm 2.300 homens, na Marinha (1979). Não há Exército nem Força Aérea.

* Em relação aos dados do Produto Nacional Bruto (PNB), deve ser lembrado que a inflação nos Estados Unidos e os aumentos dos preços do petróleo em 1979 e 1980 fizeram com que, em mais de um caso, as cifras tenham duplicado.

Êxitos na Cimeira

XVIII Cimeira da OUA: unanimidade na condenação à África do Sul; consenso quanto ao Chade; compromisso para um «referendo controlado» no Sahara Ocidental

Gabriel Omotozo



A décima oitava reunião cimeira de Chefes de Estado africanos, realizada em Nairobi, em 27 e 28 de Junho, foi uma das mais produtivas na jovem história da Organização de Unidade Africana (OUA).

Embora a Imprensa tivesse dado um relevo especial, e em muitos casos quase exclusivo, à proposta de realizar um «referendo controlado» no Sahara Ocidental (ver caixa), houve também outras resoluções dignas de destaque.

Sobre uma delas, a relativa à

Namíbia, existia um consenso unânime, mas nem por isso o seu conteúdo deixa de ser transcendente:

1. Os chefes de Estado pediram a convocatória de uma sessão extraordinária da Assembleia das Nações Unidas, em Setembro deste ano, com o objectivo de fazer aprovar sanções contra a África do Sul como resposta à sua recusa em permitir eleições livres sem condicionamentos na Namíbia, assim como pela sua prática interna racista e as suas agressões aos países vizinhos.

O Conselho de Segurança debateu

este assunto, mas a discussão foi interrompida por um veto dos Estados Unidos, França e Inglaterra. Tornava-se necessária a convocatória da Assembleia Geral pois nesta instância não existe o veto. Abre-se, portanto, o caminho para a aplicação de sanções à República Sul-africana.

2. Reafirma-se a validade da Resolução 435 das Nações Unidas como a única solução válida para conceder a independência à Namíbia. A Resolução, aprovada em 1978, apresenta as condições para a



Gukuni Uedde (à direita), presidente do Chade, tendo a seu lado o ministro dos Negócios Estrangeiros chadiano: uma representação em foco na 18.ª Cimeira da OUA.

realização das eleições, supervisionadas pela ONU e garantidas por uma força internacional de paz.

Na sessão inaugural, o Secretário-Geral Kurt Waldheim disse que «a Resolução 435 deve continuar a ser a base para alcançar a independência da Namíbia». Esta foi uma precisão importante pois exclui indirectamente a alternativa que o governo norte-americano quer impor. Sabe-se, com efeito, que a administração Reagan tem sondado o governo de Pretória com vista a obter o seu acordo para um plano próprio sobre as eleições, e ainda que não se coheçam alguns dos detalhes deste projecto alternativo à Resolução 435, sabe-se que não contempla as pretensões e as aspirações do povo namibio.

No mesmo texto denunciou-se a «nova forma de aliança entre Washington e Pretória».

Em relação ao Chade, a Resolução correspondente resultou num triunfo para o governo de N'Dja-

mena e o seu aliado líbio. Foi reafirmado o apoio ao governo do presidente Gukuni Uedde e decidiu-se facilitar-lhe ajuda económica e material para que possa proceder à «formação rápida de umas forças armadas integradas e à substituição progressiva das forças estrangeiras».

Esta última decisão é uma referência à força de intervenção líbia que acudiu em auxílio do presidente Uedde, pondo fim à guerra civil que sangrava o país, assegurando a estabilidade da autoridade legal.

Aqueles que lamentaram a presença líbia não conseguiram traduzir na prática nenhuma acção para contrariar o Acordo de Lagos (Agosto de 1979). Deviam ter-se constituído umas forças de intervenção africanas com a participação de efectivos do Congo, Benin e Guiné, mas apenas o Congo enviou 400 soldados. Foi com base nesta falta que Uedde pediu ajuda militar a Khadafi. Agora optou-se por uma fórmula

mais realista: fala-se somente de uma força inter-africana cuja composição deverá ser aprovada pelo governo do Chade, o que significa que poderá excluir a presença de tropas de países que, por motivos políticos, não lhe ofereçam garantias.

A situação existente resultou, pois, consolidada pela ajuda outorgada em Nairobi. E no plano económico solicita-se a cooperação de todos os estados membros da OUA para financiar um plano de reconstrução da economia e da administração do devastado país.

No intuito de dar seguimento à Resolução da OUA, com a colaboração da ONU, deverá organizar-se dentro dos dois próximos meses uma conferência com o objectivo de reunir os fundos necessários.

Sobre o Corno de África foi emitida uma Resolução onde se reafirma que o Ogaden é «parte integrante da Etiópia». Esta decisão é um revés para a Somália, causadora da guerra somalo-etíope e derrotada no Ogaden. Cumpriu-se, assim, uma tradição que a grande maioria dos membros da OUA considera indispensável para assegurar a estabilidade do continente. Trata-se de respeitar as fronteiras estabelecidas, se bem que tal apresente aspectos negativos por ser uma herança do colonialismo e separar em estados nacionais distintos povos de uma mesma origem étnica e cultural ou por causar inconvenientes como a falta de acessos marítimos. Se assim se não fizesse, assistir-se-ia a uma sucessão de conflitos que acabariam, através de guerras fratricidas, por uma atomização do continente.

Finalmente, adoptou-se a carta dos direitos do homem e dos povos, apoiou-se a candidatura do ministro tanzaniano das Relações Externas, Salin Ben Salim, para suceder no cargo ao actual Secretário das Nações Unidas e decidiu-se que a reunião cimeira do próximo ano se efectue em Trípoli. □

NICARÁGUA

O "mau exemplo" da revolução

*O povo organiza-se
e colhe os frutos do trabalho comunitário
nos sectores da saúde,
habitação e educação dois anos após a vitória*

Bart Wolf, Gogliermo Riva, Héctor Vega e Alberto Brusa

DEPOIS de Somoza e da sua «estirpe sangrenta», o maior inimigo dos nicaraguenses era a diarreia aguda, principal responsável por uma taxa de mortalidade infantil de 12% em 1979, uma das mais altas da América Latina. Para a combater foram criadas as Unidades de Reidratação Oral (URO), em Setembro de 1979. Elas fornecem aos bebés com diarreia uma solução milagrosa que compensa a perda de líquidos e evita a morte por desidratação. A sua fórmula: água, açúcar e sal.

Para a instalação de uma URO só se necessita de um local na comunidade, da participação de trabalhadores voluntários (muitas vezes mães) e da assistência técnica de um auxiliar de enfermagem. Mais de 60 mil crianças foram já atendidas. A desidratação diarreica baixou do primeiro para o quarto lugar como causa de mortalidade infantil. O internamento de crianças em hospitais por este motivo foi reduzido substancialmente, aumentando assim a capacidade de atenção pediátrica a outras enfermidades. As mães foram mobilizadas e as URO permi-



tiram generalizar uma infra-estrutura básica na prevenção e tratamento de doenças infantis.

Parece muito simples. E de facto é. Mas para começar fazia falta uma revolução. Se a participação activa de toda a população e a combinação adequada de todas as forças de luta foram a chave do triunfo da revolução sandinista há dois anos, por que não haveria de ser também essa a fórmula adequada para empreender a reconstrução do país? Com esta filosofia, a Junta de Governo de Reconstrução Nacional começou a trabalhar desde o primeiro dia em que entrou vitoriosa em Manágua, a 19 de Julho de 1979. Ao entrar no terceiro ano de revolução, o balanço indica que esse caminho não estava errado.

Ao terminar a guerra de libertação havia na Nicarágua cerca de 100 mil feridos e mais de 40 mil órfãos. Os cofres do Banco Central tinham apenas 4 milhões de dólares e uma dívida externa de mil e seiscentos milhões de dólares, um em cada quatro nicaraguenses estava desempregado, a actividade económica havia retrocedido a níveis comparáveis a quase duas décadas passadas e os danos materiais do conflito armado eram estimados em aproximadamente 500 milhões de dólares.

Durante o resto do ano, e no decorrer de 1980, deu-se prioridade à reactivação da economia. O Produto Interno Bruto cresceu em mais de 20% com uma inflação de 27%, foram criados 112 mil novos empregos e foi reiniciado o ciclo agrícola que a guerra havia interrompido. O programa que está a ser desenvolvido em 1981 prevê um crescimento económico de 18,5% para concluir a reactivação e dar condições que permitam novas etapas de desenvolvimento. No entanto, o corte dos créditos estatais norte-americanos, a queda do preço do café no mercado internacional (o produto tem um peso importante na sua pauta de ex-

portações) e a alta do preço do petróleo (uma das principais importações), a necessidade de pagar 190 milhões de dólares de serviço da dívida externa e as dificuldades que atravessa no momento o Mercado Comum Centro-Americano, em consequência da crise salvadorenha, exigem um esforço ainda maior do que o dos anos anteriores.

Diante de situações semelhantes, a resposta em qualquer parte do mundo é «apertar os cintos e trabalhar mais». E a Nicarágua não é excepção. Em 1981, a produtividade deverá crescer em uns nove por cento, enquanto o consumo supérfluo será reduzido na mesma proporção. Mas a diferença está na mobilização do povo para satisfazer as suas próprias necessidades, o que tornará possível um aumento do consumo básico de 12% durante o ano e um nível jamais conseguido antes em matéria de saúde, habitação e educação.

Acabou a caridade

Para o regime somozista, os serviços sanitários eram um assunto de «caridade», a cargo de instituições religiosas ou de boas senhoras burguesas que organizavam assistência para os «indigentes». O instituto de seguro social só foi fundado em 1957 e, em 1979, atendia apenas a 16% da população activa. A medicina privada, para quem pudesse pagá-la, concentrava-se em Manágua. Os camponeses jamais recebiam atenção sanitária do Estado. A esperança de vida em 1979 era de 53 anos, uma das mais baixas do hemisfério ocidental.

Uma das primeiras medidas da revolução foi a criação do Sistema Nacional Único de Saúde (SNUS), que estendeu a toda a população os benefícios que antes dava o seguro social. Só em 1980 o SNUS realizou gratuitamente o dobro de consultas médicas dadas em 1977 (último ano «normal» do somozismo, antes de

deflagrar a insurreição), o número de internamentos em hospitais aumentou em 28% e o de intervenções cirúrgicas em 72%. Esta expansão foi registada em todas as zonas mais distantes da capital, onde foram instalados novos hospitais e centros de saúde.

Em 1981, o orçamento para a saúde eleva-se em cerca de 68% com relação ao de 80, chegando a um investimento previsto de aproximadamente 37 dólares por habitante. No entanto, estas cifras seriam totalmente insuficientes se não houvesse uma activa participação popular na deliberação e aplicação dos programas. O rendimento do SNUS, por exemplo, graças ao esforço redobrado dos trabalhadores e técnicos, aumentou sensivelmente, apesar de muitos profissionais exercem a medicina privada fora do sistema. E a medicina preventiva é, fundamentalmente, o resultado de uma mobilização de massas.

Assim, 620 voluntários organizados em brigadas, difundem medidas sanitárias preventivas nos centros de produção da Reforma Agrária no Norte da Nicarágua; 79% da população foi vacinada (2,8 milhões de doses aplicadas); 14 500 sanitas foram instaladas e uma grande campanha contra a malária foi desenvolvida em conjunto com a Cruzada de Alfabetização.

Iniciativas deste tipo são programadas e efectuadas em conjunto pelo Ministério da Saúde e Bem-Estar Social e as organizações de massas, como os Comitês de Defesa Sandinista, a Associação de Mulheres, a Juventude Sandinista, a Associação dos Trabalhadores do Campo e a Central Sandinista de Trabalhadores. Com delegados destas organizações e do Ministério foram constituídos Conselhos Populares de Saúde em cada uma das regiões administrativas do país. Em 1980, estes Conselhos, por iniciativa das bases, foram estruturados na Comissão Popular Nacional de



O espírito comunitário está presente em todos os bairros. E crianças e adultos demonstram cada vez mais a vontade de aprender.

Saúde, que este ano desenvolve, como actividade central, Jornadas Populares de Saúde, para o maciço ensino de medidas profiláticas e o controlo e a erradicação de doenças endémicas.

Cento e vinte voluntários das organizações de massas estão a ser preparados como «educadores de saúde». Eles encarregar-se-ão, por sua vez, de treinar 1200 «multiplicadores» que trabalham a nível de departamentos. Os multiplicadores instruirão 24 mil «brigadistas populares de saúde», que darão orientação a todo o povo. Nas jornadas, será concretizada uma ampla frente

popular contra a doença, que mobilizará, além dos ministérios e das organizações sandinistas, as universidades, a União de Jornalistas, a Confederação de Religiosos e outras instituições comprometidas com o programa de transformações.

Reforma urbana

Com critério semelhante, centros comunais de desenvolvimento urbano serão criados em todo o país, por iniciativa dos comités de defesa e dos ministérios do sector. Estes CCDU propõem-se organizar a população em torno do «desenvolvimento comunitário integral», iden-

tificar e avaliar as necessidades populares de habitação e serviços (como água e esgotos), captar os recursos económicos dos vizinhos e das fontes externas e administrá-los, convertendo os bairros em unidades económicas que possam resolver os seus próprios problemas.

Em matéria de infra-estrutura física, a revolução sandinista não só herdou os destroços da guerra, mas também os do catastrófico terramoto de 1972, depois do qual a Nicarágua recebeu uma generosa ajuda internacional que foi parar integralmente aos bolsos de Somoza e seus cúmplices.

Em 1980, o déficit total de habitação era estimado em 240 mil unidades, mais 17 mil anualmente, devido ao crescimento demográfico. Durante 1979 e 1980 os esforços concentraram-se na reconstrução do que foi destruído pela guerra. Em um ano e meio construiu-se mais do que nos últimos cinco anos de somozismo (1973-1978).

No campo, a terra, as intra-estruturas e a habitação estão directamente ligadas à produção e, por isso, a reforma agrária está em marcha. Nas cidades esta relação é mais completa: uma política de reconstrução exige a implantação de uma reforma urbana para acabar com a especulação, suprimir o carácter mercantilista da habitação e poder orientar racionalmente o seu crescimento.

Em Estelí e Bluefields a população participou activamente na elaboração de novos esquemas de desenvolvimento urbano. O Ministério da Habitação e de Recursos Humanos apresentou alternativas e as organizações de massa e juntas de reconstrução locais deram as suas opiniões e sugestões. Em matéria de habitação foi fixada uma taxa máxima de juros de 6,5% (muito menor que a inflação) para o financiamento das novas construções. Em colaboração com técnicos do ministério, os «colectivos de habitação e serviços humanos» trabalham na beneficiação das casas e dos serviços. Quando são construídas novas habitações, as organizações de base decidem quem terá prioridade na sua ocupação. A Direcção de Projecção Comunitária orienta a selecção, de modo a que os moradores dos novos conjuntos tenham diferentes níveis culturais e de rendimento, para evitar a segregação social. Ao mesmo tempo, é organizado e incentivado o trabalho comunitário. Terminada esta fase, as novas unidades serão autónomas em relação à sua administração e manutenção.

«Que continuem a ler»

A Cruzada Nacional de Alfabetização, que em 1980 mobilizou 200 mil jovens e reduziu a percentagem de adultos que não sabiam ler e escrever de 50 para 12%, é o modelo de esforço colectivo que se generaliza na Nicarágua para os restantes desafios que marcam o subdesenvolvimento e a marginalização. «Devemos, também, ensiná-los a ler». Esta recomendação de Carlos Fonseca, fundador da Frente Sandinista, aos militantes que organizavam a guerrilha camponesa, foi a palavra de ordem da cruzada. Quando os brigadistas regressaram vitoriosos, a 15 de Agosto de 1980, a imaginação popular criou um lema para a etapa actual: «Que continuem a ler».

Para o levar à prática, o Ministério da Educação criou um vice-ministério de educação de adultos, sob a direcção de Francisco Lacayo, um dos organizadores da cruzada. O programa em curso prevê, para 1981, a consolidação dos conhecimentos dos recém-alfabetizados em espanhol, matemática e desenho, iniciando-os, em seguida, nos fundamentos da história, geografia e ciências naturais.

A base deste esforço são os Círculos de Estudos Populares (CEP), onde os recém-alfabetizados mais avançados actuam como monitores e orientam o ensino radiofónico e a utilização dos materiais didácticos de apoio. Cerca de quatro mil professores populares estão a receber formação para as etapas seguintes da cruzada e para o programa especial de longo prazo que dará educação primária a todos os adultos. Muitos deles são operários, donas de casa, estudantes ou camponeses, dispostos a oferecer voluntariamente duas ou três horas diárias.

Como é estimado em 400 mil o número de adultos que deverão ser atendidos na etapa pós-alfabetização, a meta actual é chegar a um

mínimo de dez mil destes professores para conseguir um número aceitável de um para cada quarenta estudantes.

Actualmente existem na Nicarágua entre 10 a 15 mil Círculos de Estudo Populares. Mais da metade estão em áreas rurais e são orientados por um coordenador, que pode ser um membro destacado da Unidade de Alfabetização Sandinista que funcionou durante a cruzada, um vizinho da comunidade com o primário completo ou um militante das organizações de massas locais.

Segundo um técnico do vice-ministério de educação de adultos, «este processo em que as massas educam as massas vai revolucionar o sistema educativo nicaraguense, vai dar a todos os povos do Terceiro Mundo uma nova interpretação pedagógica e metodológica e, sobretudo, um novo enfoque político e filosófico da educação num processo de libertação».

Na realidade, os professores populares nicaraguenses não saíram de uma escola tradicional, começaram sim a alfabetizar ou aprender as primeiras letras. Estudaram e ensinaram em casas de família, igrejas, sindicatos ou comunidades, compartilharam diariamente da mesa e do trabalho dos camponeses e a sua formação teórica, segundo um documento interno do ministério, «era a que se necessitava para a prática concreta, sem sofisticações. Vinha das necessidades e dirigia-se a elas, em constante reflexão dialéctica sobre a praxis».

Assim, «apertar o cinto» não quer dizer, como frequentemente recomenda ao Terceiro Mundo o Fundo Monetário Internacional, postergar as necessidades populares com a desculpa de que o «bolo» tem que crescer antes de poder ser distribuído. Na Nicarágua, o povo amassa e come todos os dias o bolo do seu esforço. Esse é o «mau exemplo» desta revolução que entra no seu terceiro ano de vida. □

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



SNEDE

★ desenvolve a sua actividade de acordo com as modernas técnicas de planeamento, de organização e de gestão.

★ actua tendo em conta, com realismo, o desenvolvimento das relações económicas com os novos países africanos suas características específicas e as directrizes do seu planeamento económico.

ESTUDOS e PROJECTOS

- ★ está especialmente vocacionada para:
- a realização de estudos e implementação de projectos nas áreas da agricultura, pecuária, silvicultura, indústria, turismo, construção e serviços públicos;
 - a organização e gestão de empresas e de serviços públicos.

áreas de actividade: Portugal; Cabo Verde; Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe; R.P. Angola e R.P. Moçambique.

SNEDE Sociedade nacional de empreendimentos e desenvolvimento económico, sarl

av. fontes pereira de melo, 35-19.º B 1000 lisboa tels. 549043/549739/548177 telex: 13530 SNEDE P

TIMOR—LESTE

Condenada agressão indonésia

Condenação do genocídio pelo Tribunal Permanente dos Povos: um alerta à consciência mundial

REUNIDO, entre 19 e 21 de Junho, em Lisboa, para se pronunciar sobre crimes praticados contra o povo maubere, em queixa apresentada pela Fretilin, o Tribunal Permanente dos Povos — em sessão presidida por François Rigaux, professor de Direito Internacional Privado na Universidade Católica de Lovaina — decidiu: — que «a penetração e a manutenção das tropas indonésias no território da República Democrática de Timor-Leste é, à luz do Direito Internacional, uma agressão proibida pelo artigo 2.º parágrafo 4.º da Carta das Nações Unidas, definida como tal pela Resolução 3.314 (XXIX) da Assembleia Geral das Nações Unidas.

— que «o governo da Indonésia tornou-se culpado de um crime contra a paz internacional segundo a qualificação dada à guerra de agressão pelas Resoluções 3.314 (XXIX) e 2.625 (XVI) da Assembleia Geral dando lugar tal agressão a responsabilidade internacional.»

**TRIBUNAL
PERMANENTE DOS
POVOS/SESSÃO SO-
BRE TIMOR-LESTE
PERMANENT PEO-
PLES' TRIBUNAL
SESSION ON EAST
TIMOR · TÊSILIA-
FÁTIN EMAR NIAN
NAFATIN—RAI
TIMUR LÔROSÂE
Lisboa, 19-21.VI.81**

— que «o governo da Indonésia tornou-se culpado em relação ao povo maubere de Timor-Leste, de violação do Artigo 5 da Declaração Universal dos Direitos dos Povos sobre o Direito à autodeterminação.»

— que «o governo da Indonésia pelas suas graves e repetidas violações das leis e costumes de guerra tornou-se culpado de crime de guerra».

— que «o Governo da Indonésia, cometendo uma série de actos graves na intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional enquanto tal (no caso o povo maubere) tornou-se culpado de crime de genocídio».

— que «o governo dos Estados Unidos, fornecendo ao governo da Indonésia uma ajuda e uma assistência decisivas, tornou-se culpado de cumplicidade na agressão».

— que «todo o governo ou organização que presta auxílio e assistência ao governo da Indonésia torna-se culpado de cumplicidade na agressão. Inversamente, todo o governo ou toda a organização que preste auxílio ou assistência a Timor-Leste, vítima da agressão, não faz mais do que cumprir o seu dever internacional».

Uma instituição prestigiada

A sentença proferida pelo Tribunal Permanente dos Povos na sua sessão sobre Timor-Leste — um documento de 40 páginas — constitui, pela sua profundidade, uma peça histórica para a análise e compreensão da agressão indonésia ao povo maubere, enriquecida, por um lado, pelas intervenções e relatórios apre-

sentados naquele foro — de que se destacam as de Jim Dunn, diplomata e antigo cônsul em Dili, Ken Fry, membro do Parlamento australiano, e do Padre Leoneto do Rego, missionário português que viveu durante alguns anos com os combaten-

tes da Fretilin nas matas de Timor-Leste na sequência da invasão —, por outro, pela idoneidade e competência técnica dos membros que faziam parte do Júri. Entre este so-



Dr. Diógenes Boavida

Solidariedade do povo angolano

«Trouxemos aqui, ao Tribunal Permanente dos Povos, na sua sessão sobre Timor-Leste, o testemunho do povo angolano que, tendo sofrido na carne as mesmas agruras da agressão e explorações coloniais, sente hoje, conquistada a liberdade, a mais viva solidariedade para com os povos ainda oprimidos», afirmaria aos **cadernos do terceiro mundo** o representante da República Popular de Angola, ministro da Justiça, Dr. Diógenes Boavida.

Traçando um paralelo entre os processos vividos em Angola e em Timor Leste, o Ministro da Justiça angolano afirmaria, durante a sua intervenção no Tribunal, que «a situação que prevalece em Timor-Leste, caracterizada por violenta opressão e negação do direito do seu Povo à autodeterminação» se tem vindo a arrastar «devido à cumplicidade das potências imperialistas, às contradições e atitude demissionistas da antiga potência colonial — Portugal — e ainda à debilidade e ignorância da Comunidade Internacional».

«Ficou claro — adiantar-nos-ia aquele dirigente —, por tudo quanto foi apreciado neste Tribunal, o carácter hediondo dos crimes praticados pela Indonésia contra o povo maubere». «É evidente que se trata de um Tribunal de consciência — acrescentaria o dr. Diógenes Boavida —, a sua sentença não tem força executória, mas tem autoridade moral e política que resulta, precisamente, por a sua sentença emanar de um órgão constituído por personalidades de categoria, isentas; personalidades de um grande conhecimento jurídico. Daí que as decisões proferidas por um Tribunal desta natureza tenham, necessariamente, que exercer uma grande influência no concurso das nações, no mundo e, evidentemente, na própria Indonésia».

Que outras iniciativas, pensa poderiam ser tomadas?

Neste Tribunal foi indicada uma via: é a de que o Governo português, em conformidade com a Fretilin, possa encontrar mecanismos de diálogo e entendimento que levem ao reconhecimento da Fretilin por Portugal. Isso ajudaria bastante a luta do povo maubere».

bressaíam os nomes de Ruth First, escritora e socióloga, investigadora na Universidade Eduardo Mondlane de Maputo e exilada política da África do Sul, Armando Uribe, professor de Direito Internacional na Sorbonne, exilado político chileno — ambos vice-presidentes do Tribunal — e nomes como o de Léo Matarasso, advogado do Foro de Paris ou o de Salvadore Senese, membro do Conselho Superior de Magistratura da Itália.

A sessão sobre Timor-Leste do Tribunal Permanente dos Povos apenas veio confirmar a credibilidade e o prestígio que este foro da «consciência da humanidade» goza internacionalmente.

O Tribunal Permanente dos Povos foi criado em Bolonha, Itália, a 24 de Junho de 1979, e surge como o resultado lógico do debate jurídico-político que teve lugar durante o Tribunal Russel na sua sessão sobre a América Latina, a aprovação da Declaração Universal dos Direitos dos Povos, bem como das actividades da Fundação Lello Basso. Até à sessão sobre Timor-Leste, o Tribunal julgava já os casos da Argentina, Eritreia, Sahara, Filipinas, El Salvador e Afeganistão.

Uma ausência reveladora

Durante a sua intervenção perante o Tribunal, logo no primeiro dia de audiências, Mari Alkatiri, membro do Comité Central da Fretilin encarregado de fazer a defesa do movimento de libertação maubere, lamentaria a ausência do réu — a posição oficial indonésia seria apresentada por Michael Chamberlain, de nacionalidade americana —, mas adiantaria que «a sua ausência, só por si, é bem reveladora da sua culpa».

Após um pormenorizado balanço dos acontecimentos que precederam a invasão indonésia — onde teceria



Mari Alkatiri

duros ataques à antiga potência colonial, afirmando que, no mínimo, o Estado português é «o responsável moral pelo drama que se abateu sobre Timor-Leste» — Mari Alkatiri afirmaria que a questão central é a legitimidade da Proclamação da RDTL. A qual não poderia ser objecto de discussão, «sob pena de atentar contra a vontade legitimamente expressa pelo soberano povo maubere» e seria forma de «encorajar a Indonésia a perpetuar a sua ocupação ilegal e a continuar a sua política de genocídio».

Conhecida a sentença do Tribunal, aquele dirigente da Fretilin e ministro dos Negócios Estrangeiros da RDTL, mostrar-se-ia satisfeito

pelo facto de «pela primeira vez, ter sido dado um estatuto jurídico legal internacional à existência da República Democrática de Timor-Leste», proclamada em condições bem difíceis. O mesmo dirigente mostrou-se

esperançado de que a sentença do Tribunal Permanente dos Povos ajude a relançar a questão de Timor-Leste em termos muito mais firmes que até aqui nas instâncias internacionais. □

representante da R. P. Moçambique

“Transmitir o poder à Fretilin”

Isaac Murargy, Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, representante do seu país na sessão do Tribunal Permanente dos Povos sobre a questão de Timor Leste fez para os *cadernos do terceiro mundo* um breve balanço de como viveu e interpretou os trabalhos deste importante foro internacional «da consciência» pelo direito dos povos:

«A sessão decorreu da melhor forma, na medida em que as testemunhas que fizeram o seu depoimento perante o Tribunal procuraram ser o mais objectivas possível, para que este pudesse dispor de uma série de factos que lhe permitissem emitir a sentença final.

Apesar deste tribunal não dispor de meios para obrigar a executar as suas sentenças, ele chama a atenção da consciência mundial para o facto de todos os povos terem o direito de viver em paz, de viver em liberdade, de todos os povos terem o direito a usufruir de autoridade sobre o seu território para benefício do seu próprio povo. Daí o grande papel que cabe a este tribunal: apelar à consciência dos povos para a situação que se vive em qualquer parte do mundo onde haja massacres, agressão, espoliação, etc.

As condições de isolamento em que combatem os patriotas da Fretilin no interior de Timor-Leste contra os invasores indonésios dificulta enormemente a luta de libertação do povo maubere. O que pensa poderia ser feito no plano internacional para apoiar essa luta?

Mais do que a ninguém, cabe a Portugal, através de medidas concretas — e não só através de discursos — dizer que a vai apoiar. Temos o caso concreto do Zimbabue, em que a Inglaterra — potência colonizadora — teve que assumir o seu papel e repôr a legalidade naquele país e daí proceder à transferência de poderes.

Já não se trata de saber se o povo de Timor-Leste tem ou não direito à independência. Neste caso basta pura e simplesmente repor a legalidade e — na nossa opinião transmitir os poderes à Fretilin.

Estará a República Popular de Moçambique na disposição de apoiar essas iniciativas que, eventualmente, Portugal venha a tomar?

Apoiariamos, desde o início, na prática, essas iniciativas de Portugal. Desde que elas sejam justas, evidentemente.

APÓS a sua última sessão semestral, em Genebra, a OPEP estava dividida e afectada por uma decisão que nenhum dos seus membros gostaria de ter adoptado: o congelamento do preço de referência do petróleo bruto e a redução, em dez por cento, da sua produção.

Do ponto de vista dos 13 países produtores, o congelamento implica uma perda real de poder aquisitivo em relação à galopante inflação mundial. Os factores decisivos que estiveram na origem desta tomada de posição da OPEP encontram-se na actual situação do petróleo no mercado mundial e na posição divisionista defendida pela Arábia Saudita. Este país, que chegou a ficar isolado dos seus vizinhos do Golfo, apoiou-se no poderio do seu petróleo e conseguiu, em grande parte, impôr os seus pontos de vista.

A situação do petróleo no mercado mundial é hoje inversa àquela que possibilitou, nos anos 1972/73 e 1979/80, os grandes aumentos de preços. Actualmente, não existe uma procura superior à produção, mas sim um excedente de mais de dois milhões de barris diários.

Os países industrializados, favorecidos por esta abundância e pela possibilidade de comprar na Arábia Saudita e no «mercado livre» (*spot market*) a preços mais baixos em relação ao preço de referência da OPEP (34 dólares o barril), acumularam um *stock* avaliado actualmente em 5,5 mil milhões de barris. Este dado fez com que o ministro argelino exclamasse que, mesmo com este corte de produção decidido em Genebra, a tendência declinante das cotações do preço do petróleo continuará a manifestar-se ainda durante um longo período.

A estratégia do Ocidente

Os elementos que se conjugaram para produzir a abundância do combustível foram determinados pelas

O jogo saudita

*A Arábia Saudita
faz um pacto com os Estados Unidos. Não aceita
reduzir a sua produção de petróleo
e isola-se cada vez mais no seio da OPEP*

Agustín Castaño



Yamani e Kissinger: a Arábia Saudita actua dentro da OPEP como um «cavalo de Tróia» dos EUA.

grandes potências ocidentais e, sobretudo, pelos Estados Unidos. Tanto na Agência Internacional de Energia (AIE) — o instrumento idealizado por Henry Kissinger para coordenar as políticas dos consumidores mais desenvolvidos — como nos encontros de chefes de governo das maiores potências industriais, foi delineada uma política de longo prazo, que produziu estes resultados negativos para a OPEP. Planeia-se

ainda, entre as diversas capitais das potências capitalistas mundiais, outros triunfos sobre os produtores de petróleo no futuro.

O Ocidente capitalista aceitou relutantemente no curso da década passada o aumento dos preços do petróleo. Após as altas dos preços nos anos de 1979/80, quando em certos casos as cotações do petróleo no mercado de Roterdão ultrapassaram os 40 dólares por barril, o Oci-

dente capitalista mudou de estratégia.

Na aplicação de uma estratégia de poupança de energia influíu também o alto custo dos derivados do petróleo para os consumidores individuais. Desse modo, o consumo de gasolina para os automóveis e os combustíveis de utilização doméstica sofreram uma forte diminuição. Como consequência, as importações dos Estados Unidos caíram em cerca de dez por cento, enquanto as da Europa Ocidental e do Japão diminuíram entre cinco e seis por cento.

Enquanto isto, novos exportadores entravam no mercado: em primeiro lugar o México, cuja produção actual está fixada em 2,9 milhões de barris, e outros produtores menores, como o Egito, a Malásia e os Camarões. E para os países desenvolvidos capitalistas o petróleo do Mar do Norte passou a ter uma real importância.

Em Dezembro de 1980, durante a anterior sessão da OPEP, foi calculado que a procura mundial (excluídos os países socialistas) durante 1981 oscilaria entre os 47,5 e os 48,5 milhões de barris. Previsão esta que era compartilhada pelas próprias transnacionais do sector. Porém, hoje, constata-se que a previsão estava errada: o consumo diário é estimado em cerca de 45 milhões de barris, assim como se avalia que a média anual em 1981 não ultrapassará os 46,5 milhões de barris.

Como a produção é organizada em função das previsões feitas, daí a razão dos dois milhões de barris de excedentes actuais.

Outro aspecto da estratégia ocidental que tem influído, é a substituição dos hidrocarbonantes por outras fontes de energia. As potências industriais têm privilegiado o desenvolvimento da indústria nuclear e a utilização do carvão. Além disso, outras fontes alternativas que

antes não eram exploradas devido aos seus altos custos, tornaram-se rentáveis em relação ao preço actual do petróleo.

Todos estes factores têm um peso específico no mercado. Para a OPEP, só havia um método de enfrentá-los: reduzir a oferta. Efectivamente, já no ano passado a oferta da OPEP se havia retraído em 14,4%, mas a poupança dos consumidores e o ingresso de novos exportadores anularam os efeitos desse esforço.

A proposta de uma nova redução defendida por doze membros teria, pelo menos, equilibrado a situação se tivesse sido acatada pelo principal produtor mundial: a Arábia Saudita.

O papel dos sauditas

A monarquia saudita, durante este período, injectou conscientemente no mercado um excedente de petróleo, aumentando a sua produção até chegar a 9,5 milhões de barris diários, isto é, 45% do total da oferta da OPEP.

Os governantes sauditas não têm feito mistério deste boicote aos outros produtores da OPEP. Muito pelo contrário, vangloriam-se disso e afirmam que, com esta atitude, desejam impor uma política a longo prazo, cujos objectivos consistem no congelamento das cotações do petróleo, sua unificação (hoje flutuam entre 32 e 41 dólares por barril) e, finalmente, a fixação dos preços em relação às moedas ocidentais, de maneira a impedir a sua desvalorização, ocasionada pela inflação.

Ao mesmo tempo que durante esse período Riad esteve fomentando o excedente, na mesa de negociações da OPEP, que executou essa política, o ministro saudita, xeque Yamani, pediu o congelamento do preço por dois anos, para finalmente aceitar apenas por um ano. Ele afirmou que somente com

essa condição o seu monarca aceitaria reduzir a produção.

Ante esta pretensão inaceitável para os demais membros da OPEP, optou-se pela moção venezuelana da redução do fornecimento e congelamento do preço até Dezembro. No entanto, a monarquia saudita não se sente na obrigação de acatar a decisão da organização. Yamani não aceitou nenhum compromisso sobre o preço e nega-se a baixar a sua própria oferta. Apenas disse informalmente que, talvez, mais adiante, a família real mandasse diminuir a produção em meio milhão de barris (menos de cinco por cento).

Tudo isso já seria suficiente para compor um quadro de graves dificuldades. Mas a situação torna-se ainda mais grave por causa da normalização gradativa da produção do Irão e do Iraque — reduzida por força da guerra entre os dois países. Actualmente, os dois juntos já produzem um milhão de barris diários. A tendência é a produção duplicar. Isto não é incompatível com a redução decretada pela OPEP e não agravaria a situação se a Arábia Saudita estivesse disposta a acatar as determinações de Genebra. Neste caso, a normalização da produção do Irão e do Iraque poderia ser facilmente compensada pela redução da produção de outros países, como será o caso do Qatar, cujo governo já anunciou uma diminuição de 18 por cento.

Todos os estudos realizados coincidem em que por muitos anos o petróleo continuará a ser a principal fonte de energia e que a OPEP continuará a controlar a maior parte das exportações. Porém, a curto prazo, a tendência é negativa para a Organização, não só pelo aumento da oferta, a diminuição da procura e pela perda relativa de peso da OPEP no conjunto da produção mundial, mas principalmente pela postura saudita, já que é notório que Riad se propõe a manter a sua decisão, na

esperança de obrigar os outros doze países membros da OPEP a submeterem-se.

Um novo Irão?

Comentando a atitude da monarquia saudita, Nicolás Sarkis — um conceituado analista e director da revista «O petróleo e o gás árabes» — afirmou: «As declarações e o comportamento de Yamani têm contribuído para debilitar a OPEP e abalar a sua credibilidade muito mais que as ameaças de um Henry Kissinger».

A Arábia Saudita actua dentro da organização como um «cavalo de Tróia» dos Estados Unidos. O seu governo afirma que as decisões a respeito da quantidade do fornecimento de petróleo estão na esfera da soberania saudita, e, portanto, não lhe dizem respeito as resoluções da OPEP neste terreno. Porém, ao mesmo tempo, negociou a sua própria posição com os Estados Unidos e cumpriu o pedido norte-americano de não aumentar o preço do petróleo. Em troca, o rei Khaled obteve a venda de aviões AWACS e outros armamentos.

Dessa forma se confirmou a antiga linha de dependência de Riad em relação a Washington. No entanto, frente ao problema palestino, o actual presidente norte-americano Ronald Reagan é muito mais duro que o seu antecessor. Reagan colocou-se abertamente ao lado de Israel, enquanto acusa a OLP de organização terrorista.

Essa aliança dos governantes sauditas com o poderoso inimigo dos seus irmãos árabes está deixando isolada a política de Riad. O facto de os principados do Golfo — antes muito próximos da posição saudita na questão do petróleo — se terem distanciado completamente da posição saudita na última reunião da OPEP, revela os sentimentos que prevalecem actualmente.

Também dentro do país, controlado pela realza saudita com mão de ferro, regista-se um mal-estar crescente, apesar da forte censura.

Washington e as potências ocidentais têm apostado tudo na cartada saudita.

A submissão da monarquia saudita não faz o Ocidente sentir a dependência energética em que hoje se encontra em relação a Riad. Porém, muitos se perguntam — recordando a queda do Xá do Irão, que até há pouco tempo atrás parecia algo muito remoto — o que acontecerá ao Ocidente se este regime anacrónico se desmoronar. Demonstrem falta de consciência os países industriali-

zados ao dependerem dos sauditas em 30.% do seu abastecimento de petróleo (no caso da França chega a 52.%), dizia um comentário do diário parisiense *Le Monde*, ao analisar o encontro de Genebra.

Estes são os riscos para o Ocidente. Quanto ao Terceiro Mundo em geral, não tem motivos para se responsabilizar pelas dificuldades que afligem a OPEP, uma organização que apesar da postura justa de uma minoria dos seus membros, não tem assumido as suas responsabilidades em relação aos países subdesenvolvidos, que continuam a exportar as suas matérias-primas a preços desvantajosos. □

petróleo

Em busca de nova imagem

A OPEP promoveu no Brasil um seminário para denunciar o trabalho das agências transnacionais de notícias

Francisco Viana

DIDACTICO. Assim pode ser definido o seminário para jornalistas latino-americanos organizado pela OPEP, entre 15 e 17 de Junho, no hotel Intercontinental, Rio de Janeiro, reunindo representantes de 17 países. Filmes, palestras e debates tiveram sempre o mesmo objectivo: desfazer a imagem difundida pela imprensa dos países industrializados de que a OPEP é uma organização responsável pelos graves problemas das economias dos países Ocidentais, em particular, e do Terceiro Mundo, em geral.

Segundo o Secretário-Geral da OPEP, René Ortiz, esta estratégia, entre outros objectivos, visa dividir os países do Terceiro Mundo, procurando fixar a falsa imagem de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo é formada por países ricos. «Isto não é verdade: somos países em desenvolvimento com problemas muito parecidos com os de todos os países do Terceiro Mundo», explicou Ortiz.

Para fundamentar a sua afirmação citou alguns dados de um relatório do Banco Árabe Internacional de Investimentos: «O lucro total dos

países da OPEP é menor que as vendas combinadas da General Motors e da Ford». Disse mais: «O lucro da Arábia Saudita com a venda do petróleo corresponde a metade das vendas da Exxon; os lucros do Kuwait e dos Emirados Árabes, se somados, não chegam a ultrapassar os lucros das vendas da US Steel e da Peugeot Citroën».

Ortiz fez questão, no encerramento do seminário, de aprofundar ainda mais a tese de que a OPEP não é a responsável pelos problemas económicos do mundo industrializado. Ao referir-se ao excessivo destaque que o Ocidente tem dado ao custo do petróleo, faz questão de mostrar que os stocks acumulados nos países industrializados são suficientemente altos para atenuar qualquer tentativa de organização de manipular efectivamente os preços: «A corrida para acumular stocks tem sido sem precedentes na história do mundo. Em 1980, os depósitos dos países industrializados alcançaram seis mil milhões de barris, isto é, mais de 33% das reservas de petróleo recuperáveis da Venezuela, mais de 71% das reservas da Argélia e mais do que a soma das reservas totais do Equador, Gabão e Qatar.»

Informação manipulada

Durante o seminário, os assessores da OPEP mostraram um filme que ilustra bem a forma como a organização é tratada pelos grandes jornais norte-americanos, ingleses, franceses e japoneses. Tratava-se de uma colectânea de manchetes de jornais e ilustrações onde os árabes são sempre apresentados como figuras horripilantes, de olhos perversos, narizes grandes e bizarros óculos escuros. Uma das manchetes dizia: *Ao diabo com os árabes*. Havia desenhos igualmente maliciosos: um árabe deixando um enorme barril de petróleo cair sob a cabeça das Nações Unidas; o mundo despedaçando-se enquanto um árabe fugia le-



René Ortiz

vando um barril de petróleo ou um árabe desfilando num luxuoso carrão, enquanto o Terceiro Mundo, representado por um mendigo de pires na mão, implorava esmolas.

O chefe do departamento de Informações Públicas da OPEP, Hamid Zaheri, explica:

«Quando na década de 40 o Ocidente consumia as nossas reservas petrolíferas pagando preços vis, nunca os grandes jornais e as agências de notícias procuraram mostrar as empresas petrolíferas como chantagistas, nem exploradoras. Agora, quando exigimos o legítimo direito de defender o que é nosso, todas as vozes da grande imprensa internacional se apressam a atacar-nos e a tentar vender ao mundo a imagem mais negativa possível».

Num longo documento que apresentou aos jornalistas, Zaheri chamou a atenção para um detalhe muito particular: «os desequilíbrios na distribuição da informação no mundo são muito maiores que os desequilíbrios no desenvolvimento industrial». E citou dados do documento, elaborado pelo Departamento de Informações Públicas da OPEP:

— No mundo actual, 70 por cento da população consome apenas dez por cento da produção global de papel. Este enorme contingente humano dispõe apenas de cinco por cento das estações de televisão e 15% dos aparelhos de televisão, 20% dos cinemas, 12% dos jornais e apenas dez por cento das estações de

rádio. Como são ricos, os países industrializados têm grandes facilidades e interesse em controlar a informação. Resultado: 85 por cento das notícias divulgadas no mundo vêm através da UPI, AP (norte-americana), AFP (francesa) e Reuters (inglesa).

Cooperação necessária

Para a OPEP o quadro que se configura actualmente no sector internacional de imprensa é um dos problemas mais graves com que se defrontam os países do Terceiro Mundo. É ainda Zaheri quem fala:

— Uma mulher num país desenvolvido quando acorda sabe com facilidade, através dos jornais, onde matricular o seu filho para estudar, ou quem vai casar entre as celebridades locais. Dificilmente saberá o que aconteceu no Uganda após a queda de Idi Amin. Isto porque os grandes jornais só se preocupam em noticiar o Terceiro Mundo sob o ponto de vista sensacionalista ou exótico. Quando os membros da OPEP resolvem congelar os preços do petróleo até ao fim do ano, o noticiário não destaca a nossa medida, mas sim a economia que os países ocidentais farão, numa inequívoca intenção de vender uma imagem distorcida da organização.

Para o Secretário-Geral da OPEP, René Ortiz, o caminho para enfrentar a propaganda negativa contra a organização e contra o Terceiro Mundo no seu conjunto, é semelhante ao que os países produtores de petróleo vêm seguindo há 20 anos, a partir da criação da OPEP:

— É importante que os países do Terceiro Mundo entendam que só a unidade pode contribuir para a realização de inúmeros projectos de desenvolvimento (que vêm sendo adiados pelos países industrializados) e para a criação de um sistema de informação equilibrado. Nesse sentido, a OPEP tem dado passos significativos: criou um fundo de

ajuda ao Terceiro Mundo, com recursos de 45 mil milhões de dólares, e está a organizar uma agência internacional de notícias.

Informa a OPEP que esta agência, voltada exclusivamente para temas económicos e comerciais, já divulga diariamente 1500 palavras, atingindo 70 países. No momento, a sua equipa ainda é reduzida: apenas dez jornalistas, todos com função de editor, além da rede de correspondentes, também pequena. Esta fórmula faz parte da visão política que a organização tem do problema da comunicação: os seus assessores explicam que não adianta contratar uma equipa monumental de jornalistas e fazer elevados investimentos, se antes não for feito um trabalho de aproximação com os jornais e jornalistas do Terceiro Mundo, no sentido de cooperação com a OPEP.

«Os nossos planos prevêem a construção de um sistema de informação no Terceiro Mundo até ao fim da década. Queremos caminhar devagar porque temos notado que todas as agências de notícias que correram demais fracassaram. Nós vamos gatinhar, levantar-nos e depois então é que vamos gritar» — diz o chefe do departamento de Informações Públicas da OPEP. Pelos seus planos, só dentro de cinco anos é que a agência estará efectivamente organizada e em condições de competir com as grandes agências estrangeiras.

A posição actual da OPEP com relação à Imprensa é totalmente diferente daquela que a organização adoptou em 1973, quando os preços do petróleo começaram a aumentar.

«Naquela época, explica Harmid Zaheri, nós erámos — e pagámos caro — porque não nos apressámos a explicar ao mundo que não tínhamos culpa da crise das economias ocidentais. Precisávamos ter dito que o aumento dos preços do petróleo era legítimo porque vínhamos a ser explorados e precisávamos ter contra-

partida económica na venda das nossas matérias-primas — que são bens perecíveis — para criar nos nossos países meios de garantir o desenvolvimento quando as reservas se esgotarem. Como ficámos em silêncio, os meios de comunicação acusaram-nos de estar com um complexo de culpa. Não era nada disso.»

Nova imagem

Para os jornalistas que participam no seminário, as explicações da OPEP tiveram bons resultados. Um deles, Carlos Pinto, de *O Globo* (seguramente um dos jornalistas brasileiros que mais entende de problemas ligados ao petróleo) explicou que o seminário teve a vantagem de acabar com velhos mitos. É ele quem explica:

— Em 1973, quando começou a chamada crise do petróleo, eu tinha a seguinte ideia da OPEP: um bando de chantagistas que usava o petróleo como força de pressão sobre o Oci-

dente. Agora, sei que não é nada disso. Mas o seminário serviu para reforçar esta posição. Por exemplo: mostrou que o Ocidente vinha realmente desperdiçando petróleo e pagando preços ínfimos. Um litro de gasolina custava menos que um litro de água mineral. Na opinião de Carlos Pinto, o encontro teve ainda outra vantagem: provou que o petróleo não é o único responsável pela crise económica dos países industrializados e do Terceiro Mundo, como normalmente é divulgado. «A OPEP mostrou que a gasolina poderia custar metade do que custa actualmente, não fosse o facto dos Governos dos países consumidores a sobre-carregar de impostos.

Do seminário, participaram, entre outras, as seguintes personalidades:

Secretário-Geral, René G. Ortiz
Chefe do Departamento de Informações Públicas, Hamid Zaheri
Director-geral do Fundo de Desenvolvimento da OPEP, Abel Kadar Benamera □

petróleo

Autodeterminação e desenvolvimento

O modelo económico que as nações industrializadas oferecem ao Terceiro Mundo não se coaduna com a realidade das nossas sociedades

Jorge A. de Moraes

(O autor é ministro do Petróleo da República Popular de Angola)

UM dos maiores problemas que os países do Terceiro Mundo hoje enfrentam é o do seu desenvolvimento. E um dos principais componentes é o factor energético.

Sem um abastecimento regular de energia ficam frustradas quaisquer esperanças ou expectativas de pro-

gresso sócio-económico do país, isto é, o desenvolvimento nacional está condenado.

Definamos primeiro o que é desenvolvimento nacional para que nos apercebamos do seu todo e das consequentes implicações. Por desenvolvimento nacional não devemos entender apenas um cresci-

mento da infra-estrutura industrial, mas sim a consolidação de uma nação livre, independente e próspera. Uma nação que não controla o seu próprio destino, que pode ser manipulada por forças externas ou que servilmente segue orientações vindas do exterior, não pode ser considerada desenvolvida na verdadeira acepção do termo. Só se pode considerar desenvolvida uma nação que contribua para a solução dos problemas da comunidade mundial a partir de uma posição de independência, reflectindo a estrutura própria da sua sociedade.

Isto, porém, constitui ainda um objectivo que não está totalmente ao alcance da grande maioria dos países em vias de desenvolvimento. E tal acontece devido ao peso dos aspectos materiais no desenvolvimento de um país. A experiência colhida nestes últimos 30 anos de vida das nações do Terceiro Mundo obriga-nos a chegar à triste conclusão de que a felicidade imediata não existe; e os milagres económicos também não. Hoje sabemos, à custa de muitas lágrimas e sacrifícios, que não basta proclamar aspirações e princípios justos para que eles se concretizem imediatamente. Aprendemos que é necessário saber conduzir o processo de desenvolvimento em conformidade com as aspirações políticas e sociais do povo e com as potencialidades nacionais. Há três condições fundamentais para desencadear o processo de desenvolvimento nacional: potencialidades, financiamento e tecnologia.

Sem potencialidades não pode haver nenhum desenvolvimento industrial. Sem terra, sem minerais, sem energia e, sobretudo, sem um total engajamento da população não é possível desencadear o processo de desenvolvimento.

Formação de quadros

A nossa experiência mostra que

não basta a um país ser potencialmente rico. É necessário desenvolver essas riquezas e para isso necessita de financiamento e de tecnologia. Mas o facto de ter acesso aos financiamentos e à tecnologia estrangeira não conduzem forçosamente aos objectivos desejados. Um programa de desenvolvimento elaborado externamente aliena a soberania do país.

A transferência da capacidade técnica e da experiência, que constituem uma das principais bases do poder dos países industrializados, é, sem dúvida, uma das prioridades mais urgentes para os nossos países. Convencionou-se chamar «transferência de tecnologia» à aquisição, em condições por vezes humilhantes e sempre custosas, do que devia ser um património de toda a humanidade: os resultados técnico-científicos do génio humano.

Somos obrigados a reconhecer que o conhecimento tecnológico, assim como a capacidade financeira, são trunfos de que dispõem os países industrializados no seu diálogo-imposição com o Terceiro Mundo. Para garantir o nosso desenvolvimento, somos forçados a aceitar este desafio. E uma vez mais, a nossa experiência já nos permite sair da nossa passividade e influenciar este processo da maneira mais favorável aos nossos povos.

Em primeiro lugar, a aquisição ou transferência de tecnologia não se limita à simples compra de processos técnicos, pois pode acontecer que o comprador seja muito simplesmente integrado num sistema onde só poderá ter acesso às suas vantagens se voltar a comprar de novo outros processos técnicos. E assim sucessivamente. Por outro lado, a nação compradora deve ter um papel activo, criando as condições de aquisição, pois não se pode industrializar um país sem tradição industrial. Daí, caber inteiramente à iniciativa nacional a criação de uma

base técnica própria baseada na acumulação das experiências, ao seu domínio e adaptação pelos nacionais. Por esta razão, a formação de quadros nacionais, intimamente ligada à criação de base técnica, não pode ser limitada ao envio maciço de estagiários para o exterior. O país deve esforçar-se, sacrificar-se mesmo, e criar as condições para formar os técnicos nacionais no solo pátrio. E assim daremos um salto qualitativo importante para quebrar a dependência tecnológica.

São estes alguns dos princípios que norteiam a formação de quadros do sector petrolífero em Angola. Garantem — estou plenamente convencido — que os angolanos dentro de algum tempo, não muito longínquo, dominarão as tecnologias desta tão importante indústria.

Mas só as potencialidades e a tecnologia não são suficientes. São necessários financiamentos. Para os países produtores de petróleo, esta matéria-prima é obviamente uma fonte de financiamentos. Contudo, a indústria petrolífera deverá ser orientada de tal modo que o dinheiro por ela gerado possa trazer o máximo de benefícios ao povo, (para as suas necessidades sociais, educacionais e sanitárias), à agricultura, (por ser uma fonte de riqueza natural renovável e vital), e à indústria (que tem um papel decisivo a desempenhar para o desenvolvimento económico de qualquer país). Por consequência, as receitas do petróleo não constituem uma finalidade em si mas um meio através do qual se processa o desenvolvimento nacional.

Pode-se concluir assim que o petróleo pode ser usado eficazmente como suporte financeiro do desenvolvimento nacional, não só porque é uma riqueza esgotável com vida limitada, mas também porque é um elemento vital para o país como fonte de energia e matéria-prima.

A partir destas linhas mestras po-

der-se-á argumentar que o objectivo correcto a atribuir ao sector petrolífero, no contexto do plano nacional, seria o de produzir só para satisfazer as necessidades financeiras do país. Mas tal atitude só poderia contribuir para aumentar as tensões no seio da comunidade económica mundial. Se não vejamos. Se os países produtores de petróleo se limitarem a produzir só para satisfazer as suas necessidades financeiras naturalmente que os preços subirão a níveis muito superiores aos actuais. E serão as nações mais pobres que mais sofrerão neste processo. Sem possuírem recursos financeiros para desenvolverem outras fontes alternativas de energia ou para competir com o mundo industrializado na compra de petróleo, aqueles países poderiam ser compelidos a ver reduzidos os seus desejos de melhoria do seu nível de vida a sonhos inacessíveis.

Os países que, como o nosso, têm a felicidade de poder basear os seus programas económicos nas receitas da indústria petrolífera, devem reconhecer que os países mais severamente atingidos pelas perturbações do mercado petrolífero são aqueles com quem mais naturalmente mantemos estreitos laços de amizade, quer no campo político, como no cultural e no social.

Diálogo Norte-Sul

Tornou-se agora de bom tom falar sobre a necessidade do diálogo entre o mundo industrializado e os países menos desenvolvidos — normalmente designado como o «diálogo Norte-Sul». Pode-se admitir que para alguns isto possa ser o reflexo de um desejo sincero de criar uma ordem económica mundial mais justa e equitativa. No entanto, para outros, não será mais do que uma tentativa camuflada para recuperar a mudança no poder económico mundial que algumas poucas nações produtoras de petróleo estão a adquirir. As tentativas para concentrar



Em Angola, o petróleo é uma das riquezas nacionais

este diálogo apenas em «problemas de energia», excluindo outros de mais vasta dimensão e que são de importância vital para todos os países do Terceiro Mundo, revelam os limites morais de uma tal acção. Se bem que seja errado sugerir que este «diálogo Norte-Sul» é desprovido de interesse, também não podemos considerar, nem aceitar, que seja o único fórum onde possam ser debatidos os problemas de interesse comum para as nações em vias de desenvolvimento.

Não se pode negar que o mundo industrializado tem algo a oferecer aos países que ainda não se desenvolveram totalmente. A capacidade técnica e de financiamento que as economias industrializadas podem, se elas assim o desejarem, pôr à disposição do resto do mundo deve ser aceite como um gesto positivo. Mas a experiência adquirida ao longo destes últimos anos leva-nos a reconhecer que o modelo que as nações industrializadas oferecem não se coaduna com a realidade das nossas sociedades. Aquele modelo não nos serve. A desigualdade, a agressividade e o egoísmo que caracterizam o sistema político de vários países industrializados representam a verdadeira antítese do tipo de estrutura social que muitos dos nossos países tentam implantar. Os recentes acontecimentos no Irão mostraram a loucura da tentativa de impor a um povo os valores do mundo in-

dustrializado que eram incompatíveis com as suas convicções tradicionais. A espontaneidade da rejeição da tentativa de imitar os padrões e a moral do ocidente industrializado revela bem o fosso existente entre dirigentes e governantes e a ilegitimidade do processo político.

Mas, mesmo assim, ainda se teima em querer apresentar como um sucesso de adaptação do modelo ocidental aos países do Terceiro Mundo os exemplos de Taiwan, Singapura e da Coreia do Sul. E chega-se a falar de milagre económico. Estas nações são na realidade um exemplo... um exemplo daquilo que não se deve fazer. Para se atingir os resultados económicos que aqueles países alcançaram quanto desperdício inútil não houve de matérias-primas e energia, e quantos sacrifícios não foram consentidos pelas suas populações sem verem substancialmente melhoradas as suas condições de vida?

Assim, devemos ir buscar ao mundo industrializado tudo aquilo que nos pode ser útil para alcançarmos os objectivos nacionais e evitar sermos contaminados pelos seus preconceitos de ordem política, social ou racial. O critério pelo qual devemos julgar se o modelo industrial é ou não desejável para as nossas economias é a sua relação directa com as aspirações políticas e sociais das nossas nações. Nem toda a tecnologia proveniente dos países in-

dustrializados pode ser transplantada com sucesso para as mais diversas condições de cada um dos nossos países.

Diálogo Sul-Sul

As «relações verticais» entre países industrializados e em vias de desenvolvimento não podem ser consideradas o único meio para o desenvolvimento nacional. Se bem que ainda não se tenha atingido um desenvolvimento desejado, eu estou convencido que as relações entre os países do Terceiro Mundo se revestem de uma importância considerável. O «diálogo Sul-Sul» poderá

proporcionar a oportunidade aos países do Terceiro Mundo de partilharem as lições tão duramente pagas, compostas de sucessos e de fracassos.

Na minha opinião, a energia pode ser o catalisador de tal diálogo. Devemos procurar resolver o conflito potencial de interesses entre os países em desenvolvimento produtores e importadores de petróleo. Estes vivem uma situação desesperada e é necessário prestar-lhes ajuda.

Vários passos significativos foram dados recentemente. Os mais salientes foram a criação da OLADE, o acordo entre o México e a Venezuela, com condições espe-

ciais de venda na área das Caraíbas, e o acordo entre o Gabão, a Nigéria, a Argélia e a Líbia, para reservar uma dada proporção dos seus abastecimentos às nações deficitárias da África.

Angola também reconhece a sua responsabilidade em relação aos países da África Austral. E no quadro da Comissão de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral apresentará propostas realistas para ultrapassar este mau momento. Angola verá com simpatia uma participação mais activa de alguns países da África Austral no desenvolvimento da capacidade de refinação em Angola de modo a

A proposta angolana

Com a realização em Luanda do seminário internacional sobre «Petróleo e Desenvolvimento», entre os dias cinco e oito de Maio, boas perspectivas de cooperação petrolífera se abriram ao continente africano, que, hoje mais do que nunca, luta para o desenvolvimento das suas economias nacionais, de forma a reduzir a dependência.

Os participantes do encontro, promovido pelo Ministério Angolano do Petróleo, com a colaboração do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da COMERINT (grupo ENI, da Itália), destacaram a grande necessidade de

se fazer do petróleo a arma para a libertação económica do continente, pelo que foi evocada a urgência do reforço das indústrias petrolíferas na África.

Neste sentido, foi importante a proposta apresentada pelo Ministro Angolano do Petróleo, Jorge Morais, sobre a criação de uma Associação de Países Produtores de Petróleo do Golfo Africano Ocidental, para promover a cooperação sul-sul.

Essa Associação, já aceite pela Nigéria, Gabão

No seminário, uma decisão importante foi tomada: fazer do petróleo a arma para a libertação económica do continente



dotar a região do instrumento para produzir os refinados necessários ao desenvolvimento económico desta parte de África.

Todos estes factos, toda a conjuntura internacional, contribuem para um reforço da cooperação, do diálogo Sul-Sul. Certamente, isto não irá resolver de imediato todos os nossos problemas, nem porá fim à dominação tecnológica dos países industrializados. Mas é de todo o nosso interesse aproveitarmos as experiências de aquisição de tecnologia já tão duramente pagas por alguns dos países do Terceiro Mundo mais avançados, tais como a Argélia, a Nigéria, o México, a

Índia e o Brasil. O «self-reliance» (autosuficiência) colectivo não é uma utopia. É uma necessidade, uma etapa obrigatória para podermos impor uma nova ordem económica mundial.

Embora já verifiquemos hoje que as relações Sul-Sul se materializam e se intensificam, temos de reconhecer que ainda não foram totalmente identificadas todas as áreas possíveis de cooperação. Também creio que, nestes primeiros passos, devemos visar objectivos modestos e limitados e de fácil realização.

Penso, por exemplo, que uma forma concreta da cooperação Sul-Sul seria a formação de uma asso-

ciação de países produtores de petróleo do Golfo Africano. Não para definir políticas, impor preços ou fazer concorrência às organizações já existentes. Mas apenas para trocar informações de interesse imediato para a exploração petrolífera e estudar projectos em comum, como neste momento Angola e o Congo fazem. As oportunidades para acções comuns, baseadas nas nossas experiências, nas nossas convicções e nas nossas ambições, são enormes. É dever de todos nós procurar transformar estas esperanças em realidades. Os nossos povos estão à espera e não há muito tempo a perder. □

e Congo, visaria uma troca de informações de interesse imediato para a exploração petrolífera e promoveria o estudo de projectos em comum, como o fazem, neste momento, Angola e o Congo.

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) prevê, para os próximos anos, a modernização e ampliação da refinaria de Luanda (a única do país) para satisfazer não só as necessidades do mercado interno em derivados de petróleo e gás, mas também para exportar. Principalmente para os Estados Africanos, com produção insuficiente para o desenvolvimento económico.

A SONANGOL, criada a 25 de Fevereiro de 1977, para gerir e controlar totalmente todas as actividades ligadas aos hidrocarbonetos em Angola (desde a produção de petróleo e gás até à comercialização) garante, actualmente, a distribuição total do gás ao país e assegura 80 e 90 por cento do abastecimento de combustível.

Para os anos 80, a SONANGOL, em associação com companhias estrangeiras, através de contratos de partilha (production sharing), tem grandes projectos de injeção de gás. Prevê que, até 1985, todo o «offshore» e «onshore» de Angola seja pesquisado e se conheçam as reservas recuperáveis do país, avaliadas, em média, entre uns dez mil milhões de barris, repartidos por quatro bacias sedimentares (Baixo Congo, Kwanza, Benguela e Moçâmedes), numa área de cerca de 250 mil quilómetros quadrados.

Uma outra preocupação da SONANGOL é que a comercialização do petróleo e seus derivados, no exterior, venha a ser feita directamente, isto é, sem intermediários. Neste aspecto, o primeiro passo a empreender será a abertura, brevemente, de um escritório de representação em Londres.

Paralelamente ao desenvolvimento da indústria petrolífera e petroquímica, existe necessidade de execução de projectos para o aproveitamento de outras fontes renováveis de energia (carvão, sol, vento, água) no continente. Isto para que se venha a utilizar o petróleo, recurso não renovável, de uma forma mais racional.

Com efeito, se por um lado o desenvolvimento da produção petrolífera nacional e o crescimento das receitas daí provenientes constituem um poderoso estímulo para o reforço da economia nacional, não é menos verdade que uma explosão sem controlo e demasiadamente rápida do sector petrolífero conduz, inevitavelmente, a insucessos e a efeitos catastróficos.

A formação de quadros nacionais é outro investimento previsto pelos países africanos. Neste domínio, a República Popular de Angola possui já uma escola para a formação de quadros médios para a indústria petrolífera (Escola de Petróleos do N'gunza, inaugurada em 1979, «Ano da Formação de Quadros»).

A escola, que surge no quadro da «transferência de tecnologia», estará, brevemente, em condições de receber estudantes de países vizinhos.

A fome pode esperar

Na 7.ª Conferência Ministerial do Conselho Mundial de Alimentação
os Estados Unidos
voltam-se de novo contra os mais pobres

Baker Kamal



LOGO na sua primeira intervenção, o secretário da Agricultura dos Estados Unidos, John B. Block, conseguiu neutralizar as três principais propostas do Conselho Mundial de Alimentação (CMA), para criar um sistema de segurança alimentar. O facto ocorreu na 7.ª Conferência Ministerial do Conselho Mundial de Alimentação, realizada entre 25 e 29 de Maio, em Novi Sad, Jugoslávia, com a participação de representantes de 36 países.

As propostas eram as seguintes: uma resolução do CMA conde-

nando, na sua condição de órgão político das Nações Unidas, o uso de alimentos como instrumento de pressão; um consenso para a renovação do actual convénio de trigo e a implantação de um sistema de reservas alimentares internacionais.

No informe do director executivo do Conselho Mundial de Alimentação, Maurice Williams, havia oito sugestões para organizar o sistema de segurança alimentar. A primeira dizia respeito ao novo convénio do trigo. A ideia era a realização de um novo convénio a partir das teses do Conselho Internacional do Trigo,

que visa a cooperação e a estabilidade do mercado. No seu informe, o director do CMA chamava a atenção para «a alta e crescente concentração do cultivo e comércio de cereais na América do Norte, motivo de preocupação internacional».

As outras medidas estavam relacionadas com os mais diversos temas. Três delas diziam respeito directamente à renovação do convénio sobre ajuda alimentar por um período de cinco anos. Além de uma campanha internacional para divulgar o convénio, foi proposta a fixação de reservas de dez milhões de toneladas e a reposição anual de 500 mil toneladas de alimentos. Isto para garantir a máxima segurança nos casos de crise. Houve ainda uma quarta proposta visando a ajuda alimentar directa. Trata-se da criação de uma reserva de emergência, independente das forças de mercado, que só seria utilizada nos casos de perspectiva iminente de escassez alimentar.

Outras propostas: melhoria da infra-estrutura nos países em desenvolvimento, envolvendo a construção de armazéns, transporte, etc.; a criação de um serviço de financiamento alimentar, pelo Fundo Monetário Internacional — FMI — para



Cereais: os EUA são o principal produtor e um dos maiores exportadores do mundo

ajudar a resolver o problema das balanças de pagamentos nos países em desenvolvimento, frequentemente obrigados a arcar com dívidas que fogem aos seus controles devido aos custos cada vez maiores da importação de alimentos. E foi proposta ainda uma série de acordos comerciais destinados a evitar a instabilidade no mercado nos momentos de tensão.

Posição chave

Todos esses pontos teriam obtido consenso das delegações presentes ao encontro, não fosse a discordância norte-americana. O seu secretário de Agricultura, Jonh B. Block, explicou que a posição do seu país, tanto no campo da produção, como na exportação agrícola, faz parte da política geral do presidente Reagan.

Os Estados Unidos é o principal produtor e um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, particularmente em relações aos cereais. Assim, a administração norte-americana fica com uma dupla característica: por um lado tem grande responsabilidade na solução do problema da fome e da má nutrição; por

outro, exerce influência e controle decisivo na hora de ser colocada em prática qualquer decisão em matéria de alimentos. E o delegado de Ronald Reagan afirmou que os Estados Unidos não aceitarão os embargos de alimentos, com exceção dos casos em que estejam em jogo «razões extremas de política externa».

Os debates em torno da intervenção norte-americana tornaram-se mais aguçados quando o ministro do Comércio Interior da Nicarágua, Dionísio Marengo, interveio justamente para denunciar o embargo decretado, em Janeiro deste ano, pelos Estados Unidos contra o seu país. A medida visou bloquear o crédito de 15 milhões de dólares destinado à aquisição de alimentos.

— Isto, afirmou o Ministro, prova que os alimentos são usados como arma política. No caso da Nicarágua, a consequência foi que ficamos sem pão durante todo o mês de Maio.

O representante nicaraguense solicitou a inclusão de uma resolução por parte do CMA defendendo o direito do homem aos alimentos e, conseqüentemente, contra a sua utilização como instrumento de pres-

são política. Os Estados Unidos opuseram-se a esta resolução. No final dos debates, o secretário da Agricultura norte-americano anunciou a sua posição contrária aos três pontos imprescindíveis à criação da rede de segurança alimentar mundial.

Argumentou que a legislação norte-americana não admite compromissos com reservas alimentares que sejam administradas por outros países ou organizações. Como resultado, o texto final do encontro faz observações sobre a utilização dos alimentos como arma política: «Muitos países reafirmaram a sua fé no princípio geral segundo o qual deve ser evitada a utilização dos produtos alimentares como um instrumento de pressão política. Muitos países declararam-se, portanto, convencidos de que os alimentos não devem ser utilizados como elemento de pressão política».

Deste modo, os Estados Unidos evitaram uma posição clara do CMA contra o emprego de alimentos como instrumento de pressão política. Assim, fica a ameaça de que imperativos da política externa justifiquem que se continue ameaçando o homem com a fome. Outra consequência negativa da posição norte-americana: bloqueou as modificações no actual convénio sobre o comércio do trigo, em vigor desde 1971, que embora seja considerado ineficiente foi renovado por mais dois anos. Um exemplo evidente desta ineficiência é a falta de escalas de preços e a fixação de cotas para compra e venda do cereal. Por enquanto, isto continuará a ser função do jogo da oferta e procura.

Algumas interrogações

Porém, além destas graves questões, restam outras interrogações, também importantes que fazem prever uma persistência dos obstáculos acumulados.

— Que resultado terá o apelo, feito também em Novi Sad, para uma progressiva liberalização das barreiras proteccionistas no comércio internacional?

— É possível — em quanto tempo e a que custo — a realização do princípio aceite pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos que insta estes últimos a incrementarem a sua produção, melhorarem a sua infra-estrutura e encaminharem as suas políticas em direcção à auto-suficiência alimentar?

— Dentro desta necessidade de melhoria da infra-estrutura, caberia também incluir a modificação da ac-

tual estrutura dominante na maioria dos países desenvolvidos, de modo que a produção dos sectores rurais (que em alguns casos engloba mais de 80% da população) seja de novo planeada para não atender com carácter prioritário às procuras de consumo dos sectores urbanos?

— A meta fixada como aceitável para o crescimento da produção de alimentos no mundo (quatro por cento) corresponde às tendências de aumento demográfico, levando-se em conta que com o actual ritmo nascem 72 milhões de pessoas em cada ano?

— Existiriam fórmulas para reduzir os actuais gastos em armamen-

tos, calculados em 500 biliões de dólares por ano, para poder incrementar os orçamentos destinados ao aumento da produção de alimentos que, actualmente, estabelecem um mínimo de nove biliões por ano?

Por último, deve-se lembrar que o objectivo de erradicar a fome e a má nutrição no mundo no prazo de uma década apareceu, pela primeira vez, como imperativo prioritário, há cerca de três décadas. O novo prazo estabelecido fala de duas décadas mais.

A fome causa a morte de 17 milhões de crianças em cada ano. Porém, há quem pense que não há pressa em enfrentar este drama. □

A crise da fome

*Perspectivas da situação alimentar mundial na década de 80.
Extracto de um relatório apresentado na 7.^a
Conferência Ministerial do Conselho Mundial de Alimentação*

«Durante os anos 70 a produção alimentar aumentou em apenas 2,7 por cento nos países em desenvolvimento, muito abaixo da meta de 4 por cento — fixada pelas Nações Unidas — para fazer frente às necessidades de consumo. Os investimentos destinados a satisfazer as necessidades alimentares do futuro caíram a níveis muito abaixo dos requeridos. Os custos de produção dos alimentos estão subindo constantemente e as tendências dos preços são também de alta».

À medida que a população continua a crescer, aumentando nas regiões de baixas receitas no mundo, o *déficit* alimentar das mesmas só se satisfaz parcialmente através de dispendiosas importações que esgotam as divisas já escassas dessas regiões. A ajuda alimentar está abaixo da meta mínima, num momento em que aumentam as necessidades de emergência. Apesar de vários países, particularmente na Ásia, terem conseguido importantes avanços em relação à auto-suficiência alimentar, as tendências globais indicam um aumento notável do número de pessoas cronicamente famintas durante os anos 80.

As perspectivas são particularmente trágicas no que se refere à África ao sul do Sahara. A produção per capita vem diminuindo desde 1960 e a necessidade crescente de importações de alimentos não pode ser satisfeita plenamente devido ao grave problema das divisas.

Além das emergências exigirem que seja imperativa a necessidade de uma ajuda maior, também é preciso redobrar os esforços para inverter a tendência crónica dos *déficits* alimentares que estão a aumentar constantemente. Estas tendências lançam uma sombra sinistra sobre a crise alimentar, que tende a agravar-se em prejuízo de muitos seres e nações, nos anos futuros.

Diante dessa situação, o Conselho Mundial de Alimentação manifestou, em 1980, numa reunião em Arusha (Tanzania) o seu pessimismo quanto aos «progressos da comunidade internacional na tarefa de colocar em prática as recomendações da Conferência Mundial de Alimentação».

Em 1981, a situação é ainda mais incerta e grave do que foi em qualquer outro momento da crise alimentar mundial de 1973-74». □

Um passo contra as transnacionais

A OMS aprova um novo «Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno» para limitar a actuação dos oligopólios do sector

Pablo Piacentini

UMA medida de grande transcendência com vista a impôr limites aos abusos das empresas transnacionais foi adoptada pela Assembleia Mundial da Saúde, no dia 20 de Maio último, ao aprovar o «Código Internacional de comercialização dos substitutos do leite materno». Apesar de não ter qualquer carácter obrigatório, este instrumento será incorporado às legislações de numerosos países, para além de constituir um precedente para ulterior controlo das actividades de outras transnacionais, nomeadamente as farmacêuticas.

A pouca informação com que a generalidade da Imprensa brindou as deliberações da Assembleia — que é o órgão executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS) — pôs em destaque o aspecto mais sensacional da decisão tomada em Genebra: pela primeira vez na história das Nações Unidas, o governo norte-americano ficou totalmente isolado. Apesar de ter oposto o seu voto a uma esmagadora maioria, o código foi aprovado pela Assembleia com 118 votos a favor. Registaram-se três abstenções e apenas um voto contra, o dos Estados Unidos, e estavam ausentes 25 delegados.

Estes números exibem uma unanimidade já manifestada por inúmeras vezes no seio da comunidade internacional e demonstram bem o apoio excepcional com que conta o novo código. Desde que, em 1979, a OMS e a UNICEF iniciaram consultas recíprocas, que se gerou consenso para esta iniciativa. Mas enquanto numerosos países do Terceiro Mundo defendiam a adopção de um instrumento com carácter obrigatório, outros governos, entre os quais se contavam as várias potenciais industriais, inclinavam-se para um código voluntário que deixasse a cada nação a interpretação e a aplicação, parcial ou total, das referidas normas. Estes países sus-



tentavam que um código com carácter obrigatório dividiria as delegações e, apesar de poder obter a maioria, não teria o consenso da comunidade internacional.

O consenso gerado foi tão grande que, em verdade, quase se poderia afirmar que o código torna-se moralmente obrigatório para todos os membros das Nações Unidas, para além de constituir uma recomendação oficial da OMS. Para além disso, muitos foram os delegados que anunciaram que as normas aprovadas passariam a incorporar as legislações dos seus respectivos países. E segundo expressaram muitos

representantes que teriam preferido um instrumento com força legal, se as empresas transnacionais não o acatarem, em 1983, quando a próxima Assembleia analisar de novo a situação, os seus países pedirão a sua ratificação com carácter de obrigatoriedade.

Se se chegou a uma consciência universal a propósito da necessidade de impôr limites às transnacionais deste negócio — cujas receitas ascendem a 2000 milhões de dólares anuais — é por que a prática destas tem sido verdadeiramente escandalosa e toca um problema particularmente sensível, a mortalidade infantil.

«Ao aprovarem-no (o código) estarão a salvar a vida de um milhão de crianças por ano», clamou James Grant, director geral da UNICEF. A frase quantifica o número de óbitos estimado pelos especialistas, mas não esgota a enumeração dos danos provocados pelos substitutos do leite materno.

Uma mentira descarada

Através de multimilionárias campanhas publicitárias e promocionais que bombardeiam o público, as empresas multinacionais conseguiram um êxito contranatura: convencer centenas de milhões de mães de

que no leite em pó enlatado encontram virtudes nutritivas superiores ao leite dos seus seios. Trata-se de uma falácia consciente, pois está demonstrado que apenas 2 por cento das mulheres padecem de problemas fisiológicos que lhes impedem a alimentação natural. Evidentemente que nestes casos se deve procurar os substitutos, e é bom que, então, se disponha de sucedâneos. Mas comparados frente a frente, não se podem comparar as qualidades de

um e outro leite. O leite materno é ótimo em relação às necessidades nutritivas dos bebés, muito superior ao nível apresentado pelos produtos industriais. Mas além disso, o leite materno conta com substâncias que imunizam os recém-nascidos contra fontes infecciosas externas, para além de lhes dar uma maior resistência vital. Daí que o leite materno seja insubstituível entre os 4 e 6 primeiros meses de vida e a sua carência exponha o novo ser a várias

doenças.

E, como é sabido, a preparação dos substitutos requer operações de esterilização e limpeza que, ou por desconhecimento ou por falta de higiene, os torna extremamente perigosos quando utilizados em regiões pobres ou subdesenvolvidas. São incontáveis os casos de morte e doença devido a mães que não conseguiram ler as instruções do produto, seja por analfabetismo seja por que as instruções estavam escritas

Por detrás de um sorriso de bebé...

Mascarado por detrás de etiquetas de recém-nascidos que transpiram saúde e com todas as aparências e sugestões publicitárias para patentear os seus produtos como higiénicos e nutritivos, o negócio dos preparados infantis rende lucros astronómicos a um pequeno número de transnacionais: só no Terceiro Mundo as suas vendas ascendem a 2.000 milhões de dólares anuais.

As empresas do sector encontram-se agrupadas no Conselho Internacional de Indústrias de Alimentação Infantil, cuja sigla em inglês é a de ICIFI. Trata-se de um poderoso grupo de pressão que, entre outras coisas, organiza campanhas para mover governos a favor dos seus interesses. Em virtude da Assembleia Mundial de Saúde, o ICIFI enviou a Genebra equipas de agentes seus que pressionaram os delegados, procurando em vão lançar a confusão. Os enviados do ICIFI, que antes da votação pediam que o código não fosse aprovado, procuraram dissimular depois a sua derrota salientando que o código não é obrigatório, sem no entanto convencerem ninguém. Muitos recordavam que precisamente em Genebra, em Outubro de 1979, a OMS e a UNICEF tinham convocado a ICIFI e as suas empresas para discutir a aceitação por parte destas de um código voluntário que enquadrasse as suas actividades. Estiveram presentes responsáveis da «Nestlé», a corporação suíça líder do sector, das norte-americanas «Abbott», «Wyeth», entre outras, das japonesas «Meiji» e «Morigana» e da dinamarquesa «Dime». Os assistentes representavam cerca de 85 por cento das vendas de alimentos infantis ao Terceiro Mundo.

Na referida reunião, os membros da ICIFI aceitaram, da boca para fora, a fixação de um auto-código. Mas, na prática, estabeleceriam umas normas que de facto lhes permitiam continuar a actuar como anteriormente.

Desta vez, a manobra do ICIFI consistiu em manipular este precedente, afirmando que possuía o seu próprio código de conduta, procurando fazê-lo adoptar pelos governos do Terceiro Mundo, de modo a abafar a contestação de fundo que se lhe fazia. Só os governos da Costa Rica, Peru, Malásia, Singapura, Quênia e África do Sul entraram no seu jogo. «Esse código tem mais buracos que um queijo suíço», assim o qualificou em Genebra um porta-voz da Rede de Acção sobre Alimentação Infantil (IFBAN), que coordena as organizações de consumidores e das Igrejas que fazem uma campanha em oposição ao ICIFI.

De resto, o IFBAN documentou muito detalhadamente as actividades das transnacionais. Denunciou que no ano passado 34 filiais das empresas cometeram 682 violações éticas em cinquenta países. Ao IFBAN, às organizações internacionais e a muitos funcionários governamentais coube o mérito de terem conseguido persuadir todos os Governos, menos um, de que só através de uma regulamentação se poderiam conter os abusos das transnacionais. É certo que este código não é obrigatório, é apenas um primeiro passo, mas representa um passo de sete léguas.

Afirma-se que os executivos da Nestlé e das suas competidoras acorreram aos seus colegas das transnacionais da indústria farmacêutica, as próximas ameaçadas, pedindo-lhes remédios contra esta «dor de cabeça». □

em idiomas por elas ignorados. Todos estes factores têm produzido milhões e milhões de mortes infantis, doenças e atrasos crónicos. Como é notório, estes reflexos atingem sobretudo as camadas pobres do Terceiro Mundo, onde a mortalidade atinge o valor de 120 sobre cada 1000 nascimentos, enquanto que a média baixa para 13 em cada 1000 nos países industrializados. Um dos efeitos indirectos mais graves regista-se nas economias dos lugares de mais baixos recursos. Estima-se que o custo da alimentação através de substitutos é da ordem dos 20 dólares por semana por cada criança; e ainda que se trate de uma média, a cifra ilustra bem do peso económico da alimentação artificial.

Uma poderosa «máquina» de propaganda

Recordar que o leite materno é gratuito poderá parecer óbvio. O que chama a atenção como demonstração da tremenda capacidade persuasiva e distorsiva dos mecanismos da propaganda comercial, é o facto da publicidade, cujo custo está incluído no preço do leite em pó, ter podido convencer as mães de um modo geral de que o seu leite é mau para ser dado ao bebé... quando o oposto é que é verdadeiro.

As famílias mais pobres não podem «chegar» aos substitutos ou então vêm-se na contingência de alternar vários produtos lácteos, ficando com a sensação de que não puderam dar aos seus filhos algo de que precisavam para o seu bom desenvolvimento.

O código de conduta procura eliminar os mecanismos que propagandearam a inexacta superioridade dos produtos preparados. Proíbe a publicidade maciça a favor dos substitutos do leite materno e de outros produtos lácteos, assim como biberões e similares. O código aprovado pela Assembleia Mundial

da Saúde veta igualmente a promoção directa por meio de agentes comerciais: distribuição de amostras grátis, visitas às mulheres grávidas ou mães nos hospitais e maternidades, ofertas ao pessoal médico. Uma das violações éticas mais repugnantes é o de serem promovidas visitas às mães nos hospitais fora das horas de visita, por vendedoras disfarçadas de enfermeiras. Sendo claro que tal privilégio não pode ser obtido sem a cumplicidade de pessoal corrupto. Uma norma positiva coloca a questão no seu devido lugar: só o pessoal sanitário legalmente autorizado em cada país poderia indicar os casos em que a utilização dos substitutos seria aconselhável.

Estas e outras medidas, como a inclusão nas etiquetas das latas de advertências sobre a superioridade do leite materno, materializam aquilo que os especialistas da OMS consideram como o mínimo exigível. A apreciação do triunfo obtido em Genebra, o valor deste precedente e a sua projecção futura não ocultam as disparidades na aplicação do código. Assim como existem muitos governos decididos a exercer controlos severos, muitos outros há onde a influência das transnacionais é muito forte e que terão a intenção de minimizar a passagem à prática das recomendações aprovadas. Quase todos os países ocidentais desenvolvidos e alguns subdesenvolvidos afirmaram que aplicariam parcialmente as recomendações, em virtude de restrições existentes nas suas respectivas legislações.

Conseguida a aprovação, abre-se agora uma segunda etapa de dois anos. Durante este período, as transnacionais do sector irão fazer todo o tipo de pressões mas sofrerão também o embate de uma tomada de consciência mundial sobre os seus abusos. Se é certo que será muito diferente o grau de adesão às normas por parte de cada uma das 118 nações que as apoiaram, a verdade é que apenas um governo, o dos Esta-

dos Unidos, está oficialmente do lado das transnacionais. O Governo da Suíça, país sede da Nestlé, de longe a maior das transnacionais deste sector, votou a favor do código. E entre as nações industrializadas apenas o Japão se absteve.

Uma «coerência» a toda a prova...

Este facto, assim como o repúdio que provocou na opinião pública do seu país a posição do governo norte-americano, tornam relativo o valor do apoio dado pelos EUA ao punhado de companhias que controlam os substitutos do leite materno.

Interrogado sobre a razão pela qual nenhum dos seus aliados ir votar ao lado dos EUA, um alto funcionário norte-americano respondeu: «Penso que somos nós os mais firmes na decisão de defender o mercado livre». Tal é a filosofia que guia este tipo de posição. Em Março último, o secretário de Estado, Alexander Haig, enviou telegramas aos governos da Europa Ocidental, Japão e Canadá assinalando-lhes «a possibilidade deste código abrir um precedente para outros códigos referentes a outros aspectos do comércio internacional». Assim como Hafdan Malher, o director geral da OMS, argumentou que «a motivação da melhoria da saúde é mais importante que a motivação do benefício económico». Reagan e a sua equipa são de opinião contrária. Na sua opinião, nada mais importante que assegurar a liberdade irrestrita às empresas e sobretudo às transnacionais que, na base da exploração, fizeram dos EUA a maior potência do nosso tempo. Este princípio não se detem ante nada, nem mesmo ante a morte de um milhão de crianças por ano. Com este episódio Reagan demonstrou uma vez mais que é dono de uma coerência capitalista a toda a prova. Até à prova do humanitarismo. □

«
O diálogo Norte-Sul tem sido um fracasso». Jacques Hodoul, ministro das Relações Exteriores da República das Seychelles, um arquipélago no Oceano Índico, não tem dúvidas a esse respeito: «Os países que se têm enriquecido à custa de outros não tomarão a iniciativa de deixarem de ser ricos, de perderem os seus privilégios e de ajudarem a quem, no passado e no presente, sempre foi a fonte dessas riquezas.»

O que fazer então? A situação é desesperante, no entender de Hodoul, e continuará a sê-lo «até que o Terceiro Mundo decida introduzir por si mesmo as mudanças necessárias na actual desordem económica internacional». Um sistema — argumenta — «que cria uma ordem só para os ricos».

A República das Seychelles é um país pequeno e de escassos recursos naturais, que, desde a revolução de 1977, optou por um modelo não capitalista de desenvolvimento. A sua firme posição em favor da desmilitarização do Oceano Índico e a sua activa participação em todos os foros internacionais deram às suas propostas um peso moral muito maior do que se poderia esperar de uma nação de 280 quilómetros quadrados e 60 mil habitantes.

«A solução para os problemas do Terceiro Mundo começa por nós mesmos», afirmou Hodoul na Conferência dos Países Não-Alinhados, em Nova Deli, no início deste ano. «Os países que já não acreditam no diálogo — afirmou aos **Cadernos do Terceiro Mundo** em entrevista exclusiva realizada em Victória, capital das Seychelles — devem convencer os demais de que uma nova psicologia é necessária. Gradualmente construiremos assim uma opinião unânime, que nos permitirá tomar medidas concretas.»

«Não creio que exista no mundo uma loja onde os clientes escolhem

↑norte-sul↓

“A solução somos nós mesmos”

Convencido de que entre o Terceiro Mundo e o Ocidente industrializado apenas existe um «diálogo de surdos» o ministro dos Negócios Estrangeiros das Seychelles defende a prioridade para a cooperação horizontal

Makwaia Kuhenga

Jacques Hodoul



as mercadorias e fixam eles mesmos o preço», argumenta o ministro. «Na realidade — é exactamente isto o que ocorre com as matérias-primas do Terceiro Mundo. O preço do cobre é fixado em Londres, o do cacau em Nova Iorque.»

E prossegue: «Devemos decidir colectivamente que, de agora em diante, seremos nós que determinaremos os preços e, além disso, devemos-nos empenhar para que deixemos de ser meros exportadores de produtos básicos, que outros transformam em bens manufacturados para nos vender.»

O modelo da OPEP

A OPEP é um exemplo do modelo de «sindicatos de produtores de matérias-primas» que Hodoul propõe, por ter tido êxito em conseguir que os exportadores fixassem o preço do que iam vender. Mas, por desgraça, muitos deles não entenderam ainda que deveriam canalizar as suas receitas e investimentos para o Terceiro Mundo e não para a Europa Ocidental ou para os Estados Unidos.»

Isso cria situações paradoxais: «Tal como a maioria dos nossos amigos da OPEP, nós lutamos pelos

direitos dos palestinos contra a agressão de Israel, que ocupou as suas terras. Mas ao investir os seus excedentes nos Estados Unidos, alguns deles estão a financiar a agressão israelita através do circuito monetário.»

Diplomaticamente, o ministro das Seychelles prefere falar do pecado sem identificar o pecador. Reconhece, é verdade, que «alguns países da OPEP com quem temos grande amizade discutem com muita franqueza estes aspectos e estão a procurar modificar esta situação».

No seu programa de transformação da actual desordem numa nova ordem económica, Hodoul prevê uma segunda etapa: a cooperação regional, o intercâmbio comercial horizontal. «Estamos muito marcados pelo nosso passado colonial e pensamos sempre que os bens importados dos países capitalistas industrializados são melhores que os produzidos pelos nossos povos. Devemos mudar essa mentalidade e buscar entre os nossos vizinhos o que a eles poderemos comprar. Os nossos maus hábitos comerciais contribuem para enriquecer o Ocidente, transferindo riquezas dos pobres para os ricos».

Com dois exemplos aparentemente banais, ele explica a sua proposta: «Temos que deixar de comprar cerveja holandesa e fabricá-la no nosso país. Temos que deixar de comprar fósforos da Suécia e importá-los da Tanzânia, do Quênia ou de outro país vizinho».

Essa cooperação também deveria ser estendida à área técnica: «Não podemos esperar que os técnicos que nos mandam do Ocidente desenvolvam um projecto para nós se ele vai competir com indústrias similares dos seus países. Porém, sugere o ministro, existem países do Terceiro Mundo, como a Índia, que tem inúmeros técnicos altamente qualificados em diversas especialidades que podem contribuir para o desenvolvimento de outros países.

Isso seria imprescindível para contrabalançar a enorme influência de *experts* ocidentais que, «salvo algumas excepções, vêm com atitudes e instruções expressas para que a nossa situação não se modifique».

Hodoul quer terminar com a «inocência daqueles que acreditam na ajuda externa» e com a «atitude de mendigo» em solicitá-la. «Temos que apresentar projectos viáveis e rentáveis para interessar os países da OPEP e investirem neles e não nos bancos europeus e norte-americanos.

Contra o FMI

E as fontes tradicionais de financiamentos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial? O ministro das Relações Exteriores das Seychelles não confia nelas: «Ambas são parte da desordem actual. Foram criados para

manter o domínio ocidental. Aí estão os casos da Jamaica e da Tanzânia. Por acaso pode o Banco Mundial ou o FMI contribuir para a nossa independência económica? O que eles fazem é um trabalho para nos manter perpetuamente dependentes da influência ocidental.

Estão ali para que sejamos eternos devedores. Entre 1972 e 1979 a dívida do Terceiro Mundo cresceu de 100 biliões para 250 biliões de dólares.»

Só quando o Terceiro Mundo chegar a um consenso, fixar os preços das suas matérias-primas e industrializar as suas economias com financiamento e tecnologias próprias (ou, pelo menos, procedentes, na sua maioria, de outros países em desenvolvimento) poderá realizar-se um verdadeiro diálogo com o Ocidente capitalista, afirma Hodoul. Caso contrário, «Só teremos o diálogo de surdos». □

A ameaça da guerra nuclear

Como tenaz defensor da proposta de desmilitarização do Oceano Índico, o ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Seychelles, Jacques Hodoul, não podia deixar de comentar a recente decisão norte-americana de ampliar as suas instalações militares na base aeronaval da vizinha ilha de Diego Garcia, que será convertida na sede das Forças de deslocamento rápido, prontas para invadir em qualquer país da região. «Consideramos esta situação uma ameaça à nossa segurança e, por isso insistimos em solicitar a realização de uma conferência das Nações Unidas em Colombo, Sri Lanka, sobre o tema do Oceano Índico. Os marines não estão a fazer piquenique em Diego Garcia e a sua presença aumenta as tensões na área».

Uma reunião deste tipo, prevê Hodoul, «facilmente chegaria a um consenso sobre a protecção das rotas de petróleo por parte das Nações Unidas.» O ministro revelou a cadernos do Terceiro Mundo que «a maioria dos países ribeirinhos do Índico estão dispostos a firmar um acordo internacional que garanta a livre navegação» desse oceano. No entanto, lamenta que os Estados Unidos, em vez de atenderem a essas propostas, continuem aumentando a sua presença militar na área. «Se o que eles querem é uma confrontação com a União Soviética, por que não tê-la no seu próprio território, em vez de ameaçar todos nós com o fantasma de uma guerra nuclear?».

NOS próximos dois anos, serão tomadas importantes medidas no campo econômico e comercial para ampliar o intercâmbio entre as nações subdesenvolvidas, (*) segundo recomendações, aprovadas por unanimidade, na reunião de alto nível do Grupo dos 77, da qual participam actualmente 122 países, isto é, a quase totalidade do Terceiro Mundo. O encontro, realizado em Maio, no balneário de Caraballeda, próximo de Caracas, resultou também na criação de um grupo de assessoria directa ao presidente do Grupo dos 77, o venezuelano Manuel Pérez Guerreiro, particularmente para assuntos relacionados com a Cooperação Económica entre os próprios Países em Desenvolvimento (CRDP).

O documento de Caracas, aprovado num clima de consenso e resumido em 40 páginas, ganha importância particular por ser o primeiro passo concreto no sentido de enfrentar o subdesenvolvimento, através da cooperação económica Sul-Sul. É uma resposta aos repetidos fracassos que se vêm registando no plano do diálogo Norte-Sul, tanto por causa da ingerência americana, como também pelas próprias divergências internas dos países do Terceiro Mundo. Assim, fracassaram todas as tentativas de pôr em prática o diálogo Norte-Sul no espírito da Nova Ordem Económica Internacional, com os países ricos ajudando os países pobres. Desde a conferência de Paris, que tratou o assunto de forma global, até às reuniões específicas, convocadas para discutir temas como comércio, preços de matérias-primas, ciência e tecnolo-

* Como a maioria dos países subdesenvolvidos se encontra no hemisfério Sul, chama-se tecnicamente à cooperação entre eles próprios de cooperação Sul-Sul. É uma contraposição ao intercâmbio entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, chamado Norte-Sul.

↑norte-sul↓

A cooperação começa em casa

Enquanto o diálogo Norte-Sul vive um impasse, as nações subdesenvolvidas partem para um maior intercâmbio entre si

Said Madani

gia, os resultados têm sido sempre os mesmos: nada de conclusivo.

Recomendações

No final dos debates do Grupo dos 77, em Caracas, foram apresentadas importantes sugestões em cinco campos de actividade dos países subdesenvolvidos: comércio, ali-

mentos, energia, matérias-primas e finanças. No campo das finanças, ficou decidido que ainda este ano um grupo de especialistas se vai reunir para estudar medidas concretas em relação ao desenvolvimento financeiro. Tratarão particularmente de questões surgidas dentro do Movimento Não-Alinhado, como, por exemplo, o fundo de so-



O intercâmbio nos transportes é também uma das metas da cooperação Sul-Sul



O novo relacionamento Sul-Sul inclui a produção e a comercialização de fertilizantes, pesticidas e maquinaria agrícola

lidariedade, o Banco do Terceiro Mundo e o financiamento das Balanças de Pagamento, a médio prazo. Esta última questão nasceu de uma proposta da Conferência Ministerial do Grupo dos 77, realizada na Tanzânia, há dois anos.

No caso particular das Balanças de Pagamentos, o Grupo dos 77 concluiu que a grande dificuldade para equilibrá-las reside em dois factores: nas relações desiguais na área comercial entre o Terceiro Mundo e os países desenvolvidos (que compram matérias-primas a baixo custo e vendem produtos industrializados a preços elevados) e à lentidão com que se vem processando a penetração do Terceiro Mundo nos mercados mundiais. Num dos documentos preparatórios à discussão do tema, havia a proposta da criação de uma Agência de Desenvolvimento do Terceiro Mundo. Acabou por ser retirada da

agenda da reunião por causa da oposição que sofreu da OPEP, que viu na agência um mecanismo para canalizar os seus excedentes de petróleo.

No plano comercial, há um factor chave: a criação de um Sistema Generalizado de Preferências Comerciais (SGPC). Foi convocado para Julho um encontro de especialistas para discutir o sistema, com uma recomendação especial: a elaboração de normas simples e flexíveis para que possa haver a máxima participação dos países do Terceiro Mundo.

Os alimentos

No campo da alimentação, as sugestões do encontro deram ênfase a uma cooperação mais estreita entre os países agrícolas e aqueles que já têm capacidade tecnológica e financeira. Essa cooperação envolve também a produção e a comerciali-

zação de fertilizantes, pesticidas e maquinaria agrícola. Ainda este ano, um grupo de especialistas discutirá o projecto da criação de um fundo de reservas alimentares.

Por fim, mereceu ênfase também a comercialização de matérias-primas e a crise energética. A recomendação no campo energético, é de que se privilegie a comercialização do petróleo nível estatal, em detrimento das empresas transnacionais. Além disso, houve a recomendação para que as importadoras do Terceiro Mundo tenham prioridade.

Outra recomendação: um encontro, no primeiro semestre de 82, para estudar fórmulas para reforçar a política de desenvolvimento energético no Terceiro Mundo. No plano das matérias-primas, a proposta é semelhante à elaborada para o campo energético: os exportadores devem dar prioridade aos importadores do Terceiro Mundo e, estes, por sua vez, devem procurar abastecer-se cada vez mais no Terceiro Mundo. Os especialistas partem do princípio de que é no campo do intercâmbio das matérias-primas onde as relações entre países do Terceiro Mundo podem conseguir maior êxito.

O encontro de Caracas e os seus resultados não significam que tenha havido uma mudança do Terceiro Mundo em relação ao diálogo Norte-Sul. Esta exigência continua de pé e a prova disso está na convocação de uma reunião de Chefes de Estado, marcada para Setembro próximo, no México. Seu objectivo: reatar o diálogo Norte-Sul. A importância do encontro está justamente na abertura de um caminho dentro do próprio Terceiro Mundo e na possibilidade de aplicação de um programa. É evidente que isso vai depender muito das sucessivas reuniões que estão sendo programadas. O facto, no entanto, é um dos mais positivos registados no Terceiro Mundo, nos últimos anos. □

A mensagem de Bob Marley

Símbolo da alienação de juventudes que se automarginalizam ou militante das lutas de libertação, o superstar recém-falecido transforma-se num herói da cultura popular do Terceiro Mundo

Brian Meeks

A figura de Bob Marley, músico que popularizou mundialmente o *reggae* jamaicano, está hoje no centro de um acirrado debate no país, onde estão sendo avaliados os seus méritos e defeitos, assim como a sua contribuição nas lutas pela libertação da sua pátria e do Terceiro Mundo em geral.

Bob Marley morreu de cancro em Miami, a 11 de Maio passado, no auge de uma carreira que o converteu em *superstar* internacional. Muitos daqueles que apreciaram a sua música fora da Jamaica se recordam do músico e compositor como um artista magro e excêntrico, de longos cabelos crespos, empunhando uma guitarra eléctrica como arma e contorcendo-se ao compasso do ritmo da Wailers Band.

Outros sentem-se atraídos pelos aspectos mais esotéricos e alienantes da filosofia *rastafari* adoptada por Marley. Elementos desta cosmovisão semi-religiosa, como o consumo de cannabis, a crença na divindade do falecido imperador etíope Hailé Selassié, os apelos à paz e ao amor, evocam o estilo de vida dos hippies dos anos sessenta e influenciaram profundamente o ânimo de milhares de jovens desen-

cantados, particularmente na Europa e nos Estados Unidos.

Mas no seu próprio país e para muitos dos seus admiradores, o aspecto mais importante desse homem que vendeu vinte milhões de discos durante a sua vida foi o forte conteúdo democrático e revolucionário das suas composições.

Faz falta uma revolução

Nascido em 1945, Marley cresceu nos sórdidos guettos do oeste de Kingston, a capital da Jamaica. Nem depois de consolidadas a sua popularidade mundial e a fortuna pessoal, as suas canções deixaram de reflectir as condições opressivas do guetto em que viveu e, por extensão, as de todos os trabalhadores do mundo.

«Cold ground was my bed last night rock was my pillow too»

(«Um chão frio foi a minha cama ontem à noite/ uma pedra foi o meu travesseiro» — versos de «Talking Blues», 1974).

«No chains around my feet, but I'm not free I know I was brought here in captivity»

(«Não há correntes nos meus pés, mas não sou livre/sei que fui trazido pra' cá no cativo» — versos de

«Concrete Jungle», 1972).

Como a maioria dos jovens nas comunidades marginais das sociedades capitalistas, sejam industrializadas ou do Terceiro Mundo, o primeiro encontro de Marley com o Estado foi através da polícia. A canção «Curfew» (toque de recolher ou, por extensão, sirenes), escrita em 1973, refere-se a essa experiência:

«This morning I woke up in a curfew, Oh Lord, I was a prisoner too, could not recognize the faces standing over me, they were all dressed in uniforms of brutality».

(«Esta manhã despertei com sirenes/ Oh Senhor, eu também era um prisioneiro/ não pude reconhecer os rostos que me rodeavam/ todos vestido com uniformes de brutalidade»).

Mas Marley, no ápice da sua carreira, não se contentou em descrever as condições dos pobres e deu um passo em frente, exortando o povo a levantar-se contra o sistema:

«It takes a revolution to make a solution, too much confusion, so much frustration».

(Faz falta uma revolução, para forjar uma solução/ demasiada confusão, tanta frustração» — da canção «Revolution», 1974).

«We've been trodding on your winepress much too long, rebel, rebel».

«We've been taken for granted much too long, rebel, rebel!»

(«Há muito tempo que pisamos — as uvas — nas suas prensas de vinho/revolta-te, revolta-te/ Há muito tempo que eles consideram — a nossa submissão — /como algo óbvio/revolta-te, revolta-te» — de «Babylon System», 1979).

De braço com a África

Com uma história de escravidão típica das Caraíbas — nas grandes plantações para exportação — e, desde então, uma grande população

negra, na Jamaica, não é de se estranhar que a música de Marley exprima as lutas pela libertação africana, como exemplifica esta exortação aos combatentes pela liberdade do Zimbábue:

*«So arm in arm with arms
we'll fight the bitter struggle
That's the only way we can
overcome our little troubles»*

(«Porque ombro a ombro e armados/enfrentaremos a luta amarga/ É a única forma com a qual poderemos/superar os nossos pequenos problemas» — versos de «Zimbábue», 1979).

Não foi, portanto, uma surpresa o convite especial recebido por Bob Marley depois da vitória da ZANU-PF para as cerimónias da independência do Zimbábue, onde cantou para milhares de admiradores africanos.

O ritmo do *reggae* nasceu, como Bob Marley, nos guettos de Kingston. E ambos sensibilizaram guettos semelhantes noutras ilhas das Caraíbas e das grandes metrópoles do Norte industrializado. Assim, esta música chegou a ser considerada a expressão cultural dos povos oprimidos. E foi também o seu canto de resistência e a sua expressão de confiança no triunfo. Impregnadas por este espírito de rebeldia e pelas crenças africanistas dos *rastafaris*, as letras de Marley transformaram-se em sucessos no continente africano.

Apropriando-se do herói

Os milhares de condolências que vieram de todas as partes do mundo para o «Tough Gong Studios» (a editora do artista na Jamaica) e a forma como a sua morte se repercutiu nos meios de comunicação mundiais, reflectiram a enorme influência deste compositor popular. Os funerais foram realizados no maior auditório do país, mas os quinze mil lugares da «National Arena» foram insuficientes e muitos



milhares de admiradores choraram pelas ruas. O governo não declarou luto oficial, porém todo o país parou quando o herói cultural do povo foi sepultado.

Desde então duas tendências se desenvolveram na Jamaica e internacionalmente em relação às interpretações da sua obra. Tentando ignorar a essência progressista da sua mensagem, o governo dereitista de Edward Seaga apresenta Marley como um exemplo do menino pobre que triunfou dentro do sistema graças à disciplina e ao trabalho duro. A esquerda, por outro lado, considera que a mensagem do artista é na sua essência revolucionária, criticando, no entanto, alguns aspectos que «promovem a negatividade, a alienação e a harmonia de classes». Não é por acaso que as emissoras oficiais e as rádios transnacionais têm dado

preferência nas suas programações para o tema «One Love», já que a sua letra ambígua pode ser interpretada como um apelo à conciliação entre explorados e exploradores.

Qual será o juízo da História sobre o homem que pôs o *reggae* na boca de todo o mundo? Isso depende, em grande parte, do próprio destino do movimento popular da Jamaica, que sofreu um duro golpe com a vitória de Seaga nas eleições de 1980. Qualquer que seja a avaliação, é inegável que Bob Marley tinha algo a dizer e essa mensagem penetrou profundamente no coração do povo, que o acompanhou em massa durante os cem quilómetros percorridos pelo cortejo fúnebre, desde Kingston até à sepultura na aldeia de St. Ann, sua terra natal. □

Guatemala: união na guerrilha divergência no governo

□ No seio das forças revolucionárias da Guatemala foi considerada de grande significado para o futuro da luta contra a ditadura do general Lucas Garcia a decisão do Partido do Trabalho Guatemalteco (Partido Comunista da Guatemala) de militarizar as suas fileiras e se unir aos grupos guerrilheiros que estão a lutar de armas na mão.

Essa nova estratégia foi adoptada depois da autocritica feita pela direcção do Partido que reconheceu ter cometido erros na condução da sua política e em relação à unidade da oposição.

A direcção do PTG anunciou a criação de células militares que — paralelamente às formas políticas de luta — enfrentarão o regime de Lucas Garcia. Os comunistas guatemaltecos fizeram um apelo à unificação de todos os grupos guerrilheiros e outras organizações de resistência para a criação do Exército Popular Revolucionário. Observadores políticos da Guatemala acreditam que, após esta decisão do Partido do Trabalho Guatemalteco, será fortalecido o processo de união de todos os adversários do regime militar.

Por sua vez, no campo situacionista, a destituição do coronel Hugo Tulio Bucaro, ministro das Finanças, que inicialmente parecia ter renunciado, abalou o Governo e mostrou a existência de divergências mais profundas do que se podia esperar.

Bucaro, que ocupava o cargo de ministro das Finanças desde a subida ao poder do general Romeo Lucas Garcia, há três anos, foi demitido, segundo pa-



Lucas Garcia: mais problemas

lavras do presidente «porque entrou em conflito com vários ministros e, principalmente, com a iniciativa privada a respeito de certos impostos».

O coronel opunha-se à decisão do Governo de retirar o imposto de exportação dos produtores de café, reivindicação essa que além de ter sido levantada pelos poderosos cafeicultores contava com o apoio do Movimento de Libertação Nacional (MLN), partido de extrema-direita cuja bancada no Congresso assegurou a votação que beneficiava os produtores. Faltam, no entanto, duas votações mais para que a medida possa ser transformada em decreto.

O próprio presidente afirmou que «não se trata de aprovar uma diminuição de impostos que possa levar a uma descapitalização do país». Porém, consideram os observadores, que sérias pressões — internas e externas — parecem ter sido mais fortes que esse leve verniz nacionalista esgrimido pelo Chefe de Estado.

Uruguai: meses decisivos

□ Desde os tradicionais partidos Blanco (ou Nacional) e Colorado, até aos sectores mais radicais da esquerda, todos os representantes da sociedade civil coincidem actualmente no Uruguai quanto à necessidade de procurar uma saída política que não passe pela institucionalização da ditadura, que está no poder há oito anos.

Uma mobilização política, impossível de se imaginar poucos meses atrás, foi a consequência mais evidente do plebiscito do passado mês de Novembro, quando o país repeliu categoricamente a proposta continuísta dos militares. De Montevideo, a agência IPS informa que «temas tabus como a tortura e a corrupção administrativa — denunciadas amplamente a nível internacional — passam a ser debatidos (no país) e os partidos políticos começam a ganhar zonas mínimas de legalidade».

Todas as forças coincidem também na análise de que, caso não se chegue a um acordo sobre uma saída política, o impasse actual poderá desembocar em explosões populares e violência política de consequências imprevisíveis.

No pronunciamento mais importante posterior ao plebiscito, as Forças Armadas uruguaias anunciaram que no próximo mês de Agosto nomeariam um substituto — civil ou militar — do actual presidente Aparicio Mendez.

Barbados: e agora?

□ O Partido Trabalhista do primeiro-ministro Tom Adams obteve uma contundente vitória nas eleições de fins de Junho, o que lhe permite iniciar um segundo período de governo. Foram disputados os 27 lugares legislativos, para os quais havia 60 candidatos para um parlamento criado há 138 anos. O Partido Trabalhista conquistou

17 mandatos e o seu principal rival, o Partido Democrático Trabalhista (PDL), liderado por Errol Barrow – com um programa não muito diferente do PL – obteve apenas 10.

Com o lema «um bom período merece outro», Adams conseguiu atingir a sua meta quando convocou eleições antecipadas

(seis meses antes do mandato constitucional): assegurou um segundo período antes que os efeitos da incontrolável inflação começassem a ser adversos ao seu governo. Entre outras medidas, opositor PDL prometia – no caso de vitória – instituir um sistema selectivo de controlo de preços para os bens básicos, como forma de proteger as camadas mais pobres da população. A resposta do governo foi a de que «os controlos geram escassez e confusão».

Ainda que Adams o tenha negado firmemente, a oposição acusou-o de permitir a intervenção da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos no processo eleitoral em troca de ajuda para a campanha, que se desenvolveu segundo os moldes norte-americanos.

No entanto, a ampla vitória não garantirá a Adams um segundo período tranquilo. O índice de inflação poderá alcançar e superar este ano os 15,6% e o Banco Central prognosticou que os sectores mais importantes da economia – o açúcar e o turismo – não apresentam boas perspectivas de crescimento. Ainda segundo o Banco Central, «a principal fonte de preocupação é a diminuição da receita disponível, produzida por uma combinação de amplas concessões tributárias e aumentos salariais (do sector público) muito acima das taxas de inflação».

É no campo internacional e regional que a reeleição de Adams – considerado um dos mais fiéis aliados de Washington nas Caraíbas – terá maiores consequências: assegura à estratégia norte-americana na região vale a continuidade de um ponto de apoio em Barbados que já lhe está rendendo importantes dividendos, particularmente em relação às hostilidades com o regime de Granada.

SADCC, um passo em frente

□ Um avanço substancial em relação à Conferência de Maputo de 1980 – particularmente no sector de transporte e comunicação – foi um dos resultados da recente conferência, em Mbabane (capital da Suazilândia), da agência de integração económica regional criada pelos países progressistas da África Austral, conhecida como SADCC (ver **cadernos do terceiro mundo** número 30). Segundo o comunicado final da reunião, realizada no fim do mês de Junho, «22 dos 97 projectos da SADCC para transporte e comunicação já estão a ser executados, enquanto outros 20 estão a ser negociados com agências financiadoras». Em Setembro, mais 20 novos projectos poderão ser submetidos à análise dos financiadores.

Na ocasião, 22 ministros de nove países – Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue – aprovaram a criação de um pequeno Secretariado Permanente, cujos trabalhos devem começar a partir de 1982. O seu objectivo é institucionalizar as actividades da SADCC.

Os ministros dos nove países chegaram a um acordo quanto à necessidade de integração e coordenação industrial. Concluíram pela necessidade de trocar informações sobre as suas respectivas capacidades industriais, sobre os seus potenciais de exportação e sobre as tabelas de importação. Concluíram também que «a expansão substancial do comércio entre os países membros» será o ponto de partida para uma integração mais sólida. «E foi constatada ainda a necessidade em carácter prioritário e urgente» da criação de programas de formação técnica. Para isso, se criará um Conselho Regional de Formação dedicado especialmente a preparar especialistas para actividades onde os países do SADCC possuem necessidades concretas.

Uma luta comum

□ A Segunda Jornada de Solidariedade com os povos da África Austral e América Latina será realizada na Itália durante este ano. A informação é do Secretário do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho para as Relações Exteriores, Afonso Van Dunem, quando da sua visita a Roma para concretizar os preparativos para o encontro com as principais forças democráticas e progressistas da Itália.

As primeiras jornadas foram realizadas em Luanda, em 1979, e contaram com a presença de destacadas delegações de numerosos países e movimentos de libertação, alcançando importante repercussão e sucesso que inspiraram o seu prosseguimento. O dirigente angolano afirmou que a reunião será centralizada em assuntos relacionados com a paz regional e mundial: a independência da Namíbia, o **apartheid** na África do Sul

e as constantes agressões de Pretória aos países da Linha da Frente, particularmente a Angola e Moçambique.

Van Dunem disse ainda que as ajudas conseguidas na Itália para a realização das jornadas prometem um novo êxito. Nesse sentido, manteve contactos com os titulares das relações exteriores do Partido Comunista (o segundo do país), do Partido Socialista, com o alcaide de Roma, Luigi Petroselli e com representantes de outras forças democráticas. Os seus interlocutores garantiram-lhe as suas participações e apoios a nível de organização.

O líder angolano revelou também que, apesar do objectivo principal ser a mobilização da opinião pública italiana, tentar-se-á dar às jornadas maior representatividade e repercussão internacional, convocando-se para o encontro não só os

movimentos democráticos e progressistas da América Latina e África, como também representantes da Europa e de outras partes do mundo.

Trata-se, segundo Van Dunem, de se propiciar acções no campo internacional que, como as jornadas, contribuam para o isolamento do regime de Pretória, forçando-o a conceder a independência da Namíbia e terminar de uma vez por todas com o **apartheid** na África do Sul.

Outro grande tema das jornadas será a solidariedade com os povos que na América Latina lutam contra as ditaduras. A experiência de Luanda mostrou que, apesar da distância e da difícil comunicação entre os dois continentes, existem interesses comuns entre os povos da África Austral e da América Latina, como também é possível identificar as batalhas que em ambas as regiões devem ser levadas em frente para derrotar o inimigo imperialista.



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Tercêiro Mundo» para todo o território angolano.

Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola

telex telex telex telex tele

«**Pobres absolutos**» – Na abertura da sessão de Verão do Conselho Económico e Social, na ONU, em Genebra, o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, revelou que em 1990 mais de 800 milhões de pessoas estarão a viver em estado de «pobreza absoluta». Segundo Waldheim, para se inverterem as tendências actuais, deveria ser reforçada a cooperação internacional em quatro domínios essenciais: alimentação, energia, finanças e comércio. Waldheim destacou que só em 1981 serão destinadas a despesas de armamento perto de 500 mil milhões de dólares, enquanto o aumento do auxílio público ao desenvolvimento equivale apenas a cinco por cento daquele montante.

Petróleo – Na segunda metade de Junho reuniram-se em Hassi, Yessaud (Nigéria), quatro países africanos produtores de petróleo: Jamahiriya Líbia, Argélia, Nigéria e Gabão. Trata-se da primeira reunião do género, destinada a discutir, sobretudo, os métodos necessários para resistir à pressão que se exerce sobre esses quatro países produtores de petróleo. Ficou decidido que os quatro países (que denunciaram a virulenta campanha lançada contra a OPEP por alguns monopólios petrolíferos e pelos meios de informação ocidentais) adoptassem as medidas necessárias para manter a estrutura de preços acordada na última conferência da OPEP, em Genebra. Ainda em concordância com as resoluções da OPEP, os participantes na reunião decidiram adoptar medidas comuns na sua política de petróleo.

União – A Jumpla (Juventude do Partido Angolano) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) assinaram um acordo de cooperação, com a vigência de dois anos, durante a visita de uma delegação da organização juvenil angolana a Moçambique em fins de Maio. Os dois grupos de jovens emitiram também um comunicado conjunto, onde condenam o regime racista de Pretória devido às suas constantes agressões armadas contra os países da «Linha da Frente», particularmente contra a República Popular de Angola e Moçambique. Reafirmaram ainda apoio e solidariedade à luta de libertação dos povos sul-africanos, namíbia e saharauí, dirigida pelas suas vanguardas revolucionárias – o Congresso Nacional Africano (ANC), a SWAPO e a Frente Polisario, respectivamente.

Desemprego – O índice de desemprego no primeiro trimestre deste ano na Colômbia alcançou 9,1% da população economicamente activa (650 mil trabalhadores), informou o Departamento Nacional de Estatísticas (DANE) do país. A crise de desemprego é um fenómeno que tem crescido na Colômbia nos últimos anos, agravando-se com a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. O salário mínimo é de 112 dólares mensais, aproximadamente, que abrange, como único rendimento, cerca de 2,5 milhões de colombianos. O fenómeno do desemprego está intimamente ligado com os primeiros sintomas de recessão industrial, já evidenciados em alguns sectores, principalmente o têxtil.

Combate à corrupção – O presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, reiterou a determinação do seu partido, o Chama Cha Mapinduzi, em combater, de todas as formas, os elementos corruptos instalados em diversos sectores da vida nacional. Nyerere apelou à Nação tanzaniana para lançar uma campanha contra os criminosos e contrabandistas no país. O presidente afirmou que eles são responsáveis por muitas acções de sabotagem à economia da Tanzânia. Na sua opinião, é lamentável o facto de que muitos dos principais produtos da Tanzânia, mesmo depois de registados, saiam do país através de transacções duvidosas. «Não é só o sabão, a roupa e os cigarros que ultrapassam as nossas fronteiras por vias ilícitas», afirmou Nyerere: «saem também o ouro das nossas minas e os troféus dos nossos parques».

Relações diplomáticas – A República de Moçambique e a do Malawi estabeleceram relações a nível de embaixada, a partir do mês de Julho. A decisão fora tomada no mês anterior, no termo de negociações entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos os países.

Apoio bélico – O comandante-em-chefe da Força Aérea do Chile e membro da Junta Militar no Governo, general Fernando Mathei, considerou a possibilidade de serem adquiridos no futuro aviões e materiais bélicos na África do Sul. Segundo Mathei, que visitou recentemente os sul-africanos a convite da Força Aérea daquele país, a África do Sul, do ponto de vista profissional, «tem como Israel uma excelente indústria e capacidade tecnológica, que em qualquer momento pode significar para nós um apoio material».

relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C. P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

Por dentro da guerrilha

O Exército de Libertação, sua organização e eficácia. Mais de mil quilômetros percorridos no Sahara e em Marrocos

Baptista da Silva



Foto Carlos Gil

O Exército de Libertação Popular Saharaui (ELPS) controla hoje mais de 90 por cento do território nacional», afirmava recentemente, por ocasião do 5.º aniversário da proclamação da República Árabe Saharaui Democrática, o secretário-geral da Frente Polisario, Mohamed Abdelaziz. Hassan II sabe-o, os serviços secretos das maiores potências mundiais reconhecem-no e mesmo o leitor não se admirará, habituado a ler e a ouvir aquilo que se foi tornando rotineiro: os sucessivos reveses das Forças Armadas marroquinas no teatro de guerra do Sahara Ocidental, de que as próprias multinacionais da informação fazem eco e as autoridades de Rabat chegam a re-

conhecer, de quando em vez.

Menos conhecida, porém, é a vida dos combatentes no interior das áreas libertadas, o seu estado de espírito, o Exército de Libertação que integram, a descrição e a imagem das cidades sob o seu controlo.

Os Cadernos do Terceiro Mundo enviaram às áreas libertadas da RASD dois elementos seus que dão conta ao leitor, em palavras e imagens, dessa enriquecedora experiência com os guerrilheiros saharauis com os quais foram a Marrocos sem «visto» no passaporte.

«Paelha» à beira do Atlântico

No extremo Sudoeste da Argélia, perto de um pequeno oásis que

dá por um expressivo nome, Robinet (torneira), a poucos quilómetros a Sul da militarizada cidade de Tindouf, as autoridades da Polisario instalaram um centro de acolhimento a jornalistas e delegações estrangeiras. O local, vulgarmente conhecido por «recepção», ter-se-á tornado ao longo destes anos certamente no mais cosmopolita de quantos tem o deserto do Sahara, do Atlântico ao mar Vermelho. De todas as nacionalidades chegam a Robinet jornalistas ou delegações humanitárias, testemunho de uma solidariedade que não conhece fronteiras. O Robinet é o ponto de chegada para quem vem de Argel, antes de conhecer de perto a realidade dos campos de refugiados, e o ponto de

partida para quem entra nas regiões libertadas do Sahara Ocidental.

Ainda antes de penetrarmos no interior, três profissionais da Televisão espanhola, chegados de uma visita de oito dias às regiões libertadas gabavam-nos uma saborosíssima «paelha» (prato feito de arroz e mariscos) que os guerrilheiros lhes haviam preparado à borda do Atlântico, a escassas dezenas de quilómetros da capital do Sahara, El Aiun. E testemunhavam aquilo que nós próprios comprovaríamos num percurso de mais de mil pelo Norte do Sahara e ao Sul do próprio Marrocos: o controlo do terreno pelo Exército de Libertação é inegável, a iniciativa só a ele lhe cabe e os combatentes saharauis apresentam um moral indestrutível, que é próprio e só se manifesta naqueles que lutam pela liberdade do seu povo.

A partida para o interior faz-se quase sempre de madrugada. No largo fronteiro à «recepção», dois «Land Rovers» totalmente «descaipotáveis», diferentes daqueles em que andáramos até aí, eram carregados com as últimas provisões. Os 7 guerrilheiros que nos acompanham cumprimentam-nos, as saudações são breves, há uma pressa em todos nós de partir.

Há quase uma semana que o nosso grupo de três jornalistas — dois portugueses e um sueco — esperava com ansiedade o dia da partida. Ahmed, o nosso guia, procurava moderar essa impaciência: «O Ministério da Informação da RASD estabeleceu-vos um programa; antes de entrarem em território libertado têm de conhecer de perto a realidade dos acampamentos, o quotidiano do nosso povo, a sua forma de organização, as suas instituições, tudo aquilo que com tanto sacrifício ele construiu ao longo destes anos, sem isso terão apenas uma visão limitada da luta do povo saharauí, que não se restringe apenas à guerra de libertação».

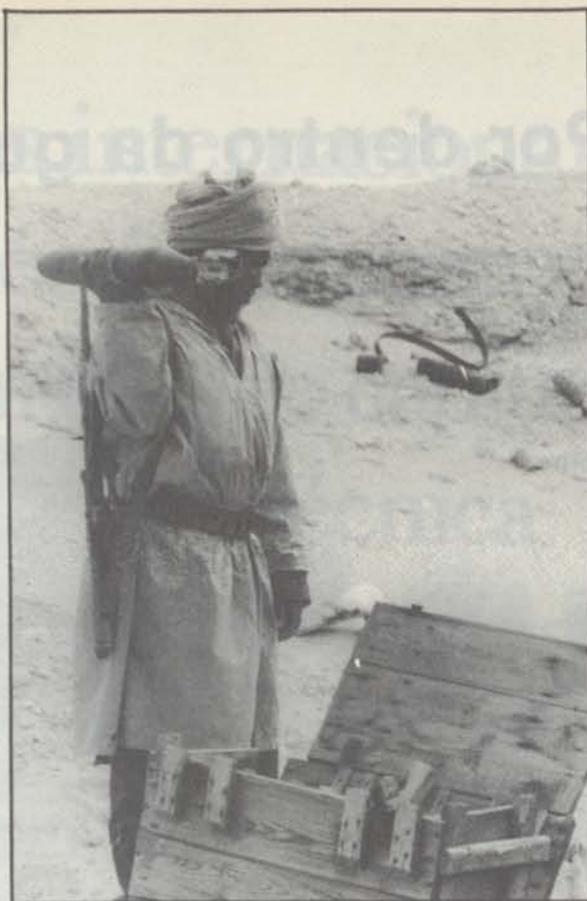


Foto Carlos Gil

Granadas intactas nas trincheiras de Mahbés

Quando as trincheiras se transformam em vala comum

Do Robinet, em apenas cerca de hora e meia se chega a Mahbés, situada a pouco mais de 75 quilómetros da fronteira com a Argélia. Ponto obrigatório de passagem para todos aqueles que visitam as áreas libertadas da RASD, Mahbés conserva ainda quase intactos os sinais da grande batalha que aí teve lugar a 14 de Outubro de 79, quando as forças do ELPS a tomaram de assalto.

Junto daquilo que foram as primeiras linhas defensivas saltámos da viatura, Ahmed serve-nos de intérprete enquanto alguns dos guerri-

heiros vão explicando como se desenrola a operação. Para dezenas de soldados das Forças Armadas Reais (FAR) marroquinas as casamatas e as trincheiras transformaram-se numa imensa vala comum. Uns mumificados pelo calor escaldante e pela areia conservam a posição e o esgar em que a morte os encontrou; outros, alinhados, mostram que o vento do deserto, o siroco, os teimou em desenterrar. E os seus cadáveres mostram sinais de que os chacais teriam andado por ali.

«Aqui vieram morrer por nada — comenta Ahmed — longe das suas terras e das suas famílias, os pobres. Estes já não poderão agradecer a Hassani...»

— O que achas que pensariam? — pergunto-lhe.

— «Não sei, eu não pertencço ao Exército de Libertação...»

— Nunca combateste?

— «Sim, no princípio todos nós combatemos; depois muitos de nós fomos destacados para tarefas nos acampamentos, na construção do nosso Estado. Mas por aquilo que nos contam os nossos combatentes a desmoralização dos militares marroquinos é enorme, não sabem por aquilo que lutam. Aqueles que, como estes, passam meses enterrados nas defesas reagem de maneira diversa: uns terão a sensação nítida que irão morrer, sempre há os que pensam «safar-se», alguns enlouquecem ou chegam a matar-se e há também os que fogem e são apanhados pelas nossa forças perdidos pelo deserto...»

Cuidado com as minas!

Mahbes é uma cidade dividida em duas partes, separadas por algumas centenas de metros. Uma, a parte civil, onde vivia a população no tempo do colonialismo espanhol; a outra, a zona militar. Das duas, poucas construções ficaram de pé, as menos castigadas pelos bombardeamentos foram, no entanto, a messe e as instalações reservadas aos oficiais marroquinos. Pelo chão, é a confusão indiscreta de envólucros de munições, granadas e roquetes ainda intactos, capacetes como cogumelos, cacos de garrafas por todo o lado. Mesmo no meio das habitações uma enorme bomba, lançada por um qualquer avião marroquino, ali pousou, como uma pomba, sem deflagrar.

«Não imaginam como isto era bonito» — refere Ahmed embrenhado no passado. Estivera ali quando criança com a família para assistir a uma festa, hoje regressava pela primeira vez a Mahbes, trans-

Foto Carlos Gil



As trincheiras marroquinas que circundavam Mahbes, transformaram-se num macabro cemitério

formada numa cidade-fantasma, enquanto os seus pais se encontram na capital ocupada. As suas palavras, porém, não alimentam o sentimentalismo, diz que o seu caso é, como bem sabemos por uma semana passada nos acampamentos, igual ao de cada saharauí.

Um dos guerrilheiros refere que ao longo de todas as linhas defensivas que contornam a cidade poderíamos ver muito mais material, «mas há que ter cuidado com as minas!...». Explica que os marroquinos em todas as posições que ocupam espalham enormes campos de minas, não só para lá das primeiras linhas defensivas, como entre estas e as mais recuadas. Entre os sucessivos cordões de defesa são, evidentemente, mantidos corredores

de passagem, mas na maior parte das vezes, os militares marroquinos das 1.ªs linhas vêm-se ante o dilema de terem os combatentes saharauís pela frente e a retirada coberta por um campo minado...

Após a libertação de cada localidade — acrescenta Ahmed — unidades especializadas do nosso Exército detectam e desactivam centenas de minas, mas apenas o estritamente necessário para abrir caminho aos povoados, as outras ficam aí... à espera que a guerra acabe.»

Trabalho este que não será nada fácil tanto mais que, segundo nos afirmam os guerrilheiros, na generalidade dos casos as forças marroquinas não dispõem os campos de minas com base em planos bem detalhados. «Mais do que isso — diz Ahmed — vamos ter que construir praticamente todo o nosso país, poucas serão as casas que ficarão de pé, mas o mais importante é expulsá-los definitivamente da nossa terra».

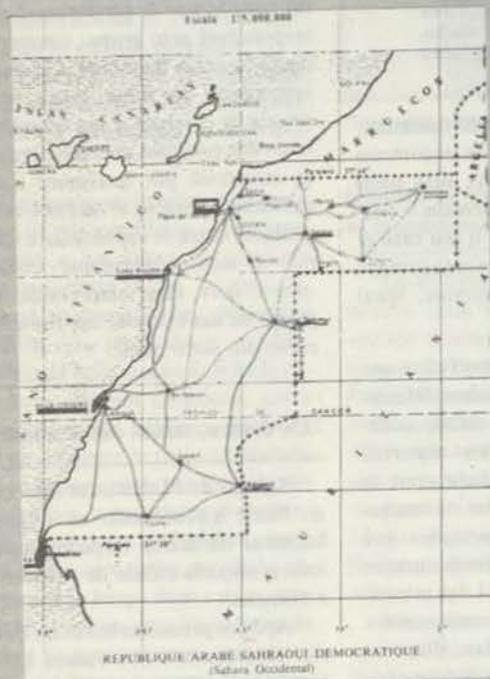
O mais velho dos guerrilheiros diz que é tempo de partirmos, é ele o responsável pelo grupo, compreendemo-lo nesse momento. Graduado certamente por uma longa experiência de combate a sua autoridade junto dos restantes guerrilheiros não se manifesta por quaisquer sinais exteriores, antes é aceite como qualquer coisa de espontâneo e natural. «O nosso comandante» contar-nos-á dois dias mais tarde um pouco da sua história, dar-lhe-emos então um novo nome.

«Cá dentro, temos outra alma!»

Sáimos de Mahbes em direcção ao Norte circundando as últimas barreiras de arame-farpado, agora inúteis naquela cidade de cadáveres e silêncio.

Após as primeiras horas no interior também nós nos vamos habituando ao terreno, aos saltos do «Land Rover» ao vento que nos fus-

República Árabe Saharaui Democrática



Nome: República Árabe Saharaui Democrática (RASD)

Data de proclamação da independência: 27 de Fevereiro de 1976

Extensão geográfica: 286 mil quilómetros quadrados

Limites: Oeste – Oceano Atlântico e Ilhas Canárias
Norte-Marrocos
Nordeste-Argélia
Este e Sul-Mauritânia

População: Em 1974, através de um recenseamento então efectuado, as autoridades espanholas falavam em 73.487 saharauis (38.336 homens e 35.151 mulheres); dados pouco creíveis, já que o recenseamento não teria levado em conta os hábitos nómadas da grande maioria da população. A Frente Polisário afirma que a população saharauí ronda os 750 mil habitantes, admitindo os dirigentes saharauís que a sua população extravasa as fronteiras herdadas do colonialismo, embora a sua reivindicação se limite aos territórios delimitados por estas, conforme estabelece a Carta da OUA. Fontes ligadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol confirmam esta versão, adiantando que na região de Zouerat, na Mauritânia, vivem cerca de 400 mil habitantes de origem saharauí, o mesmo se passando no sul de Marrocos, na província de Tarfaya, – cedida pela Espanha a Marrocos em Abril de 1958, – onde viveriam cerca de 250 mil saharauís. As autoridades marroquinas têm declarado que nas zonas sob seu controlo habita uma população de cerca de 70 mil saharauis, 50 mil dos quais na capital, El-Aюн.

Idioma: árabe e espanhol

Religião: Islâmica

Riquezas: fosfatos, pesca, ferro, urânio...

Países que reconhecem a RASD: Madagascar, Burundi, Argélia, Benin, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Coreia Democrática, Togo, Ruanda, Seychelles, Iémen Democrático, Congo, S. Tomé e Príncipe, Panamá, Tanzânia, Etiópia, Vietname, Kampuchea, Laos, Afeganistão, Cabo Verde, Granada, Gana, Guiana, Dominica, Santa Lúcia, Jamaica, Uganda, Nicarágua, México, Lesoto, Zâmbia, Cuba, Irão, Serra Leoa, Líbia, Síria, Botswana, Suazilândia, Zimbabwe, Mali, Chade, Costa Rica e Vanuatu.



Foto Carlos Gill

Zonas libertadas do Saara: destroços de uma guerra que se prolonga há já oito longos anos

tiga a cara e o contacto com os guerrilheiros vai perdendo a formalidade dos primeiros momentos. «Mal entramos no nosso território — desabafa Ahmed — ganhamos logo uma alma nova, aqui até a paisagem é diferente do deserto de Tindouf — a «hammada» — aqui há vegetação, mais verde...»

Nós, jornalistas, perdemos por completo a tensão das primeiras horas e queremos mesmo, secundando o nosso guia, perseguir o primeiro coelho que se atravessa no caminho, que escapa ileso à mira da «Kalash» de Ahmed.

Para os saharauis o deserto não tem segredos e o seu sentido de orientação leva a pensar que o herdaram naturalmente da memória colectiva de todos os seus antepassados nómadas. Como o conseguem? A única explicação plausível é a experiência. Perguntamos a nós

próprios quantos milhares de quilómetros não terá percorrido cada um destes homens que nos acompanham desde o início da luta armada. Se se trata de parar e escolher um local para comer e descansar, são peritos em escolher a acácia mais frondosa e de melhor sombra e não há um ponto de água que não conheçam. Por vezes — para espanto nosso — a apenas um palmo do solo.

Encontrado o lugar óptimo, os combatentes excedem-se em hospitalidade para com os «hóspedes»: limpam o terreno, dispõem os colchões, insistem para que descansemos — o calor do meio-dia é também um argumento que sufoca — e preparam a comida e o tradicional chá, «a melhor coisa do deserto», na opinião de um jornalista nórdico incansável apreciador de whisky.

Propositadamente, instalam-se uns metros mais adiante do local que

nos é reservado. Não por que se furtem ao convívio, mas para que a sua presença «nos deixe mais à vontade» — como nos explica Ahmed.

Apesar de insistirmos para que comêssemos todos juntos isso só viria a acontecer quando a camaradagem que se estabeleceu no nosso grupo desmentia em absoluto o convite como mera gentileza da nossa parte.

Mahbes ficara já muito para trás, palco do que fora uma tremenda derrota das Forças Armadas marroquinas. Apenas uma das muitas derrotas que as próprias autoridades de Rabat se viram obrigadas a reconhecer: 141 militares das FAR mortos dos 780 homens que integrariam a guarnição ali estacionada, segundo números fornecidos pelo Ministério da Informação marroquino. Tal como em muitas outras batalhas a Frente Polisario acusou os responsáveis marroquinos de fornecerem à



Lebouerat, no sul de Marrocos, era uma das «praças-forte» mais fortemente defendidas pelas FAR...

opinião pública internacional dados que «apenas» pecam por defeito.

«Estamos em Marrocos!»

À medida que percorremos os quilómetros, a paisagem vai mudando: a planície dá lugar às grandes ravinas e o nosso «Land Rover» atravessa uma larga faixa arenosa ou um vedirio — mais comum à imagem que normalmente temos do deserto —, onde o verde, porém, nos aparece luxuriante. «Já estamos em Marrocos!» — diz o nosso guia — «ali ao fundo são os contrafortes do Uarkiz, onde, em Março do ano passado, as nossas forças infligiram uma das mais pesadas derrotas a Hassan com a destruição das suas «invencíveis» unidades móveis Uhud e Zellaga». «Que pena vocês não poderem estar mais tempo, veríamos o local onde se deram os combates e depois iríamos ao Atlântico ver os barcos de pesca

capturados nas nossas águas...» — lamenta-se Ahmed. De facto, a nossa estadia no interior tivera que ser encurtada, por consenso entre nós jornalistas, o nosso camarada sueco tinha a responsabilidade de ir cobrir o rescaldo das eleições francesas para o seu jornal e nós não o quisemos privar de entrar no interior.

O condutor do nosso «Land» vai fazendo prodígios de condução, mesmo em terreno arenoso só recorre à «tração às quatro rodas» em última instância. E explica-nos porquê: «Estes carros têm as suas manhas, se se habituam à tração todo o terreno já não querem outra coisa...»

No extremo Norte e de um imenso vale deparamos com vários tanques T-54 e blindados de fabricação francesa para transporte de tropas inteiramente calcinados. Pensamos tratar-se de mais uma das emboscadas que as forças do ELPS teriam montado aos invasores, de

que víramos vestígios de algumas no caminho de Mahbes ao Sul marroquino. Ahmed, porém, esclareceu-nos: «Não, aqui deu-se uma grande batalha, a 24 de Agosto de 79, quando as nossas forças tomaram Lebouerat. Estes veículos destruídos tentavam fugir em direcção a Zag, aqui já muito próximo». Os guerrilheiros chamam-nos a atenção para as viaturas que inclusive, em desespero, tentaram transpor os montes que franqueiam a Norte a planície e que para ali ficaram, a meia vertente.

À medida que percorremos o vale em direcção ao Sul, o número de veículos destruídos vai aumentando em progressão. Perto de um camião de transporte de munições completamente carbonizado, os guerrilheiros saltam do «Land Rover» e com uma agilidade que caracteriza todos os combatentes põem-se a apanhar qualquer coisa do chão. O que é? — interrogamos. Vêm-nos



...hoje está sob o controlo dos combatentes saharauís

mostrar uma espécie de palitos vermelhos que nos dizem ser altamente incandescentes. Quanto à sua utilidade, dizem-nos que, agora,... «é bom para acender as fogueiras»!

Lebouirat, ou quando se recorda El Alamein

As sucessivas linhas de Lebouirat, situada no extremo Sul deste imenso vale de muitos quilómetros constituem uma verdadeira obra-prima de engenharia militar, segundo alguns especialistas que já visitaram o local. Elas foram, porém, ineficazes para as forças marroquinas, confrontadas com a determinação das unidades do ELPS. A cidade tinha sido já atacada a 6 de Julho e a 10 de Agosto, o que levou o comandante da guarnição, Mohamed Azelmat do 3.º Esquadrão Blindado, a escrever um relatório ao quartel-general militar marroquino sobre a desmoralização das suas tropas. A 8 de Agosto, Azelmat refere

que os seus homens «que têm de permanecer acordados toda a noite, esperando o menor barulho, com o dedo sempre no gatilho, que dormem com um olho sempre aberto nas trincheiras ou nos veículos, durante sete ou oito meses, preferem provavelmente que não sejam esquecidos». Depois do ataque de 10, o apelo do comandante de Lebouirat é dramático: «Os homens do 3.º Esquadrão Blindado, traumatizados e desmoralizados, já não estão em condições de se bater e é de esperar uma catástrofe de consequências muito graves caso o Estado-Maior não tome em consideração a situação desta força».

A 24, as forças do ELPS, após aquilo que nós imaginamos ter sido uma enorme fuzilaria, tomam a cidade e libertam cerca de 2 centenas de compatriotas seus, para ali levados após a ocupação do Sahara por Marrocos.

— «Uma equipa de cinema nossa filmou essa libertação — con-

ta-nos Ahmed. É um documento verdadeiramente impressionante, pois vêem-se marroquinos a morrer como moscas. Mas, segundo nos contam os nossos combatentes, o mais dramático eram os gritos à Frente Polisario e ao nosso Exército de Libertação lançados pelos nossos compatriotas antes de terem sido libertados e que enchem todo este espaço...»

— Porque razão os marroquinos tinham aqui saharauís? — perguntamos.

— «Por um lado por causas das mulheres, compreende. Por outro, porque a nossa gente serve-lhes sempre de protecção. Normalmente — refere Ahmed — os ocupantes marroquinos servem-se das populações saharauís como um verdadeiro escudo humano, colocando-as em posições estratégicas que os ponham a salvo dos bombardeamentos do nosso ELPS».

— Para vocês é um dilema, muitos dos vossos cidadãos deverão



Opinião de um guerrilheiro saharauí: «os nossos combatentes percorrem todo o deserto, porque ele é nosso, e divertem-se. Os marroquinos não podem fazer o mesmo. Vivem metidos nas trincheiras de onde não podem sair nem sequer para fazer as suas necessidades fisiológicas».

morrer nesses combates...

«Como te digo, não estou integrado no Exército, mas posso assegurar que as nossas forças procuram ao máximo poupar as populações civis.»

Enquanto percorremos os escombros daquela que foi Lebouriat e conversando com o nosso guia, o condutor da nossa viatura vai apontando para o horizonte mostrando-nos um a um toda aquela quantidade enorme de tanques destruídos. Os detalhes da batalha que nos fornece são tantos que não resistimos à pergunta: participou neste combate?

Momentaneamente fica surpreendido, não esperava uma questão pessoalizada, mas num segundo recuperou e com um trato «diplomático» que caracteriza a generalidade dos saharauís responde: «Talvez, porém esta vitória é do nosso Exército de Libertação».

As linhas defensivas que contornam, em sucessivos anéis, Lebouriat apresentam uma «sofisticação» maior que as de Mahbes, inclusive com abrigos subterrâneos para os tanques, agora transformados num imenso museu de ferro-velho. Um jornalista inglês do «Observer», que

visitou o local contou-os um por um: «37 tanques T-54 soviéticos, 13 veículos de transporte de tropas de fabricação francesa e 12 blindados.»

O Ministério da Informação marroquino, em declaração posterior ao combate, culpabilizaria Azelmat — que viria a morrer na batalha de Lebouriat — pelo facto «de não ter oposto uma resistência apropriada ao inimigo, abandonando mesmo as posições defensivas assim como uma grande parte do seu equipamento, permitindo assim ao inimigo tomar a localidade atacada e aí permanecer todo um dia». O comunicado, no entanto, acrescentava «que forças de intervenção deslocadas para o local conseguiram desalojar as forças inimigas e libertar a localidade ocupada após duros combates» — sic.

A realidade, porém, desmentia em absoluto esse comunicado. As forças marroquinas que saíram de Zag nunca conseguiram chegar a Lebouriat pois caíram numa emboscada montada pelos homens da Polisário. E Lebouriat, tal como a fomos encontrar, continua a ser apenas habitada pelo silêncio e por carcaças de ferro retorcidas que, de quando

em vez, lançam como que gemidos quando o vento lhes fustiga as engrenagens.

Partimos de novo em direcção ao Sahara, deixando para trás a paisagem dantesca de Lebouriat, algo como a imagem de Al Alamein que cada um de nós guarda na imaginação daquilo que teriam sido as grandes batalhas do deserto no tempo de Rommel e Montgomery.

Onde estão as unidades do ELPS?

Em dois dias de Sahara o único traço das forças do ELPS eram as centenas de rodados de viaturas que em todas as direcções cruzavam o deserto por onde quer que passássemos. Mas onde estavam as unidades do ELPS?

Ahmed aguça-nos a curiosidade: «Não vos digo que estamos muito próximo, mas também não estamos muito longe. Posso-vos dizer porém que sabem por onde vamos, onde iremos dormir e comer...»

Contando, segundo alguns observadores e peritos militares europeus, entre 12 e 15 mil homens, o Exército de Libertação Popular Saharauí é o testemunho mais evidente da capacidade de organização e da determinação deste povo. Perfeitamente hierarquizado e disciplinado, o ELPS apresenta todas as características de um exército moderno, descentralizado por regiões militares e subdividido por várias especialidades, desde as tropas especiais de «comandos», às comunicações, artilharia, etc.

O ELPS constitui, por natureza, uma estrutura que as autoridades da RASD conservam ao abrigo dos olhares «indiscretos» dos jornalistas e observadores estrangeiros. Muito especialmente quando em acções de combate. Em operações de grande envergadura, envolvendo milhares de homens, participam combatentes de várias regiões militares em que o Sahara está dividido e é indesmentí-

vel, pela própria sucessão de combates, que é no sul de Marrocos onde o ELPS desenvolve o seu maior esforço de guerra. Aviões de reconhecimento marroquinos providos de sofisticados meios de detecção procuram, de muito alto, localizar onde se encontram os efectivos das forças saharais...

«Às vezes não há propriamente surpresa no ataque — diz-nos Ahmed — mas que podem os marroquinos fazer? Por exemplo, em Guelta Zemmur, libertada pelos nossos combatentes em 25 de Março, os marroquinos sabiam que fomos atacar mas nada podiam fazer...»

— E os aviões?

«Eles não 'gostam' propriamente de descer muito baixo... pois podem cair.» Klaus, o nosso companheiro sueco, aproveita para dizer que toda a imprensa internacional afirma ter a Polisario misseis terra-ar «SAM» de pequeno e médio alcance. Ahmed ri-se e diz que com «metralhadoras anti-aéreas também se abatem Mirages F-1...»

A Polisario afirma ter abatido já meia dúzia de Mirages e 12 dos 22 F-5 com que conta a aviação militar de Hassan. Os 11 pilotos marroquinos abatidos e capturados parecem ser disso um argumento bastante convincente...

Ao fim de quase seis anos de ocupação, as forças marroquinas vêm-se constrangidas apenas a poucos pontos do território, cercados de minas, arame farpado e trincheiras, sujeitas à irregularidade do abastecimento por helicóptero ou avião. No terreno, perderam toda a espécie de mobilidade, só se arriscando a sair com colunas de centenas de blindados e outras viaturas e apenas em desespero de causa. Este é o panorama da guerra do Sahara, reconhecido por jornalistas, peritos militares europeus e pelo próprio Hassan, para quem a questão do Sahara não é já «uma questão de dias», mas apenas um reduzido



Foto Carlos Gil

Os guerrilheiros saharais fazem questão em afirmar que «não se encontram apenas limitados à guerra de libertação»

«triângulo útil» de apenas 600 quilómetros de frente, em que procura manter El Aiun e as minas de fosfatos.

Na nossa «coluna» de duas viaturas a disposição é excelente e o último factor de troça para os guerrilheiros é a linha férrea que Hassan inaugurou, a 6 de Abril, em Marraqueche com destino, segundo afirmou, a El Aiun. «Vai-lhe sair cara», adianta um. «Nunca mais vai lá chegar; também ia tomar chá a El Aiun e o chá esfriou...» — acrescenta jocosamente outro.

Ahmed, mais sério, faz-nos notar uma verdade indelmentável: «a diferença entre os nossos combatentes e os marroquinos é também esta, os nossos divertem-se entre eles e brincam, percorrem o deserto que é nosso, os marroquinos estão metidos nas trincheiras ou nos abrigos, onde fazem as próprias necessidades, que lançam pelas vigias...»

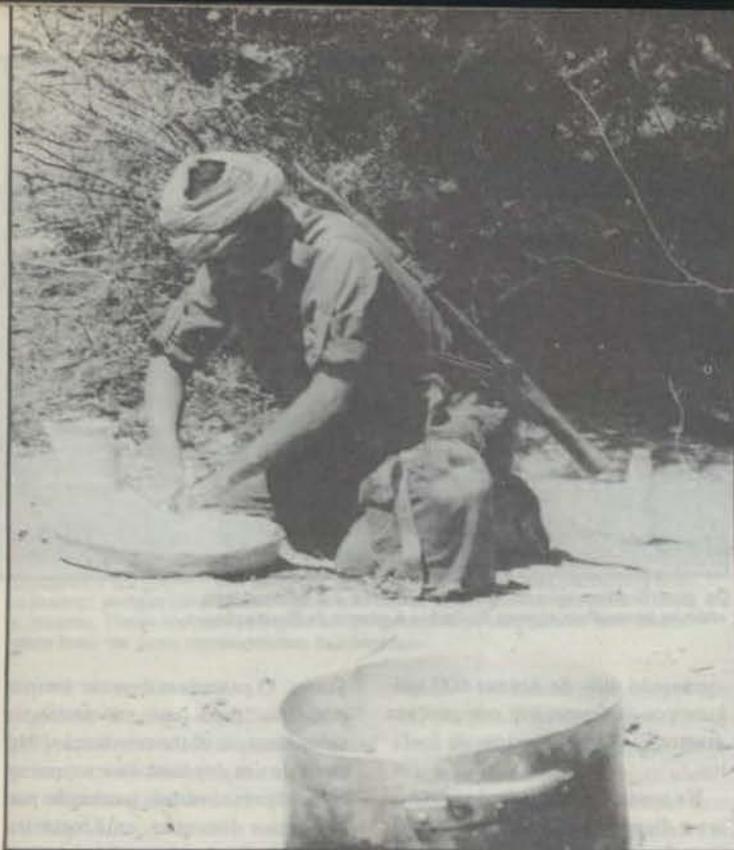
O guerrilheiro de Houza

De Idéria, cidade natal do ministro de Defesa da RASD, Brahim Ghali, tomamos a estrada asfaltada que parte em direcção a Houza e a

Smara. O panorama é quase sempre o mesmo: tudo feito em destroços salvo uma ou outra construção. No cimo de um depósito intacto que se ergue dos escombros, ganhando por isso maior dimensão, uma bandeira da RASD flutua sobre a cidade como símbolo de uma nova soberania, em contraste com dois gigantes símbolos de um passado próximo, que em baixo-relevo são visíveis ainda no monte sobranceiro à cidade: o da legião espanhola, «Los Tércios», e a estrela do poder aluita.

De Idéria conservamos a imagem do primeiro sinal de vida. Dois guerrilheiros que montam vigilância e duas viçosas e bem tratadas hortas, onde nos abastecemos de vegetais.

O «comandante» da nossa coluna confia-nos: «vamos visitar a minha cidade, Houza». Conta-nos que, antes de ingressar no Exército de Libertação, ainda em 1974, contra os espanhóis, vivia da venda de camelos, e como quase a maioria dos saharais, tinha algumas cabras. Praticamente o único trabalho que ofereciam os colonizadores era o trabalho na construção de estradas. «Mas a mim nunca me ofereceram trabalho» — refere. Daí em diante,



Os guerrilheiros são as verdadeiras «dona de casa» do deserto. Na foto, um faz o péo

para nós, ele passa a ser «o guerrilheiro de Houza».

No percurso cruzamo-nos com dois guerrilheiros num land-rover que não chegam a parar. «Exército é Exército, cada um tem a sua missão e não há tempo a perder» — diz-nos Ahmed que percebe a nossa expectativa de entabular conversa com os militares.

A estrada, apesar de cortada de quando em vez, apresenta um estado razoável. Um ou outro camião de carroçaria voltada para o céu mostra-nos que por ali também se deram emboscadas. Nas bermas, alinhados, montes de brita preta. «Será que os marroquinos teriam a pretensão de melhorar a via?» — interrogamo-nos. Afinal as pedras estavam ali desde o tempo dos espanhóis. «Quantos e quantos saharauis terão

fugido sem receberem a sua paga devida pelo seu penoso trabalho de acarretar pedra?» — pensa em voz alta o nosso condutor.

A erosão das bombas

Houza é uma pequena povoação no cimo de uma pequena montanha e uma das primeiras localidades a ser libertada, ainda em 77. O monte voltou praticamente à forma primitiva, já que as casas sofreram a erosão das bombas. De onde quer que sejam desalojados os marroquinos destroem à custa de bombardeamentos aéreos. Intacta apenas uma casa, precisamente a que deu o nome àquela localidade: a mansão de um inglês construída no cimo de um monte aparentemente inexpugnável

no começo do século: «The House».

Nas suas redondezas jazem duas carcaças de avião: um «Fouga Magister» e um F-5, qualquer dos dois conservando bem visíveis os símbolos da coroa cherifiana.

Quando nos instalamos, ao lusco-fusco do entardecer, somos surpreendidos pelo aparecimento de uma terceira viatura: dois combatentes vêm-nos oferecer um cordeiro acabado de matar e alguns vegetais. Dizem-nos que a unidade daquela zona tinha-nos preparado um almoço de boas-vindas, mas lamentavelmente só havíamos chegado ao fim da tarde. Somos nós a lamentar então, aquela oportunidade perdida de conhecer mais de perto a vida dos combatentes.

Ficámos sem saber se por mera rotina ou se para nos provaram que estavam «ali», o princípio da noite e o raiar da madrugada enchem-se dos sons de disparos de armas ligeiras e semipesadas. De facto «ali» estavam, a poucas centenas de metros de nós, mas não os víamos. «Estão a treinar tiro» — diz-nos Ahmed sem dar muita importância. Klaus em tom de troça «garante» que são os marroquinos na ofensiva. Esses porém, a poucos quilómetros de onde estamos, em Smara, devem ter mais dificuldade em dormir do que nós, para quem a noite do deserto é um verdadeiro soporífero.

Aproveitamos a manhã do dia seguinte para apanhar atil, um arbusto que se dá no Sahara, apenas no interior, e que tem a faculdade de ser um eficaz branqueador dos dentes. De regresso à fronteira argelina, a poucos quilómetros de Houza cruzamo-nos com um gigantesco autotanque de gasolina seguido por um Land-Rover de protecção com sete guerrilheiros que nos saúdam com as suas inseparáveis «Kalashes». Esta é a última imagem que guardámos de uma viagem de mais de mil quilómetros no interior das áreas libertadas da RASD. □

Uma "Linha Maginot"

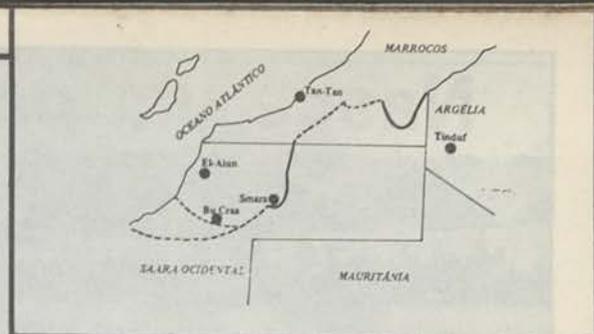
A partir de meados de 1980, a estratégia militar marroquina tem-se limitado à tentativa de construção de uma pequena «muralha da China», na definição do Primeiro-Ministro da RASD, de 600 quilómetros. A sua intenção, pelo menos aparentemente, é preservar cerca de um quarto daquilo que Rabat designa por «Província Marroquina do Sahara». Para garantir a construção da muralha, frequentemente atacada pelos guerrilheiros, foram deslocados para a região de Rass-El-Khanfra, em Marrocos junto à fronteira com o Sahara, mais de 20 mil soldados das FAR.

O que estaria por detrás das intenções de Hassan II com a construção da linha fortificada, uma espécie de «Linha Maginot» no deserto, ainda não é totalmente transparente. As autoridades de Rabat apresentam a muralha como uma tentativa de pôr a salvo do Exército de Libertação as duas principais cidades do território — a capital El Aiun e Smara — e as jazidas de fosfatos de Bou Craa.

Segundo o Estado Maior marroquino e os assessores estrangeiros que o orientam, a muralha teria um duplo objectivo na fase actual da guerra: garantiria o transporte, por via terrestre, entre aqueles importantes pontos do território, permitiria que ficasse aberta a estrada entre El Aiun e o Sul de Marrocos e garantiria o controlo sobre os cerca de 70 mil saharauis que vivem nas áreas ocupadas. Posteriormente, dar-se-ia uma ofensiva, anunciada desde já como uma grande «operação de limpeza» para lá do «triângulo útil» para expulsar as forças do ELPS dos territórios conquistados.

Não é a primeira vez que o Governo de Marrocos anuncia operações deste tipo. Antes houve as colunas motorizadas Uhud e Zellaka, consideradas invencíveis, que tinham também o objectivo de varrer o Sahara da presença dos guerrilheiros. Por ironia da História, as referidas colunas foram esmagadas, não no Sahara, mas no próprio sul de Marrocos, a quando das grandes batalhas do Uarkiz.

Para a Frente Polisário, a muralha que está a ser erguida é uma tática falhada à partida e «terá o mesmo destino das colunas Uhud e Zellaka». Na opinião dos responsáveis da Frente, se as FAR foram desalojadas de importantes pontos fortificados no sul de Marrocos e no Sahara, as forças



de Hassan não terão condições militares para manter a defesa dos 600 quilómetros de muralha.

Os responsáveis militares dos saharais são, porém, mais peremptórios: «para provar a ineficácia dessa barreira fortificada, basta dizer que o nosso exército de Libertação já executou importantes operações através de extensas faixas do «muro»; dando a entender que através dele passou importante quantidade de armamento pesado.

O certo, porém, é que os efectivos do ELPS procuram dificultar a todo o transe a construção do dito «muro» e os constantes combates em torno de Ras-El-Khanfra se têm dado, desde Março do ano passado, são disso testemunho.

O «Triângulo útil» não é, nem nunca foi, uma mera estratégia militar; para Hassan II ele constitui desde o seu início um factor de pressão político — talvez o último — a utilizar na cena internacional, nomeadamente junto da organização panafricana onde o seu país nunca se viu tão isolado. E um «trunfo» a jogar em futuras negociações que procurem pôr termo ao conflito.

Em termos estritamente militares, o secretário-geral da Frente Polisário, Mohamed Abdelaziz, referiu-se recentemente a esta estratégia nos seguintes termos: «A linha Maginot, a linha Morice, a linha Bar-Lev cederam. A linha do «triângulo útil» assenta na mesma estratégia. Ela não nos impedirá de libertar Smara e El Aiun».

Mas também politicamente os ventos não correm de maré para as autoridades de Rabat, a eleição do socialista François Mitterrand para a presidência da República Francesa constitui um dado extremamente importante com reflexos evidentes no desenrolar do conflito. A «cobertura» dada pelo palácio do Eliseu às teses expansionistas de Marrocos no tempo de Giscard D'Estaing parece hoje, definitivamente afastada. Sobre tudo se o novo presidente francês prosseguir na política externa o princípio que propalou durante a sua campanha eleitoral: «o respeito pelo direito à autodeterminação dos povos».

Nasce um país no deserto



Nas terras áridas do Sahara, o povo saharauí começa a transformar a paisagem e também a vida.

Foto Pedro Sousa Dias

ACTUALMENTE, a República Árabe Saharaui Democrática (RASD) terá de ser encarada, não já como o embrião do que quer que seja, mas — como o definiu recentemente o secretário geral da Polisario, Mohamed Abdelaziz — «mais do que nunca uma realidade irreversível, em pleno desenvolvimento». Reconhecida por 45 Estados independentes — 26 dos quais países africanos, maioria necessária para que a jovem República se considere «de facto» já como o 51.º Estado membro da Organização da Unidade Africana (OUA) —, contando com o apoio e a solidariedade das forças democráticas a nível mundial, com uma organização e instituições de «pedra e cal», apesar das duras condições da guerra, do deserto inóspito e do desterro, a RASD é hoje um Estado na verda-

deira dimensão do termo, com maior autoridade e melhor funcionamento que muitos Estados com anos de independência conquistada ou adquirida. Mais do que isso — e mesmo os mais cépticos terão de convir —, a RASD vive na consciência e no coração deste povo de tradição nómada.

A nova não renega a velha sociedade

«Outros povos deram quase exclusiva importância ao esforço militar da luta de libertação; nós procuramos conjugá-lo em simultâneo com a construção de um Estado moderno, para que quando formos totalmente independentes não venhamos a ter tantos problemas e dificuldades como vieram a sentir esses povos». A afirmação, proferida pelo

responsável da *dayra* de Bir Lahlu, um dos 23 acampamentos que abrigam os cerca de 120 mil refugiados saharauis ao longo da fronteira sudoeste da Argélia, na desértica região de Tindouf, traduz de forma transparente a vontade que anima dirigentes ou simples militantes de base da Frente Polisario. «E aqui nos acampamentos não há militantes e não-militantes — adiantava o mesmo responsável, para que não subsistissem quaisquer dúvidas — todos integramos a Frente Polisario sem distinção, organização única onde todos estamos representados».

Espalhados ao longo de quase duas centenas de quilómetros ao longo da fronteira com o seu território, os refugiados saharauis, para além dos traumas do exílio e da separação dos seus familiares — quase todos deixaram família nas

zonas ocupadas por Marrocos —, viram-se na necessidade de combater as adversidades naturais da região que lhes serve de refúgio e rectaguarda. «Aqui a vida é dura, mesmo para os que estão habituados a viver no deserto — adiantava-nos um homem de certa idade, conhecedor profundo da região muito antes do êxodo ter tido lugar, no tempo em que o *moggar* (feira) de Tindouf era local de concentração periódico para as populações nómadas desta imensa vastidão sahariana — mas não tão dura se comparada com a liberdade... O mais difícil é não sabermos dos nossos familiares que ficaram nas zonas ocupadas, se estão vivos ou mortos ou jazem encarcerados em alguma masmorra; essa a nossa maior provação».

«Que frio, que calor», a tradução à letra de *hammadá*, como esta região é conhecida, retrata bem as dificuldades aí sentidas. Mas do árido deserto, durante estes cinco anos, surgiram escolas e hospitais, centros de recepção e de protecção materno-infantil, mesquitas e ministérios, e a *hammadá* ganhou uma vida que não conhecera até aí, como a erva que brota repentina do deserto após a queda de uma boa chuvada. A vontade transformou-se em organização, democrática, do topo à base; um desejo de criar uma nova sociedade, igualitária, livre de qualquer tipo de discriminação.

A nova sociedade, forjada na luta, no exílio, tem profundas raízes na velha sociedade saharai, na tradição e nos ensinamentos do Islão, de onde herdou os costumes, a fraternidade, mas pôs de parte, ou pelo menos combate, tudo o que do passado possa provocar a divisão, o antagonismo entre o povo. Daí que o tribalismo seja considerado como herança a banir, para o observador estrangeiro hoje praticamente ignorado, tal a veemência com que os militantes da Polisário se recusam a entrar nesse tipo de discussão. «Tribalismo? Isso são coisas do passado,



Um saharai acaba de nascer no «Hospital Mártir El Vali Mustapha Sayed»

nós somos saharais.» — essa a frase seca com que, na maioria dos casos, põem ponto final à curiosidade ou à especulação.

«O povo deve autogovernar-se»

A luta de libertação gerou, inevitavelmente, uma transformação de mentalidades e de hábitos de vida. Foram condições muito objectivas que condicionaram essas transformações: aqui, no fundo, ninguém pode reivindicar possuir o que quer que seja, pois é a nossa organização, a Frente Polisário, que nos dá tudo o que temos e comemos» — dizia-nos um jovem quadro do Ministério da Informação da RASD quando percorríamos a Wilaya de Dakhla, uma das três regiões administrativas em que se agrupam os acampamentos de refugiados. «Nos acampamentos não há troca, o dinheiro não serve para nada, não temos moeda — acrescentou o nosso acompanhante — damos segundo as nossas capacidades e o produto é distribuído segundo as necessidades, toda esta situação é um passo importante para a erradicação dos antigos privilégios e se estabeleça uma igualdade a nível económico e entre os sexos.»

A mulher saharai, que tradicionalmente não era já alvo de uma tão marcada discriminação como a ainda existente em muitas sociedades árabes, assume um papel de protagonista principal na sociedade saharai. Com um destacado desempenho nas grandes manifestações nacionalistas no tempo do colonialismo espanhol, ela acaba por assumir grande parte das tarefas organizativas e de gestão dos acampamentos de refugiados, na sua maioria integrados por mulheres, velhos e crianças. O homem, bate-se no interior dos territórios da República Árabe Saharai Democrática, integrando as diferentes unidades do Exército de Libertação, ainda que, obviamente, nem todos tivessem sido mobilizados para tal tarefa.

Se houve causas objectivas que determinaram as transformações, houve, a par delas, a vontade e a determinação política de as aprofundar; a organização estabelecida nos acampamentos é bem prova disso. «Pensamos que o povo deve-se autogovernar, daí a nossa organização democrática», dizia aos *cadernos* um responsável da Wilaya de Smara. O lema é, desde 1975, de facto esse. Organização política e

administrativa que, desde então, não só procurou responder às necessidades sentidas no imediato, mas testar-se, ganhar experiência, já que será segundo os actuais moldes de funcionamento que se implantará quando a libertação total do território do Sahara e o regresso dos refugiados às suas cidades e terras de origem se vier a dar.

Os Congressos Populares de Base, realizados anualmente a nível de cada dayra, traçam o balanço da actividade desenvolvida, perspectivavam em termos de metas e necessidades o período que se avizinha e elegem os diferentes responsáveis locais. Neles tomam parte todos os cidadãos maiores de 16 anos, independentemente da cor ou sexo, idade em que o jovem é apto para participar plenamente em todos os aspectos da vida da sociedade.

Onde todos participam e se dividem responsabilidades

Administrativamente, os acampamentos dividem-se em três Wilayas (Aiun, Smara e Dakhla, as três principais cidades do Sahara Ocidental), tomando as diferentes dayras que integram cada uma dessas regiões o nome de uma vila ou localidade saharai. É o território transplantado para uma escala mais pequena, de exactamente cerca de 2 centenas de quilómetros, a amplitude máxima que separa os dois acampamentos mais distantes. Em cada uma das 23 dayras existem cinco comités eleitos por toda a população adulta do acampamento, tendo a seu cargo a educação, a saúde, a justiça, o abastecimento e o artesanato. Estes comités populares encarregam-se, cada um em seu domínio, dos problemas que se colocam no quotidiano de cada dayra, velam pela melhoria das condições de vida, aplicam as orientações emanadas de cada ministério da RASD e encarregam-se da gestão dos estabelecimentos locais (esco-



Foto Carlos Gil

Dirigentes de um acampamento de refugiados. A mulher saharai tem um papel decisivo nas transformações sociais que se estão a operar

las, dispensários, centros de protecção, oficinas de confecção, campos de experiências agrícolas, etc.).

O número de elementos que integram cada um destes comités populares difere de dayra para dayra, consoante o número de habitantes de cada acampamento. Internamente, cada comité elege um responsável; e os responsáveis dos cinco comités integram o conselho local, instância máxima de poder administrativo dentro de cada acampamento, presidido por um elemento que integra a instância imediatamente acima, a nível da região onde a dayra se integra, o conselho de Wilaya.

Todos os acampamentos se dividem em quatro bairros, cada bairro nas diferentes filas de tendas; cada fila tem um responsável, assim como cada bairro tem o seu responsável. Os elementos dos comités populares e os responsáveis de bairros e filas trabalham em permanente ligação.

A nível de região, de Wilaya portanto, o órgão dirigente é igual-

mente um conselho popular que reúne os diferentes responsáveis de cada uma das dayras da região, dos diferentes departamentos especializados (justiça, saúde, ensino, transportes, crescente vermelho, etc.) e presidido por um Wali, obrigatoriamente membro do *bureau* político da Frente Polisario.

A nível nacional, a RASD, durante a actual fase de luta pela libertação completa do seu território, conta com três órgãos: o Conselho de Comando da Revolução, estrutura máxima entre congressos do movimento de libertação saharai, composto por nove membros — todos eles eleitos em congresso geral popular da Frente Polisario —, entre os quais o seu presidente, o Secretário Geral da Frente Polisario, cargo desempenhado por Mohamed Abdelaziz, eleito pelo III Congresso da Organização, em 1976, na sequência da morte em combate de El Uali Mustapha Sayed; o Conselho de Ministros da RASD, presidido por um elemento



Sala de aula na escola de mulheres «27 de Fevereiro»

do Conselho da Revolução — desde a sua formação, em Março de 1976, que Mohamed Lamine preside este órgão (ler entrevista pag.94) — e, por último, um órgão legislativo, o Conselho Nacional, composto por 41 membros, 21 dos quais eleitos em congresso popular geral da Frente Polisario e os restantes 20 eleitos pelos Congressos Populares de Base.

«Aqui não há roubos nem crimes»

Por parte dos jornalistas ocidentais ou de delegações estrangeiras que visitam os campos de refugiados, os responsáveis pela justiça são quase constantemente assediados por uma curiosidade por vezes bem indiscreta. Conhecedores que a sua administração se baseia nos ensinamentos do Islão, geralmente pouco conhecidos ou encarados ainda como uma certa ponta de mistério ou exotismo, os jornalistas estrangeiros «bombardeiam» autenticamente os responsáveis saharauis encarre-

gados do pelouro da justiça. As respostas que recebem são no entanto bem simples. «Na nossa sociedade — adiantava ao enviado dos cadernos o juiz da Wilaya de Dakhla — a justiça procura velar pelas nossas tradições num espírito de igualdade democrática e com a qual possam beneficiar todas as gerações do nosso povo».

«Os comités de justiça encarregam-se quase exclusivamente de matrimónios, divórcios, promover reconciliações conjugais, zelar pelos costumes. Delitos como roubos e crimes não existem na nossa sociedade», acrescentava o mesmo dirigente, por detrás de um olhar muito vivo que fazia esquecer os seus 65 anos de idade. A justiça é, aliás, o sector onde os responsáveis são mais idosos, certamente por estar ligada à sapiência dos textos sagrados e à experiência; existindo três instâncias na sua aplicação: a 1.^a, a nível de dayra, a 2.^a de Wilaya, existindo ainda como recurso um Supremo.

Os saharauis mostram-se particularmente hábeis a falar da justiça, relacionando-a sistematicamente com a luta que travam pela sua emancipação, que, dizem-nos, juntamente com o Islão, influenciou directamente toda a teoria e prática do seu direito: «justiça e revolução são coisas inseparáveis. Num processo revolucionário, como o que vivemos, a justiça é indispensável, doutro modo não haveria revolução». E falam com o conhecimento devido da sua antítese: «Injustiça, o nosso povo conhece-a bem, pois viveu sob o colonialismo e assistiu à invasão do seu território».

«Mortalidade infantil mínima»

As conquistas alcançadas nos domínios da saúde, educação e em todos os outros sectores da vida do novo Estado são fruto de muita determinação política e do grau de organização conseguido durante estes anos.

Um hospital de vocação central,

três hospitais regionais, um dispensário a nível de cada dayra, centros médicos nos principais estabelecimentos de ensino constituem a rede material da estrutura sanitária. Em relação a este tema, o Ministro da Saúde da RASD, Salek Bobih, resumiu-nos deste modo a actual situação: «os problemas mais graves derivam directamente da situação de guerra que vivemos, com um povo que há já cinco anos vive neste inóspito deserto. Problemas que já seriam muito graves em tempo de paz, assumem, naturalmente, uma maior dimensão em tempo de guerra. Ao fim destes anos, no entanto, podemos dizer que a situação é boa, o estado sanitário bastante satisfatório, a mortalidade infantil muito baixa, mínima, quase inexistente, inclusive se comparada com a que se verifica nos países limítrofes».

O colonialismo em quase cem anos de ocupação não havia formado um único médico, «apenas alguns estudantes», como refere Salek Bobih; o Estado revolucionário, ao cabo de cinco anos, está prestes a ver chegar os primeiros médicos saharauis formados no estrangeiro, «em países amigos — salienta o ministro da Saúde —, ainda que aqui nos acampamentos tenhamos já formado muitos quadros médicos, como pessoal de enfermagem, e a um nível mais especializado, agentes técnicos sanitários».

Combater a maior herança colonial: o analfabetismo

No campo da educação, os progressos são muito semelhantes. Nomeadamente a partir de 1977, altura em que foi empreendida uma profunda reestruturação no sector. Procedeu-se, a nível nacional, a uma aturada e constante formação de professores, proliferaram as escolas regionais tanto a nível de Wilaya como de dayra, criaram-se cursos de alfabetização de adultos. Ao Ministério da Educação da RASD

tem cabido combater a maior herança deixada pelo colonialismo: o analfabetismo. E se a situação não é ainda mais grave, isso não se deve ao esforço das antigas autoridades coloniais, mas ao peso dos costumes da sociedade tradicional, onde a aprendizagem do Corão era, e continua a ser, levada muito a sério. Três grandes escolas nacionais em regime de internato completam e massificam a educação das jovens gerações. São elas a escola «9 de Junho», para crianças orfãos ou impossibilitadas de viverem junto dos pais que frequentam o ensino primário, a escola «12 de Outubro», para jovens de ambos os sexos do ensino secundário e, finalmente, uma escola técnico-profissional para mulheres onde é fornecida igualmente instrução militar, a escola «27 de Fevereiro». A par destas escolas, um número não divulgado de estudantes frequenta actualmente universidades e institutos técnicos de outros países, ou, como operários, se especializam nos mais diferentes ramos de actividade.

De referir que todo o ensino primário e secundário ministrado nas escolas dos acampamentos é dado com base num programa nacional, concebido após vários anos de estudo por um comité nacional de educação. Facto tanto mais importante, se comparado com o que se passa em muitos países africanos, onde apesar da independência ter já alguns anos, não são aplicados ainda programas nacionais de ensino, regendo-se este ainda segundo adaptações dos velhos sistemas coloniais, em grande parte dos casos desadaptados às realidades concretas do continente.

«Pelo sangue dos mártires»

«Em 75, 76 foram tempos bem difíceis — dizia um velho saharauí, no conforto de uma tradicional tenda de pele de camelo, onde as cores quentes, a decoração simples e a disposição do espaço são bem talhados à nossa dimensão de humanos

—, esse inverno foi particularmente difícil. O frio era de rachar pela noite e de manhã a água estava congelada; quase não aguentávamos entrar num acampamento pois as mulheres e as crianças não paravam de chorar. Ao mesmo tempo, tínhamos de formar e armar um verdadeiro exército, pois então, só algumas unidades estavam efectivamente preparadas». O venerável ancião, de rosto lavrado por profundas rugas e emoldurado numa rala barba branca prosseguia a sua história. E contava-a como só os velhos sabem contar. O reduzido número de estrangeiros que o escutava esquecera-se momentaneamente de tomar notas, os saharauis e as saharauis mais jovens ouviam-no com a consideração que sempre lhes merecem as velhas e respeitadas personalidades da sua sociedade. Ele prosseguia com a simplicidade e o ritmo dos grandes narradores: «quando cinco anos depois conseguimos tudo aquilo que temos, então é porque já nos encontramos no cimo da escalada, já ninguém nos poderá deter. Juro-vos pelo sangue dos mártires».

A independência total do Sahara Ocidental de que nos falava — e guardava a esperança de a ainda ver — esse velho saharauí numa amena noite passada na borda da fronteira com o seu país, poderá estar mais ou menos próxima, mas se esse desenrolar inevitável é ainda incerto, segura é já uma realidade: a organização política e administrativa do novo Estado foi temperada na experiência e na luta, as suas instituições têm já profundos alicerces e toda a estrutura da nova sociedade saharauí está pronta a transplantar-se para o país, na paz, enfim liberto da agressão. Haverá seguramente que erguê-lo dos escombros, mas o melhor cimento encontra neste povo, hoje ainda repartido entre os que vivem na rectaguarda, os que fazem a guerra para o libertar e os que, nas zonas ocupadas, nele resistem. □



A guerra vista pelos vencidos

*O que pensam os soldados marroquinos?
Militares marroquinos de diferentes patentes capturados pelos saharauis
contam a sua história*

Se a determinação dos combatentes saharuis explica em grande parte as vitórias conseguidas no campo de batalha, não é menos verdade que estas assentam num conhecimento profundo que os militares do ELPS e nomeadamente o seu Estado-Maior têm do inimigo. Para além de um conhecimento quotidiano nas operações de combate, o Exército saharui conta ainda com outros não menos importantes «suportes» de informação, como sejam: os cerca de 1200 militares — oficiais, sargentos e praças — em seu poder, as pilhas de documentos internos das Forças Armadas marroquinas capturados em operações tanto no interior do Sahara como no sul de Marrocos e

uma rede de contactos — envoltos no maior segredo — que consegue manter com as zonas ainda sob ocupação.

A inversa, provavelmente, também será verdadeira, isto é: ninguém melhor que as forças armadas marroquinas conhecerá — por experiência própria — a maneira de actuar dos combatentes saharuis. É quase sempre assim em todos os teatros de guerra.

Mas se da parte das autoridades da RASD são dadas todas as facilidades ao jornalista ou visitante estrangeiro para contactar com os prisioneiros ou dar uma kvista de olhos pelos documentos, o mesmo não se poderá dizer do lado

marroquino.

Comentando esta situação, um correspondente em Argel de um dos maiores periódicos espanhóis que acompanha diariamente a evolução do conflito afirmava: «os marroquinos? nunca apanham os saharuis, nunca exibiram qualquer guerrilheiro capturado, nem mesmo os cadáveres. Os homens da Polisário trazem todos os seus companheiros mortos em combate, são como os vietnamitas...»

O que pensa um capitão marroquino

De entre um enorme grupo de oficiais marroquinos escoltados sem qualquer ostentação surge a conversa com o capitão Leglaoui, talvez por conservar ainda traços de adolescente e um olhar carregado de ironia, em contraste com o ar envelhecido que lhe marca os cabelos brancos e os dentes negros do tabaco.



Tem 36 anos, e é militar de carreira à 14. Chegado ao Sahara em Setembro de 1976, aí permaneceu até à sua captura, ainda que com interrupções de licença de quando em vez. Diz ter sido feito prisioneiro há cerca de dois anos, perto de Hagunia, não tendo contudo consciência de como as coisas se passaram, pois perdeu os sentidos quando foi atingido gravemente na garganta. Trazido pelos combatentes para a rectaguarda dos acampamentos, aí foi tratado numa das unidades hospitalares, onde permaneceu numa lenta recuperação.

Durante a sua permanência no Sahara ao serviço das Forças Armadas do seu país afirma que ignorava exactamente o evoluir da guerra, pois, ao seu nível de graduação, «não nos mostram tudo aquilo que se passa».

Mas não discutia com os outros capitães a situação de guerra que viviam no Sahara? – perguntamos-lhe.

– Não havia contactos com os meus camaradas a esse respeito – responde, como se a pergunta fosse descabida – ninguém tem confiança para dizer aos outros o que de facto pensa. Ou seja, você é suficientemente bem educado para não os colocar em situação difícil, doutro modo estará a fazê-los arriscar a pele. Nas FAR não temos direito de discutir política nem muito menos de criticar o regime.»

O capitão Leglaoui reconhece que o facto de ter sido feito prisioneiro levou-o a uma tomada de consciência que anteriormente não tinha. «Se tivesse tido informação, talvez não me tivesse metido « neste barco »...», refere com uma ponta de desencanto. No seu já longo cativeiro comenta ter feito amigos entre os saharuis a quem reconhece uma enorme determinação: «aqui constatei que existe um povo saharui, com um verdadeiro Estado com todas as suas instituições em funcionamento».

Para alimentar este seu «novo» interesse pela política «no seu sentido mais lato» – como refere – esclarece-nos que os presos recebem periodicamente jornais de praticamente todas as tendências, «por vezes até marroquinos», e ouvem a rádio, «onde não há problemas de tendências pois podemos apanhar o posto que muito bem nos apetecer...»

A dificuldade de estabelecer contactos com as famílias é tema obrigatório da breve troca de impressões com os presos. O responsável da Polisário que os acompanha esclarece que os primeiros presos a escrever a familiares, na sua maioria oficiais, chegaram a receber resposta, mas, posteriormente, isso deixou de acontecer, apontando como única explicação a apreensão do correio pelos serviços de segurança marroquinos e lamentando a falta de colaboração para estes casos da Cruz Vermelha de Marrocos. O capitão Leglaoui confirma estas afirmações dizendo ter ele próprio chegado a receber uma carta com notícias da sua mulher e dos seus quatro filhos.

«Apanharam-me no hospital de Gueita»

Adrar Bihi, Lemrabet Elhusi e Elharrach Aderrahamam estão um pouco tensos. É fácil notar. Estão há bem pouco tempo detidos e é a primeira vez que falam para a imprensa estrangeira. Entre eles há um ponto de identidade: todos

Bihi, Lemrabet e Abderrahamam: conscientes do erro marroquino e satisfeitos de terem escapado «sãos e salvos»



foram presos durante a batalha de Guelta Zemmur, em finais de Março deste ano, quando as Forças Armadas Reais sofreram uma dura derrota. Cada um deles tem a sua história.

Adrar Bihi, conta que foi feito prisioneiro, a 24 de Março de 1981, a quando do início da operação. «Ainda oiço o barulho dos combates. Nos dias anteriores a 24 percebíamos nitidamente o som das viaturas da Polisário. O comandante da companhia disse-nos que era preciso estarmos muito atentos pois eles vinham aí e pediu-nos para não termos medo. A 24 deu-se o assalto.»

– *E o que se passou então?*

– Eles vieram muito fortes e desbarataram-nos as defesas, eu estava nas primeiras linhas.

– *Quantos soldados marroquinos estavam em Guelta?*

– Cerca de 2 batalhões, cerca de 1500 homens.

– *E morreram muitos?*

– Sim, muitos. A meu lado morreram três companheiros.

Adrar vai-se explicando num mau francês, soluçado. Integrado no exército em 64, passou à vida civil em 68 para se dedicar ao amanho da terra. Em 74 bateu-lhe a polícia à porta e disse-lhe: «vais regressar ao teu quartel». Em 76 chegava a El Alun, onde ficou um mês, daí partiu para Brou Craa, depois para Guelta onde estava há já um ano e meio.

– *Como eram abastecidos?*

Por avião, de princípio havia um uma vez por semana. Depois os saharuis faziam fogo e acertavam-lhes e estávamos 15-20 dias à espera. Depois vinham e não chegavam a aterrar...

– *Como comiam, então?*

– Não havia quase nada, lentilhas e latas de

sardinha, havia semans que não tínhamos nada de comer. O responsável de tudo isto – acrescenta – é Hassan II que quer ver a sua gente morrer por nada...

Lemrabet Elhusi, não foi aprisionado nas trincheiras mas sim no hospital. «Fui preso no dia 25. A 24, no primeiro dia da operação, fui ferido numa perna e a sanidade do nosso destacamento levou-me para o hospital. Aí fiquei. No dia seguinte as nossas forças derrotadas abandonaram Guelta e os combatentes saharuis entraram na localidade e apanharam-me no hospital. Quando me apanharam, curaram-me as feridas e mandaram-me para qui».

Adderrahamam foi feito prisioneiro logo no dia 24, nas trincheiras: Fora ferido e os seus companheiros tinham abandonado as posições quando foi capturado. Antes de vir para o exército vivia de «biscates», não tendo trabalho certo. Alistado no exército em 1974, foi enviado para o centro mineiro de Zuerat, na Mauritânia, onde passou mais de dois anos. Com o acordo de Paz entre aquele país e a Polisário foi mandado para Guelta.

– *Quanto ganhava como cabo das FAR?*

– Cerca de 700 dirhams por mês.

Abderrahamem diz-nos, contudo, que recebia por cheque, sendo esse dinheiro depositado numa conta em seu nome. Os seus pais, por carta, tinham-lhe dito que as autoridades punham todo o tipo de obstáculos ao levantamento desse dinheiro, afirmando que ele «não queria que o dinheiro fosse retirado...»

O dinheiro no entanto não o parece agora preocupar. Tal como os seus dois companheiros parece feliz por ter escapado «daquela» vivo e com os ossos inteiros.

SAHARA OCIDENTAL

1884-1981

A história da resistência

Cronologia do esforço saharauí para obter a independência

1884 – No auge da partilha de África, a Espanha ocupa algumas posições do litoral ao sul do Ued (rio) Draa, numa região que passará a ser conhecida por Sahara Ocidental ou «espanhol». No mesmo ano, a Conferência de Berlim, reconhece e oficializa a ocupação.

1905 – A França e a Espanha assinam um acordo secreto. A «régua e esquadro» traçam as fronteiras das suas colónias na região do noroeste africano.



A Legião espanhola no Sahara

1934 – A colonização espanhola limita-se a três pontos no litoral: El Aiun, capital administrativa; Cabo Juby, na província de Tarfaya e Villa Cisneros. São frequentes os ataques destes locais por tribos nómadas, na sua maioria guerreiras, que habitam o território. Apesar das ambições hegemónicas de Paris, Espanha e França traçam planos conjuntos para as suas forças militares e avançam para o interior das colónias.

1936 – Graças à ajuda das forças expedicionárias francesas, a Espanha, aparentemente, controla todo o território do Sahara Ocidental.

1958 – Uma insurreição generalizada das tribos saharauís quebra a tranquilidade. Os espanhóis são obrigados a recuar até às três cidades litorais que já ocupavam em 1934. Para enfrentar a rebelião, Espanha e França organizam uma poderosa expedição militar, mobilizando 14 mil homens e 130 aviões. A operação ficará conhecida pelo nome de «Ecouvillon» (de escovilhar, limpar de «matérias estranhas»). Para o regime francês, a expedição tinha um objectivo claro: atingir a Argélia pela rectaguarda, enfraquecendo a resistência à sua colonização, onde a guerra de libertação já se desenvolvia há quatro anos.

Talvez para recompensar a colaboração de efectivos do exército regular marroquino ao lado das forças expedicionárias coloniais na operação «Ecouvillon», a Espanha cede a Marrocos a mais setentrional das suas províncias do Sahara, Tarfaya.

A década da descolonização

1960 – As Nações Unidas adoptam (a 14 de Novembro) a resolução 1514, considerada como a carta da descolonização.

1962 – O Sahara Ocidental é incluído na relação dos territórios sob dominação colonial pelo comité encarregado de aplicar a resolução 1514.

1965 – Pela primeira vez, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma resolução específica – 2072 – sobre a questão do Sahara Ocidental. Na Espanha franquista há reacções: o governo colonizador empenha-se na defesa do território, fundamentalmente devido à sua importância estratégica e à enorme jazida de fosfatos de Bou Craa – com reservas avaliadas em 10 mil milhões de toneladas – espalhada por uma área de cerca de 250 mil metros quadrados, a céu aberto. O seu valor na época é avaliado em 100 mil milhões de dólares.

1967 – Para defender o que chama de *autonomia* da colónia, a Espanha cria a *Djemaa*, uma assembleia com poderes quase que exclusivamente consultivos, formada por 102 pessoas, das quais só cerca de metade eram eleitas. Com um detalhe: não havia voto universal e secreto, cabendo apenas aos notáveis das diferentes tribos o direito de exercer o voto. A *Djemaa* foi muito criticada. Neste mesmo ano, nasce a *Organização de Vanguarda para a Libertação do Sahara*, movimento que terá papel decisivo na formação da consciência nacionalista saharauí. O seu fundador, Mohamed Sid' Brahim Bassiri, estudou na Síria e no Egipto, sendo influenciado pelo nacionalismo árabe nasserista. Todo o seu trabalho inicial é feito

na clandestinidade, a partir de uma mesquita da cidade de Smara, onde as autoridades espanholas permitiram que ele se fixasse para ensinar, desde que «se mantivesse afastado da política» (*).

O abandono da via pacífica

1970 – A *Organização de Vanguarda para a Libertação do Sahara* realiza (a 17 de Junho) uma grande manifestação pacífica no bairro de Zembla, em El Aiun, em defesa da independência. A «Legião Espanhola» cerca o local e reprime violentamente os manifestantes. Saldo da repressão: 40 mortos, centenas de feridos e grande quantidade de presos, entre os quais o líder do movimento de libertação, Mohamed Bassiri, que virá a desaparecer no cárcere. O seu paradeiro é, até hoje, desconhecido.



Mohamed
Sid' Brahim Bassiri

1973 – «Pelas armas conquistaremos a liberdade». Esta a palavra de ordem do congresso (realizado entre 5 e 10 de Maio) que cria a *Frente Polisario – Frente Popular de Libertação do Sa-guia El Hamra e Rio de Oro*, as duas regiões em que se divide o Sahara Ocidental – com o objectivo de preparar as massas para a luta armada. Estava definitivamente abandonado o caminho pacífico para a independência. Logo depois (a 20 de Maio) um grupo de sete homens, mal armados e com pouca ou nenhuma experiência militar, empreende uma acção audaciosa: ataca e ocupa o posto colonial de El-Khanga.

1974 – Embora conte com 80 mil homens, o exército colonial revela-se incapaz de conter os ataques dos guerrilheiros. Madrid lança duas cartas decisivas: cria uma força política local, o *Partido de União Nacional Saharai – PUNS* – na expectativa de esvaziar a Frente Polisario e começa a preparar uma proposta de plebiscito, cuja realização anuncia para o ano de 1975. A Frente Polisario declara-se favorável ao plebiscito, desde que seja permitido o regresso das populações sa-

arauis que se haviam exilado em países vizinhos com o desencadeamento da repressão. Reivindica igualmente a substituição da administração colonial por uma administração nacional e o controlo do plebiscito por parte da ONU e da Organização de Unidade Africana (OUA).

1975 – A ONU envia uma comissão de observadores ao Sahara para avaliar *in loco* a situação. Participam do grupo Simon Ake, da Costa do Marfim, Manouchehr Pishva, do Irão e Marta Jimenez, de Cuba. Os trabalhos começam na segunda quinzena de Maio. Em Ain-Bentili (a 12 de Outubro) é realidade uma reunião que resulta na adesão de praticamente todos os grupos nacionais, como o PUNS, que nunca chegou a ter raízes populares, e outras organizações menores, à Frente Polisario, que passa a ser considerada como «vanguarda única e autêntica do povo saarauí». Dois dias depois, a 14 de Outubro, a ONU divulga a conclusão dos seus observadores: a comissão constatara que a grande maioria da população estava a favor da independência do Sahara Ocidental e contra a partilha das suas terras entre Marrocos e a Mauritânia, como pretendia a Espanha. Também o Tribunal Internacional de Haia divulga parecer em defesa da autodeterminação do Sahara Ocidental. O parecer tinha sido solicitado por Marrocos e pela Mauritânia «sobre a legitimidade das suas pretensões territoriais» sobre a então colónia espanhola.

A divisão do Sahara

Em resposta à decisão do Tribunal de Haia, Hassan II de Marrocos organiza uma verdadeira encenação teatral: uma «marcha pacífica» para a libertação daquilo que designa por «provincia do Sahara», marcha que entraria para a história com o nome de Marcha Verde. Foram mobilizados 350 mil marroquinos, a maioria recrutada entre desempregados. A gigantesca operação exigiu 10 comboios especiais, 8 mil camiões, 18 mil toneladas de víveres, 63 mil toneladas de água e 2590 toneladas de combustível.

A 26 de Outubro, Kurt Waldheim encontra-se com Hassan II em Rabat. O monarca opor-se-ia terminantemente ao plano de descolonização apresentado pelo secretário-geral da ONU, onde se preconizava a transferência da administração do território para a tutela das Nações Unidas, através da nomeação de um alto comissário e a manutenção de vários contingentes do exército espanhol com as funções de «capacetes azuis».



«A Marcha Verde»: a invasão pacífica encobria a invasão armada

As Espanha antecipa-se aos planos de descolonização da ONU e reparte o Sahara Ocidental (14 de Novembro, data da assinatura do acordo Tripartido de Madrid) ente Marrocos (2) e a Mauritânia, a troco de importantes vantagens económicas: direito de pesca em águas territoriais saharauis para 800 barcos espanhóis durante 20 anos; indemnização pelos bens públicos deixados na colónia e direitos sobre 30 por cento dos rendimentos da exploração de fosfatos de Bou Craa. Imediatamente, o território do Sahara Ocidental é ocupado: as Forças armadas Reais de Marrocos tomam Smara e a capital do Sahara, enquanto as forças mauritanas ocupam posições ao sul do paralelo 24, área de menor importância económica.

1976 – O ano começa com bombardeamentos *anapalm* e *fósforo branco* sobre os acampamentos de refugiados saharauis. A aviação marroquina castiga particularmente os campos de Tifariti, Amgala, El-Metiani e Guelta. Em Paris (a 2 de Fevereiro) Valery Giscard d'Estaing anuncia o apoio do seu país aos marroquinos. Isso não impede que a Frente Polisário crie a República Árabe Saharai Democrática (RASD), a 27 de Fevereiro.

A iniciativa é imediatamente apoiada por grande número de Estados africanos, entre eles Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. O Exército Popular de Libertação Saharai, braço armado da jovem República, passa à ofensiva e num grande ataque a Nuakchott, capital mauritana, morre (a 9 de Junho) o secretário-geral da Frente Polisário, El Uali Mustapha Sayed. O III Congresso Nacional da Frente Polisário (com início a 26 de Agosto), que ganha o nome do líder morto em combate, lança a palavra de ordem «nem paz, nem estabilidade antes do regresso ao território nacional e à independência», aprova um programa de Acção Nacional e a Constituição da República. É ainda eleito o novo secretário-geral da organização, Mohamed Abdelaziz. Dezenas de instrutores militares franceses

começam a chegar (Novembro e Dezembro) à Mauritânia para organizar o exército daquele país que, com a guerra, aumentara os seus efectivos de 2 mil para 15 mil homens.

1977 – A ofensiva militar do ELPS intensifica-se em todas as frentes, particularmente no sul, onde o centro mineiro de Zuerat, na Mauritânia, verdadeiro pulmão económico do país, se torna o alvo preferencial dos ataques dos guerrilheiros saharauis. A 13 de Maio, e face às dificuldades sentidas pelas forças mauritanas em defender o seu próprio território nacional, é assinado um acordo de defesa mútua entre a Mauritânia e Marrocos. Ao abrigo deste acordo Marrocos coloca entre 12 e 15 mil homens no sul do Sahara e na Mauritânia. A 3 de Julho, o Exército de Libertação Saharai ataca mais ataca mais uma vez a capital mauritana. Apesar de a aviação francesa por mais de uma vez ter entrado em acção em ajuda às forças mauritanas é a 14 de Dezembro deste ano que os caça-bombardeiros «Jaguar» estacionados na base de Ouakam, no Senegal, intervêm ostensivamente no conflito, atacando uma coluna de guerrilheiros saharauis. Os Estados Unidos anunciam um empréstimo de 50 milhões de dólares a Marrocos.

A «dinâmica de paz»

1978 – (5 de Junho) O governo marroquino anuncia medidas draconianas para enfrentar a crise económica. Analistas norte-americanos estimam que a guerra no Sahara custa ao trono de Hassan mais de um milhão de dólares diários. Um golpe de Estado (a 10 de Julho), liderado por militares, derruba o regime mauritano de U1 Daddah. Dois dias mais tarde, a Frente Polisário declara unilateralmente um cessar-fogo na frente sul com o objectivo de promover «uma dinâmica de paz».

Pouco tempo depois do golpe em Nuakchott, a França, através dos seus aliados africanos, promove aquilo que ficaria conhecido por plano SADE – «Sahara Demain» – em que defendia a constituição de um mini-Estado saharai. Entre 25 e 30 de Setembro realiza-se o IV Congresso da Frente Polisário sob a palavra de ordem «a luta continua para impor a independência nacional e a paz». O Congresso estabelece as condições necessárias ao restabelecimento da paz na região, que se resumem praticamente ao reconhecimento da soberania do povo saharai sobre o conjunto do território.

rio do Sahara Ocidental. A 4 de Outubro, a UCD, partido no governo em Espanha, reconhece oficialmente a Frente Polisário como «único e legítimo representante do povo saharauí em luta». Durante a sua 33.ª sessão, a Assembleia Geral da ONU reafirma uma vez mais o direito do povo saharauí à autodeterminação.

A «Ofensiva Huari Boumedienne»

1979 – A 1 de Janeiro, e em honra da memória do presidente argelino falecido poucos dias antes, a Frente Polisário anuncia o desencadeamento da ofensiva militar Huari Boumedienne. No 1.º de Maio, o presidente do governo espanhol, Adolfo Suarez, encontra-se, em Argel, com o secretário-geral da Frente Polisário, Mohamed Abelaziz.

A 5 de Agosto, após mais de um ano de conversações secretas, a República Islâmica da Mauritânia assina com a Frente Polisário, em Argel, um acordo de paz em que declara não ter «reivindicações territoriais ou outras sobre o Sahara Ocidental» e propõe-se «sair definitivamente da guerra injusta». O acordo de paz, que as autoridades de Rabat procuraram boicotar a todo o custo, além de internacionalmente constituir uma grande vitória da luta de libertação do povo saharauí, deixa o reino marroquino numa posição de extremo isolamento.



Houari Boumedienne: um defensor intransigente do direito à autodeterminação do povo saharauí e de todos os povos

Na segunda quinzena de Outubro, o ELPS anuncia a libertação total de toda a parte nordeste do Sahara Ocidental, após a queda da última «praça-forte» ainda em mãos dos marroquinos: Mahbes. Com o prosseguimento da ofensiva Huari Boumedienne a guerra toma outras características: o ELPS passa a conjugar a guerra com as grandes batalhas de posições, envolvendo milhares de homens. A 4 e 5 de Dezembro, o Comité *ad-hoc* criado pela OUA, na sua 15.ª cimeira, realizada em Kartum, no Sudão, «pede com insistência a Marro-

cos que retire imediatamente as suas tropas do Sahara Ocidental» e recomenda um «referendo livre e justo». A Assembleia Geral da ONU, a 21 de Novembro, aprova uma resolução em que reconhece a Frente Polisário como único e legítimo representante do povo do Sahara e pede a Marrocos que «ponha fim à ocupação do território».

A guerra no sul de Marrocos

1980 – (29 de Janeiro) Perante duas sub-comissões da Câmara dos Representantes dos EUA, em Washington, é afirmado que no espaço de cinco anos «o exército marroquino passou de 60 mil para 120 mil homens, 50 mil dos quais se encontram na zona de guerra do Sahara Ocidental». A 10 de Março, após a grande derrota das FAR na batalha do Ouarkiz, durante a qual as forças marroquinas perderam milhares de homens e toneladas de material, o general Dlimi, seu chefe supremo, condena em Negueb, no sul de Marrocos, os militares marroquinos e desgradua um elevado número de oficiais e sub-oficiais. A 15 de Abril, a Frente de Firmeza Árabe reconhece a RASD e apela a que outros países façam o mesmo.

Durante a 17.ª reunião da OUA, a 3 de Julho, reunida em Freetown, 26 países africanos afirmam ao secretário-geral da organização. Eden Kodjo, que reconhece a RASD, maioria necessária para esta se tornar o 51.º Estado membro da OUA. A 23 de Julho, no termo das negociações entre o governo português e o governo saharauí com vista à libertação dos 15 tripulantes do pesqueiro «Rio Vouga», capturado em águas territoriais da RASD, Portugal reconhece oficialmente a Frente Polisário «como único e legítimo representante do povo do Sahara Ocidental».

De 9 a 22 de Setembro, desenvolvem-se violentos combates na região marroquina de Rass-el-Khanfra onde as FAR procuram avançar na construção das linhas defensivas que protegeriam, agora, aquilo que Hassan e o Estado Maior marroquino chamam de «triângulo útil» do Sahara. A 18 de Setembro, numa espectacular acção realizada por unidades navais das forças de libertação, o porto de El Aiun é atacado, sofrendo as suas instalações grandes prejuízos. A 11 de Novembro, a Assembleia Geral da ONU, reunida na sua 35.ª sessão, adopta uma resolução em que apela a Marrocos à negociação directa com a Frente Polisário, com vista ao encontro de uma solução pacífica e justa para o conflito.

A 9 de Dezembro, Andrew Young, antigo embaixador dos EUA junto da ONU, visita as regiões



(Em cima) O mártir-herói saharauí El Uali Mustapha Seyed (Em baixo) Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da Frente Polisário, tendo a seu lado o ministro da Defesa da RASD, de óculos, Ibrahim Ghali.



libertadas da RASD e declara que «a persistir na sua atitude, Marrocos corre o risco de conhecer problemas e desilusões comparáveis aos que os EUA tiveram no Vietname». A 18 de Dezembro, a Polisário liberta 35 pescadores espanhóis tripulantes de três embarcações capturadas em águas territoriais da RASD, acto na sequência do qual a Espanha «reafirma o seu apoio ao direito do povo saharauí à autodeterminação».

1981 – Em mensagem de Ano Novo ao povo marroquino, tomado público no dia 4 de Janeiro, a Frente Polisário mostra-se disposta a negociar com «qualquer força de Marrocos capaz de realizar a paz», o que é interpretado como um discurso directo às Forças Armadas marroquinas. A 30 de Janeiro a Secretaria de Estado norte-americana anuncia a venda a Marrocos de 108 tanques m-60. No ano anterior os Estados Unidos já se haviam comprometido a vender a Marrocos um importante lote de aviões «OV-10 Bronco» e 24 helicópteros «Hughes 500-MD Defender». A Bélgica decide levantar o embargo de armas a Marrocos (20 de Fevereiro).

A 16 de Março, as autoridades mauritanas, após a tentativa de um golpe de Estado, acusam Marrocos de estar por detrás da conspiração. Dois dias mais tarde, a Mauritânia corta as relações diplomáticas com Marrocos. (25 de Março) – O ELPs liberta durante alguns dias a cidade de Guelta Zemmur, a apenas cerca de 100 quilómetros das minas de Bou Craa. Após vários dias de combates na região, durante os quais é abatido um «Mirage F-1», a cidade é retomada pelas forças marroquinas que, no entanto, não conseguem manter ligação terrestre com o centro mineiro. □

(1) – Do livro de Ahmed Baba Miske, «Le Front Polisario, l'âme d'un Peuple» («A Frente Polisário, a alma de um Povo»).

(2) – O sonho do «Grande Marrocos» – nunca muito propagandeado mas subjacente em toda a política externa do regime de Hassan II – jamais foi abandonada pelo rei. Segundo o seu principal teorizador, o antigo secretário-geral do Partido do Istiqlal, Allal El Fassi, Marrocos considera-se com direitos territoriais sobre o Sahara, todo o território mauritano, parte do sul da Argélia e ainda uma «fatia» do Mali. A apropriação da velha colónia espanhola apresentava-se pois, como o primeiro passo na construção desse grande «Império». Internamente, ao amarrar as forças da oposição – a troco de uma «abertura» do regime – e as Forças Armadas a essa «patriótica» empresa, Hassan veria reforçar-se mais ainda o seu poder e a estabilidade do seu trono, abalado pelas tentativas de golpe de Estado de 1971 e 1972. Para completar esta situação, Hassan II contava ainda com importantes factores de pressão para manejar em relação a Madrid: Ceuta e Melilla, possessões espanholas encravadas no seu território, e a enorme plataforma marítima marroquina, zona preferencial de pesca das embarcações canárias.

Um regime em crise

A guerra só trouxe problemas para a vida económica, social e política do país

António Silva

A economia marroquina atravessa, desde há anos, uma crise profunda que vem sendo agravada pelo crescente custo social e económico da guerra no Sahara Ocidental.

Após um período de rápida expansão dos vários sectores de actividade, entre 1973 e 1977, com taxas anuais da ordem dos 9%, começaram a aparecer diversos sintomas de crise que levaram os responsáveis marroquinos a optar por um Plano Trienal, também chamado de «transição», para o período 1978-1980, e cujo objectivo principal era estabilizar o ritmo de crescimento a níveis mais moderados (4,5-5,5% ao ano), eliminando os factores de crise e lançando as bases para um posterior aceleração do ritmo de desenvolvimento.

Passados que foram esses três anos, fácil é concluir que os resultados obtidos estão longe de atingir os objectivos propostos: a taxa de crescimento foi de 3% ao ano e a maioria dos factores de crise acentuaram-se. Daí que, a partir de 1979, se tenham multiplicado os conflitos sociais, índice do crescente descontentamento do povo marroquino relativamente à situação actual.

Para esconder a sua incapacidade de resolver a crise os dirigentes marroquinos justificam-se com argumentos de ordem conjuntural, como sejam o aumento de preço do petróleo ou a diminuição do preço dos fosfatos (principal exportação marroquina). No entanto, estes argumentos não iludem uma realidade bem diferente: os desequilíbrios externos e internos da economia marroquina resultam, antes do mais, do seu carácter estruturalmente dependente face ao exterior, sobretudo em relação aos países capitalistas desenvolvidos, nomeadamente os Estados Unidos, a França e a R.F. Alemã. Ao mesmo tempo, um outro factor, silenciado pela censura, tem grande peso na actual crise: a guerra



O rei Hassan II e o seu filho

que Marrocos desencadeou, a partir de 1975, com o objectivo de anexar o território do Sahara Ocidental.

A estrutura da Economia Marroquina

A estrutura da economia marroquina é o principal factor explicativo das dificuldades actuais; ela não difere substancialmente da de muitos outros países da periferia dos centros capitalistas desenvolvidos.

Um sector agrícola incapaz de satisfazer as necessidades alimentares do país, apesar de ocupar mais de metade da população activa, onde a par de um sector modernizado e tecnologicamente evoluído — virado para a exportação — existe um amplo sector tradicional com características quase feudais*; sector industrial pouco desenvolvido, excepto num ou noutro ramo, essencialmente exportador, como os têxteis e os produtos alimentares; um sector terciário — turismo, funcio-

nalismo, comércio — com grande peso na economia; inflação e desemprego muito elevados (em 1980, 20 e 25% respectivamente), eis alguns dos traços característicos da estrutura económica de Marrocos.

Os EUA, a França e a Alemanha Federal são os principais fornecedores da economia marroquina, seus principais clientes e através dos mais diversos mecanismos — multinacionais, controlo dos mercados mundiais das matérias-primas, investimentos e associação de capitais — acabam por controlar, em seu benefício, as alavancas fundamentais do processo de desenvolvimento do país. Esta dependência acentua-se dado o peso crescente das remessas dos emigrantes e do turismo como fontes de divisas (4.000 e 32 000 milhões de dirhams respectivamente, em 1979).

Por outro lado, são estes países, e outros, como a Arábia Saudita, e as organizações internacionais por eles dominadas, como o FMI e o Banco Mundial — que financiam o crescente défice da balança de pagamentos marroquina que ultrapassou os mil milhões de dirhams em 1980, contra pouco mais de 175 milhões em 1979.

Estes empréstimos, não só acarretam pesados encargos (calcula-se que, em 1985, aproximadamente 10% das receitas orçamentais se destinam ao pagamento dos encargos da dívida externa), como limitam e condicionam as opções da política económica, já que os programas de desenvolvimento impostos visam a defesa dos interesses dos países capitalistas e seus aliados internos, em detrimento das necessidades e aspirações do povo marroquino.

Apesar de uma ligeira recuperação da taxa de cobertura comercial registada em 1980, devido à subida do preço dos fosfatos — principal produto de exportação marroquina — a balança comercial apresenta um enorme défice: 7,2 mil milhões de

dirhams em 1980. Ou seja, a situação global do país é extremamente grave, a penúria de divisas externas é total, e o recurso aos financiamentos externos aparece como solução, ainda que condicionada por imposições pouco adequadas aos interesses reais do país e da sua população em geral.

A política de austeridade, iniciada em 1978, é bem o exemplo desse facto, já que, por um lado, se limitam os investimentos públicos e se desacelera o apoio à indústria e à agricultura e, por outro, aumenta-se o orçamento das despesas militares.

De facto, as medidas limitativas do investimento público não resultam, já que a burguesia marroquina é essencialmente parasitária do Estado e as limitações das despesas públicas não são compensadas pelo aumento do investimento privado;

bem pelo contrário, este diminui em percentagem semelhante ao verificado por aquelas.

Esta política acarreta o aumento da inflação e do desemprego, isto num país que conta com uma população essencialmente jovem que cresce à taxa anual de 3,3%. A limitação do poder de compra no mercado interno, a diminuição da produção industrial e os cada vez mais ligeiros aumentos da produção agrícola e mineira registados nos últimos anos são factores que acentuam a dependência em relação ao exterior, tanto mais que vão aumentando as importações do petróleo e dos cereais (2,5 milhões de toneladas importadas em 1979, principalmente dos Estados Unidos).

Finalmente, a perspectiva de alargamento da CEE a Portugal e a Espanha vem agravar as dificulda-

“Consenso”

A política de «consenso nacional» que o rei Hassan II cultiva desde que, há seis anos, estalou o conflito sobre o Sahara Ocidental, está a «romper pelas costuras», em virtude da repressão que se abateu sobre a greve geral do passado dia 20 de Junho e que, em Casablanca, apresentou um saldo de numerosos mortos e feridos. As medidas repressivas e os processos judiciais que tiveram lugar nas semanas seguintes aos incidentes vieram mostrar que não se tratava apenas de julgar alguns revoltosos, mas de uma manobra encoberta de aparências legais para atingir a oposição e, em particular, o sindicalismo de inspiração socialista.

Com efeito, a greve geral — maciçamente seguida em todo o país — tinha sido convocada pela Confederação Democrática do Trabalho (CDT), próxima da União Socialista de Forças Populares (USFP). No entanto, as pessoas detidas e submetidas a julgamento não foram apenas aquelas que, nas ruas, haviam enfrentado a polícia, como afirmou o regime. O próprio Hassan II viria a expressar que não só tinha aceite a greve, como as manifestações. E deu um exemplo: se tivessem desfilado um milhão de pessoas pacificamente nada teria sucedido, mas que não poderiam ser admitidos «a pilhagem e a violência». Declarações tão tolerantes não estão, porém, de acordo com os factos. Já no dia 19, nas vésperas da greve, eram detidos membros da CDT que trabalhavam na sua preparação. Apenas se deram confrontos em Casablanca, mas em muitos outros lugares do país em que a greve se fez sentir e onde as pessoas se portaram como o rei queria também se deram detenções e processos.

Mais de 1400 pessoas foram encarceradas, intimidadas a assinar confissões em branco e — segundo a oposição — torturadas. Submetidas a processos sumários e desprovidos de suficientes garantias legais para a sua defesa, a eles se aplicam a técnica de uma ditadura repressiva que, ao mesmo tempo, necessita manter aparências de legalidade e de não cortar por completo as pontes com a oposição.

Este paradoxo deve-se à política de «consenso nacional». Para enfrentar a Frente Polisario, Hassan II necessitava contar com um clima de união nacional. Uma vez que tanto oficialistas como opositores — incluídos

des que já se vão sentindo relativamente ao escoamento de certos produtos marroquinos, nomeadamente têxteis e concentrados de tomate, para o mercado comunitário.

Por tudo isto, as previsões futuras para o desenvolvimento económico do país são pouco animadoras, apesar do moderado optimismo dos responsáveis marroquinos.

A recente discussão e aprovação do Plano Quinquenal para 1981-1985 veio mostrar, uma vez mais, as limitações do desenvolvimento de um país dependente como Marrocos. O recurso aos empréstimos externos, a prioridade às indústrias e sectores exportadores, a limitação do investimento público continuam a ser os fundamentos para a definição de uma estratégia de desenvolvimento económico em Marrocos.

E se é um facto que os emprésti-



A inflação, em grande parte consequência das avultadas despesas militares no Sahara Ocidental, mobilizam a classe operária marroquina contra o regime

mos externos afluem em quantidade (nos primeiros quatro meses de 1981 totalizaram 2 mil milhões de dólares

provenientes de diversas entidades, públicas e privadas, da França, EUA e RFA) também é um facto que esses empréstimos beneficiam, essencialmente, os países prestadores e a burguesia marroquina, enquanto que a esmagadora maioria da população sofre o agravamento das condições de vida.

e repressão

socialistas e comunistas — apoiam o monarca na exigência de que o Sahara Ocidental é parte integrante de Marrocos, o «consenso» foi possível em todos estes anos. Dirigentes socialistas e comunistas foram incluídos na delegação marroquina à conferência cimeira da OUA, realizada em Nairobi, exibindo, assim, ao exterior, a unidade nacional nesta matéria. O consenso compreendia o respeito recíproco das diferentes posturas em assunto alheios à reivindicação territorial, e, dessa forma, foi aberto um maior espaço à oposição. Mas os incidentes de Casablanca, a capital económica do país, demonstram que o governo monárquico e a oposição entendem o «consenso» de modo diferente. A repressão de expressões legais, como a greve geral e a perseguição de sindicalistas e políticos que actuaram dentro da legalidade estabelecida, diminuiu a margem de manobra dentro do «consenso». Nisto influi a crise económica, em parte ocasionada pelos grandes gastos de defesa exigidos pela guerra contra a Polisario. Para enfrentar a crise, o governo decretou, nos dias 6 e 7 de Junho, aumentos espectaculares nos preços. Alguns alimentos básicos foram aumentados em 85 por cento.

Esta medida, tendente a descarregar o peso da crise sobre as classes trabalhadoras, levantou uma reacção quase unânime. Não só os opositores como também os partidos englobados na frente de governo se opuseram. O governo teve que retroceder, reduzindo os aumentos a metade. Mas os sectores populares não concordaram. A CDT soube interpretar este descontentamento, como demonstra o alto grau de adesão às consignas dos grevistas. Esta linha repressiva **sul generis** adoptada pelo regime coloca-o ante um dilema. Continuar, cria uma situação incompatível com o «consenso nacional», além de desviar energias na frente interna. Se para preservar o «consenso» aceita a legalidade e, por conseguinte, são respeitadas as actividades opositoras, toda a política económica do regime, acordada com o Fundo Monetário Internacional, se veria ameaçada pela pressão sindical e política. Pode-se dizer que se tornaria insustentável.

A opção por uma política de desenvolvimento ao serviço do povo marroquino passa por reformas estruturais profundas, tanto ao nível político como económico. Reformas que, inevitavelmente, poriam em causa os interesses capitalistas, internos e externos, e que têm na actual equipa dirigente chefiada por Hassan II um fiel servidor. Daí o afluxo de financiamentos indispensáveis, não apenas para adiar o explodir de tensões sociais, mas também para financiar o esforço de guerra de Marrocos com a ocupação do Sahara Ocidental.

A guerra no Sahara Ocidental

Apesar do seu carácter essencialmente estrutural, a crise da economia marroquina tem na guerra do

Sahara Ocidental um importante factor de agravamento, dado o efeito multiplicador deste conflito e as suas repercussões tanto ao nível económico como político.

Inicialmente, a guerra desencadeada contra o povo saharauí tinha dois objectivos. Por um lado, Hassan II encontrava assim um pretexto para apelar ao consenso nacional e à pacificação social, isto depois de um período (1971-1974) em que os conflitos sociais e políticos se vinham multiplicando. De facto, quase todas as forças sociais e políticas foram unânimes em apoiar a agressão marroquina, invocando a defesa da «integridade» territorial do país. Por outro lado, o território da República Árabe Saaráui Democrática é extremamente rico em minerais, sobretudo em fosfato. Marrocos era (e é) o principal exportador mundial de fosfato sendo simultaneamente detentor de mais de 60% das reservas mundiais deste mineral. É também em 1974-1975 que o preço dos fosfatos atinge o seu máximo (63 e 68 dólares por tonelada, respectivamente) o que se traduziu num forte aumento das receitas da exportação. Ocupando o território saharauí, Marrocos pretendia reforçar a sua posição de produtor/exportador de fosfato, controlando as importantes reservas ali existentes e incrementando a produção das minas de Bou Craa, cuja capacidade anual atinge os 6 milhões de toneladas.

Estes dois objectivos só seriam, no entanto, alcançados se a vitória militar fosse rápida e completa, de forma a reforçar-se o prestígio de Hassan II e a poder-se explorar de forma efectiva os recursos do solo saharauí.

Mas a realidade acabou por se mostrar bem diferente.

A guerra, iniciada em Novembro de 1975, em vez de ser um golpe de força espectacular e de efeitos ime-

diatos, veio transformar-se num «cancro» para a vida económica e política de Marrocos. O povo saharauí soube encontrar as formas de organização política e militar que lhe permitiram conter o ímpeto inicial do invasor e, posteriormente, infligir-lhe pesadas derrotas, tanto no campo político como militar.

Apesar do apoio maciço de países como os Estados Unidos, a França, a R.F. Alemã e a Arábia Saudita, apesar das sucessivas «ofensivas finais» desencadeadas pelo exército marroquino, a guerra continua e o povo saharauí e a sua vanguarda, a Frente Polisario, vêm reforçando as suas posições, sendo hoje evidente que Marrocos não tem quaisquer possibilidades de vitória no conflito.

Actualmente, as despesas militares, que se elevam a cerca de 2 mil milhões de dólares, representam mais de 40% do total do orçamento marroquino. Recursos que são desviados em detrimento de sectores produtivos fundamentais, como a agricultura e a indústria; recursos que podiam ser orientados para a melhoria das condições de vida do povo marroquino. Daí que, lentamente, o descontentamento social vá tomando forma e o «consenso» em torno da questão do Sahara Ocidental se vá esbatendo.

Em 1979, um movimento grevista sem precedentes alastra a vários sectores de actividade: ensino, transportes, funcionalismo. Deste movimento resultaram vitórias parciais para os trabalhadores marroquinos e uma remodelação ministerial, com a substituição do primeiro-ministro Ahamed Oman por Maati Bouabid, personalidade tida por moderada e com maior capacidade de diálogo com o movimento sindical.

A guerra no Sahara Ocidental vai-se progressivamente acentuando como factor de aceleração da crise económica, social e política; apesar

da pouca informação existente sobre o conflito, já que é, praticamente, tema tabu nos órgãos de informação marroquinos.

Por outro lado, as vantagens económicas de ocupação do Sahara Ocidental não existem. As minas de Bou Craa, apesar dos esforços desenvolvidos, continuam a não poder ser efectivamente exploradas. A acção militar da Frente Polisario inviabilizou por completo o escoamento dos fosfatos para os portos, tanto através do tapete rolante como através de camiões, não obstante os contingentes militares marroquinos deslocados para àquela região.

Marrocos está, pois, condenado ao fracasso e no quadro da crise que atravessa a sua economia, a guerra contra o povo saharauí constitui, sem dúvida, um factor de agravamento de grande peso. Enormes recursos humanos e económicos são deslocados para a manutenção de um conflito que em nada beneficia o povo marroquino. Bem pelo contrário, diversos sectores económicos são secundarizados em relação às compras de armamento. A política de austeridade faz-se, como ficou demonstrado, à custa da diminuição do já baixo nível de vida do povo marroquino.

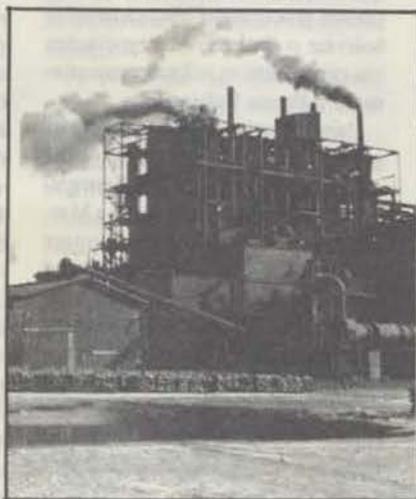
Daí que, apesar da forte repressão interna, as tensões e conflitos sociais venham-se alastrando, numa demonstração inequívoca da recusa do povo marroquino em aceitar, passivamente, os efeitos de uma crise que não provocou. Crise que para ser ultrapassada exige reformas profundas na estrutura económica e política do país, mas que exige também a paz e o fim da guerra de ocupação do Sahara Ocidental, com o reconhecimento do direito do povo Saaráui à independência e soberania. □

* A seca que se tem feito sentir é um factor importante de agudização conjuntural da crise (essa sim estrutural).

No centro do conflito

A guerra no Sahara provocou a queda de um regime e deixou profundas cicatrizes na vida social e política do país

Lamine Ahmed



Zuerat, o «pulmão económico» da Mauritânia

O golpe de Estado que, a 10 de Julho de 1978, derrubou o regime de Mokhtar Ould Daddah e levou ao poder um movimento de militares teve origem directa na guerra do Sahara. O seu elevado custo económico e a perda de vidas humanas, num país como a Mauritânia, pobre, pouco povoado e castigado por sucessivos anos de seca, provocou um enorme descontentamento popular que veio beneficiar o movimento insurreccional.

De facto, desde praticamente o início do conflito que as consequências da guerra se tinham começado a fazer sentir: mais de 60 por cento do orçamento do Estado foi canalizado para a Defesa, enquanto os trabalhadores assalariados se viram obrigados a contribuir com

três dias de salário para o «esforço de guerra». Em finais de 1978, a dívida externa ascendia a 750 milhões de dólares, ou seja, o equivalente a 145 por cento do Produto Nacional Bruto.

As minas de ferro de Zuerat, verdadeiro pulmão económico do país e principal fonte de divisas, bem como a linha férrea de transporte do minério até ao porto de Nuadhibou, tinham-se tornado no alvo constante dos ataques dos guerrilheiros saarauais, o que provocava a queda vertical da produção. A este denso panorama vieram juntar-se os efeitos de quase uma década de seca, num país em que 75 por cento da população é nómada e em que 84 por cento vive da exploração da terra e da pastorícia.

Daddah e o diálogo com a Polisário

Ao fim de uma longa vida política que conheceu altos e baixos, mas com uma argúcia e inteligência que ninguém lhe negará, Ould Daddah empreende uma última e desesperada iniciativa que evite o seu derube: entabula conversações secretas com a Frente Polisário com vista ao encontro de «uma saída honrosa» do conflito. A intransigência do seu aliado, Hassan, que conta com efectivos avaliados em mais de 12 mil homens em território mauritano, e a falta de coragem em levar até às últimas consequências o diálogo iniciado, acabam por lhe custar a própria queda.

Na sequência do golpe de Estado que derruba Daddah um «Comité Militar de Reconstrução Nacional» assume o poder. Nele se virão a manifestar diferentes — e em alguns casos antagónicas — correntes, cujo principal cimento agregador é a vontade comum de pôr fim à guerra e restabelecer a paz como condição *sine qua non* para a estabilidade e a reconstrução do país. Na realidade, porém, cada uma destas tendências passará a defender a sua própria visão de paz que entende ser necessário estabelecer.

O cessar-fogo decretado unilateralmente pela Frente Polisario, dois dias depois do golpe, é interpretado como um gesto de boa vontade pelo novo poder em Nuakchott, um compasso de espera em que se irão manifestar todas as contradições latentes no seio da equipa militar dirigente da Mauritânia.

Quando Marrocos e Senghor apostam na desestabilização...

O primeiro governo saído do golpe de 10 de Julho e chefiado pelo tenente-coronel Ould Salek apresenta-se com o objectivo declarado de acabar com a guerra «sem fazer novos inimigos», uma carta de boas intenções que encontra da parte de Marrocos uma intransigência e hostilização que impedem por completo toda e qualquer possibilidade de negociação com vista ao encontro de uma paz global para a região. Entretanto, as ambiguidades patentes no seio do poder vão dando campo de manobra às forças que apostam na desestabilização como forma de bloqueamento à dinâmica de paz que o derrube de Daddah e o cessar-fogo vieram abrir.

Durante os meses que se seguem, o problema das relações entre as diferentes comunidades que constituem a Mauritânia — Árabe, Hal Poular, Soninké e Ouolof — atinge níveis explosivos, que levam

mesmo a confrontos na capital. Num país que se encontra na encruzilhada entre a paz e a guerra, não seria mera casualidade que os problemas entre diferentes etnias chegue a dominar toda a vida política nacional, ainda que eles desde a independência, nunca se tenham deixado da fazer sentir, por vezes de maneira bem acesa.

As tensões raciais, empoladas por elementos chauvinistas das diferentes etnias, serviam os interesses daqueles que em África e fora do continente procuravam obstinadamente boicotar o processo de negociações em curso entre os militares mauritanos e a Frente Polisario.

Papel destacado em toda esta campanha de desestabilização cabe ao então presidente do Senegal, Leopold Senghor, cujo apoio a Marrocos no conflito do Saara sempre fora manifesto. Aproveitando o facto de o seu país constituir fronteira com a República Islâmica da Mauritânia, Senghor procura, por todos os meios, agravar as tensões raciais no interior do território mauritano, servido-se para isso de influências junto das comunidades negras que habitam o sul. A ingerência nos assuntos internos do país vizinho atinge o auge quando o presidente senegalês brande publicamente a ameaça do secessionismo das etnias negras da Mauritânia.

Um cortejo de golpes palacianos

A busca de uma solução pacífica para a guerra comporta inevitavelmente um elevado preço: a uma perigosa instabilidade social vem juntar-se, por reflexo, uma instabilidade política, que se traduz, nomeadamente, num cortejo de golpes de palácio como a Mauritânia jamais conheçera.

A 6 de Abril de 1979, chega ao poder através de uma destas «revoluções de palácio» que começam a caracterizar o quotidiano de Nuak-

chott, um grupo de oficiais comandados pelo tenente-coronel Ahmed Ould Bouceif, o que constitui um motivo de esperança para o trono marroquino e para Giscard D'Estaing. Evocando uma «aliança natural» com Marrocos, Bouceif procura desmantelar a oposição que lhe é movida no interior do país e, internacionalmente, empreende esforços diplomáticos para destruir os resultados positivos conseguidos pelo governo de Ould Salek. Porém, o optimismo de Rabat e Paris esmorece quando menos de um mês depois de chegar ao poder Bouceif é colocado em minoria no seio do Comité militar que dirige o país e vê o seu projecto de orçamento rejeitado, ao mesmo tempo que são divulgados vários casos de desvios de fundos públicos imputados a oficiais que lhe são muito próximos.

O desaparecimento de Ould Bouceif num desastre de aviação em fins de Maio, ocorrido perto da capital senegalesa, representa um duro revés para todas aquelas posições que pensavam ainda ser possível fazer a dinâmica de paz, aberta pelo derrube do regime de Ould Daddah e mantida por sucessivos encontros secretos entre dirigentes mauritanos e representantes da Frente Polisario.

A nomeação do tenente-coronel Khouna Ould Haidalla vem confirmar o poder e a influência que este militar goza no seio das forças armadas mauritanas. Sob a sua direcção, a procura da paz, considerada a primeira prioridade do movimento de 10 de Julho de 78, passa a ser encarada com maior determinação e firmeza.

As negociações prosseguem e a 5 de Agosto de 1979 é assinado em Argel o acordo de Paz entre a República Islâmica da Mauritânia e a Frente Polisario, pelo qual aquele país declara retirar-se definitivamente da guerra e dos territórios que ocupava no sul do Sahara, reconhecendo na Frente Polisario o legítimo representante do povo saharauí.

«A Mauritânia não existe!»

A celebração do acordo de paz e o consequente isolamento internacional em que o tratado de Argel colocou Marrocos era uma afronta que as autoridades de Rabat não poderiam perdoar, levando-as a uma hostilidade aberta contra o seu antigo aliado a quem passam a acusar de estar na origem de todos os ataques que os combatentes saharauis levam a cabo contra as suas forças.

A invasão da parte do Sahara Ocidental até então ocupada pelo Exército mauritano, para além de constituir a mais grosseira ofensa às normas do Distrito Internacional por parte de Marrocos, representa uma perigosa ameaça à soberania nacional mauritana.

«A Mauritânia não existe, a sua parte norte é nossa e a parte sul do Senegal» — afirma o rei Hassan II de Marrocos durante uma conferência de Imprensa em Agosto de

1980. Declarações do género por parte de altos responsáveis marroquinos sucedem-se numa escalada vertiginosa. A 14 de Março de 1981, o Ministro dos Negócios Estrangeiros marroquino declararia numa extensa entrevista concedida à agência France Press: «Não podemos aceitar que o território de um país vizinho seja utilizado como base para lançar ataques contra nós». A acusação do ministro marroquino e destacado dirigente do partido Istiqlal deixava antever a ameaça: «Marrocos não ficará de braços cruzados face a esta situação».

A confirmar as suas palavras, dois dias depois, um comando militar sob as ordens de dois ex-tenentes coroneis que se haviam exilado em Marrocos, lança um ataque-surpresa contra as instalações da rádio e o palácio presidencial de Nuakchott. Frustrada a intentona e capturados os seus autores, os documentos encontrados em seu poder e as declarações que prestam nos interrogatórios

que antecedem a sua execução vêm comprovar que a acção fora planeada em Marrocos, cujos efectivos terrestres e aéreos apenas esperavam o apelo lançado pelos insurrectos através da rádio para intervir directamente.

No seguimento da agressão as autoridades mauritanas anunciam o corte de relações diplomáticas com o reino marroquino e apresentam queixas contra este país junto do Conselho de Segurança da ONU, da OUA e da Liga Árabe.

No entanto, a quase dois anos de ter assinado a paz com a Frente Polisario, a Mauritânia ainda não encontrou a estabilidade que permita ao seu povo empenhar-se na reconstrução de um país devastado pela guerra e pela seca. A ameaça marroquina junto às suas fronteiras impede a reconversão de uma economia de guerra, em uma outra assente numa dinâmica de desenvolvimento. □

ACTO DOS FEITOS DA GUINÉ

«Acto dos Feitos da Guiné apresenta a factura aos fascistas portugueses que colonizaram, exploraram e, finalmente, fizeram a guerra. Aliás o filme é também um ajuste de contas com o colonialismo em geral»

Verenna Zimmermann, Basler Zeitung, Basileia

«Um filme que gera discussões, que põe problemas, que abre algumas feridas, e tudo feito de forma didáctica e inteligente»

Mário Damas Nunes, O Sete

«Dois planos actuam constantemente em interacção: o do documento fotográfico ou filmico de uma realidade social, política, humana e o da reflexão que ela suscita em termos de História»

M.V.C., «Diário de Lisboa»

«Aproveitamos para vos elogiar quanto à boa qualidade do referido filme»

Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA)



Um filme de

**FERNANDO
MATOS SILVA**

PRODUZIDO
E
DISTRIBUÍDO
POR

CINEQUIPA —
Grupo de
Cinema
Experimental,
C.R.L.

R. da Palmeira, 7
1200 LISBOA

Telefones:
321054
371709
366631

A ilusão de Hassan II

Num relatório ao Congresso dos EUA baseado em análises de peritos militares, um grupo de congressistas sustenta que, para Marrocos, o Sahara é uma guerra perdida

A discussão no Congresso dos EUA que antecedeu a venda ao regime marroquino de 108 tanques «M-60» é extremamente reveladora do modo como é encarado em Washington o conflito no Sahara Ocidental. Uma delegação do Congresso norte-americano, chefiada pelo presidente da sua subcomissão africana, senhor S. Solarz, visitou, em Agosto de 79, Marrocos, o Sahara Ocidental, a Mauritânia, a Argélia e ainda a França e a Espanha numa viagem de informação e auscultação das partes directamente envolvidas no conflito.

Posteriormente, essa missão elaborou um relatório que apresentou ao Congresso, apresentado pelo próprio senhor S. Solarz. O documento, que se baseia em análises de peritos militares norte-americanos, defende que o rei Hassan II trava «uma guerra impossível de ganhar» e nenhum tipo de armamento norte-americano, por mais sofisticado que seja, poderá inverter o curso dos acontecimentos.

Pela sua actualidade e «realismo» reproduzimos alguns extractos desse documento assinado por Solarz.

«A Polisario criou uma nação»

«No início da minha visita à região, eu estava inclinado a pensar que deveria haver uma razão de



Os controversos tanques M-60

ordem política e estratégica suficientemente credível que nos levasse a alterar a nossa política de venda de armas a Marrocos, fornecendo-lhe mais quantidade de material de guerra. No fim da minha viagem, fiquei convencido que a proposta de venda de armas ofensivas a Marrocos poderia ter consequências negativas muito graves para a política externa dos Estados Unidos.

Se bem que os porta-vozes marroquinos afirmem que a Frente Polisário é uma simples criação da Argélia e que os seus membros são mercenários argelinos e refugiados do Sahel, essas alegações são desmentidas por relatórios de observadores

mais objectivos. Foi a visita da missão das Nações Unidas de 1975, conduzida pelos representantes de dois Estados conservadores, o Irão (*) e a Costa do Marfim, quem pela primeira vez chamou a atenção do mundo para a posição dominante que ocupava politicamente a Frente Polisário no Sahara Ocidental. Relatórios mais recentes elaborados por especialistas da região, jornalistas e observadores experimentados dos movimentos de libertação em África que visitaram os campos de refugiados sarauis em Tindouf e viajaram com unidade de guerrilha no interior do Sahara Ocidental, confirmam que a Frente Polisário não é senão a população autóctone do Sahara Oci-

dental. Afirmam, igualmente, que a Frente Polisário conseguiu cfiar uma consciência política nacional oposta a um sentimento puramente tribal e atingiu um grau extraordinário de eficácia e de independência organizacional.

Como o fez notar um político espanhol bem conhecido e possuidor de uma larga experiência do problema do Sahara Ocidental: «A frente Polisario criou uma nação»

«Uma guerra impossível de ganhar»

«Segundo os peritos militares norte-americanos, o exército marroquino apenas estaria em condições de realizar melhoramentos parciais na sua desfavorável situação militar, qualquer que seja o material militar que nós lhe fornecêssemos. As principais fraquezas da estratégia militar marroquina no Sahara Ocidental são as comunicações, o comando e o controlo. O problema reside na recusa do Rei em dar suficiente autonomia aos seus oficiais para que estes possam comunicar directamente entre si e reagir rapidamente aos acontecimentos nas suas próprias regiões. Como o Rei receia uma repetição dos golpes de Estado intentados em 1971 e 1972, continua a insistir na hipercentralização das estruturas de comunicações e comando. Daí que, muitas vezes, decorram longas horas entre a informação de um ataque a uma guarnição marroquina e a chegada de reforços vindos dos arredores, pois o pedido tem de passar por Rabat. Mais, os oficiais fora do Estado-Maior não têm autoridade para fazer deslocar patrulhas preventivas.

Estas condições contribuem tanto para minar o moral dos militares quanto a rudeza do clima, os cada vez mais numerosos raids dos guerrilheiros da Frente Polisário e o fosso existente entre os oficiais in-

competentes e corruptos e os simples soldados.

«A nova decisão de vender armas a Marrocos destinadas especialmente a serem utilizadas no Sahara Ocidental, apresentará vantagens para a nossa política? Mas quais são as vantagens que se presume resultarem desta decisão?

Alguns dizem que nós deveríamos mudar a nossa actual política de venda de armas a Marrocos — ou seja, aumentar a venda de armas ofensivas — a fim de manter ou reforçar a nossa mutuamente benéfica relação com o regime pró-ocidental de Marrocos; ou melhor ainda, a fim de impedir que um rei amigo seja obrigado a renunciar ao seu trono porque se vê constrangido a renunciar ao Sahara Ocidental.

«Não subsistem dúvidas que Marrocos ajudou de muitas maneiras o Ocidente e muito particularmente os Estados Unidos. O governo marroquino, por exemplo, permite aos nossos navios de guerra escalarem os seus portos, os nossos aviões se abastecerem nos seus aeroportos. E ajudou a facilitar o começo dos contactos entre Sadat e Begin, que culminariam nos acordos de Camp David. Enviou, igualmente, tropas para o Zaire na província do Shaba a fim de proteger os interesses ocidentais quando da segunda invasão do Zaire por exilados katangueses a viver em Angola.

«Se é evidente que é do nosso interesse manter relações estreitas e construtivas com Marrocos, isso não implica que tenhamos a obrigação moral e política de apoiar Marrocos numa guerra que é injusta e impossível de ganhar.

«A verdadeira ameaça para o rei não vem tanto do exterior, mas do próprio interior. O rei não tem os meios militares para expulsar a Frente Polisário do seu território, assim como a Frente Polisário não tem meios de pôr Marrocos fora do Sahara Ocidental. Mas ao encora-

jamos o rei a manter a ilusão que uma vitória militar é possível, não fazemos senão prolongar em vez de encurtar a guerra. E com os milhões de dólares que gasta numa guerra que não pode ganhar, o rei teria mais capacidade de fazer face aos problemas que tem de enfrentar no interior do país.

Os riscos de internacionalização do conflito

«O que é mais grave, é que quanto mais o conflito se prolonga mais são os riscos de escalada e internacionalização. Ultimamente, o Egipto tem-se, de certa forma, ingerido no conflito ao transportar por navio armas ligeiras e munições para Marrocos. Até ao presente, a Frente Polisário tem-se abstido de recrutar maciçamente populações de etnia sarauí a viverem na Mauritânia ou de utilizar o território mauritano para atacar posições marroquinas no Sahara Ocidental. A Frente Polisário também não tem tentado obter equipamento militar ou conselheiros soviéticos ou cubanos. Se mudamos a nossa política, os países de Leste poderiam utilizar isso a seu favor, tendo em vista, sobretudo, as perspectivas militares favoráveis da Frente Polisário e o largo apoio diplomático de que goza. Poderiam vir a tomar parte num conflito em que até ao momento não interviam.

«Actualmente, uma alteração na nossa política de venda de armas acentuaria a crise, afectando o nosso prestígio, em vez de atenuá-la. Com efeito, o equipamento militar em questão não alteraria de forma significativa a posição militar e diplomática de Marrocos mas colar-nos-ia ainda mais a uma situação que se deteriora.» □

(*) Ainda se vivia no tempo do xá Reza Pahlevi.

“Não fazemos a guerra pela guerra”

O Primeiro-Ministro da RASD adverte:
«As guerras coloniais, muitas vezes,
arrastam a queda dos regimes que as provocam»

Alberto B. Mariani

As autoridades e a imprensa marroquinas acusam-vos de ser «salteadores de caravanas» que passaram a utilizar o «Land-Rover» em vez do tradicional camelo. Qual a sua opinião sobre esta acusação?

Estamos a par de tudo o que se diz a nosso respeito. Falou-se muito, com efeito, da dualidade e da oposição entre nómadas e sedentários que povoam estas regiões; e continuam a acusar-nos de sermos simples «salteadores de caravanas» que se divertem a «fazer a guerra» por se recusarem a reconhecer fronteiras delimitadas ou um Estado centralizado...

Chegaram mesmo a acrescentar que, no fundo, um Estado saharauí não teria sequer razão de existir, pois, sendo «um país sem recursos», estaria destinado a viver da ajuda internacional.

Os nossos adversários utilizam esses argumentos para desqualificar a essência da nossa luta aos olhos da opinião pública internacional; mas, creia-me, eles não o conseguirão.

Um exemplo: acusam-nos de ser um conjunto de tribos e de famílias sem qualquer espécie de noção estatal, quando nós, na verdade, existimos como Estado, como governo e como organização social de sociedade desde 27 de Fevereiro de 1976, data da proclamação da República Árabe Saharaui Democrática; continuamos a afirmar que não conseguiríamos assegurar a sobrevivência de quase 70 mil cidadãos — é o número

que eles dão — do futuro Estado saharauí, mas, ao mesmo tempo, toda se esforçam-se por deitar a mão às imensas reservas de fosfatos existentes no nosso país!

É muito fácil acusarem-nos, mas a realidade dos factos não pode ser escamoteada pela simples propaganda.

«Cabe aos marroquinos decidir entre a guerra e a paz»

E qual o estúdio actual desta guerra?

A luta do povo saharauí atingiu já uma fase muito avançada, tanto no terreno militar como no plano internacional.

Sobre o terreno, nós demonstramos que estávamos em condições de infligir aos marroquinos derrotas e reveses comparáveis aos de Bir Anzaran, Iebouirat, Smara, Mahbes, Ouarkiz, etc.

No plano internacional, nós conseguimos explicar as nossas razões e fazer muitos amigos. Aliás, a última resolução das Nações Unidas — que convidou o governo marroquino a entabular directamente negociações connosco — é disso prova.

Se o governo marroquino estiver disposto a aplicar as resoluções das Nações Unidas, não seremos nós quem levantará problemas. Poderíamos então negociar e resolver o problema em pouco tempo.

Tudo depende dos marroquinos, evidentemente. Cabe a eles decidir se querem continuar a guerra ou, pelo contrário, chegar a um compromisso.

No que nos diz respeito, quero sublinhá-lo, não fazemos a guerra pela guerra. Se há outros caminhos para consagrar o direito à independência do povo saharauí, nós estamos dispostos a percorrê-los.

A Frente Polisario parece procurar um compromisso, mas a nível do terreno a guerra prossegue violentamente. A região de Ras-El-Khanfra, perto da fronteira de Marrocos com o Sahara Ocidental, tornou-se, desde Setembro do ano passado, palco constante de violentos combates. Como interpretar essa procura duma solução negociada e, por outro lado, a intensificação cada vez maior da guerra no próprio interior de Marrocos?

É muito fácil declarar a guerra, mas é muito mais difícil determinar a amplitude e a superfície em que ela se travará.

Em 1975, por exemplo, Marrocos pôde invadir o nosso país e estender-se praticamente a todo o Sahara Ocidental. Mas após a ofensiva de 1979, durante a qual a ocupação marroquina pôde ser rechaçada, estávamos em condições de desenvolver operações militares no interior do seu próprio território. É a lei da guerra.

Actualmente, após todas as derro-

tas que sofreram no terreno, os marroquinos tentam construir uma linha de defesa, assim como uma pequena muralha da China, num triângulo a que os seus estrategos apelidam de «triângulo útil»: ou seja Bou Craa, Smara e Tan-Tan. Daí que haja toda uma enorme concentração de tropas numa mesma região: em Ras-El-Khanfra. Desde Setembro de 1980 que esta região se tornou num imenso campo de batalha.

Dado que o nosso exército de libertação nacional controla já 90 por cento do território saharauí, vemo-nos obrigados a concentrar os nossos ataques nessa região. Não procuramos a «zaragata», queremos apenas desalojar os invasores marroquinos do nosso país.

O rei Hassan II de Marrocos não teve a coragem, como De Gaulle em 1962 em relação à Argélia, de pôr fim às hostilidades e de reconhecer o nosso direito à independência. Limitou-se apenas a tentar construir essa pequena «muralha da China» pensando poder conservá-la...

Ele sabe que não ganhará a guerra, mas mesmo assim procura privar-nos de uma parte do nosso território com este novo ardil do «triângulo útil». Podemos nós consenti-lo?

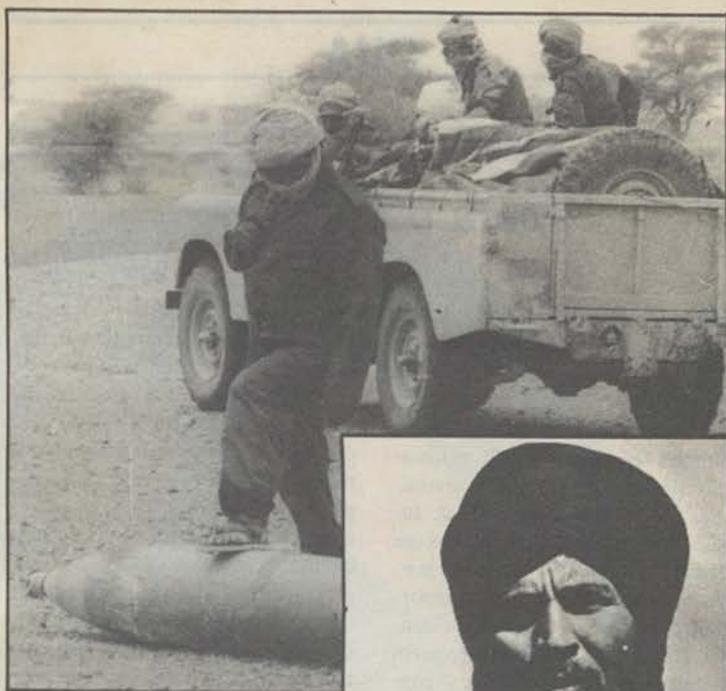
Um «25 de Abril» em Marrocos?

Nesse contexto, como antevê a evolução do conflito e, sobretudo, como encara o futuro da vossa causa?

Todas as guerras coloniais terminam da mesma maneira: pela vitória dos povos que, de armas na mão, lutam pela sua libertação. É a História que o ensina.

Mas isso não é tudo, as guerras coloniais, por vezes, arrastam também a queda dos regimes que as promovem.

Tomemos o caso de Portugal. Nesse país havia um regime reacionário que há quase 50 anos estava



Mohamed Lamine,
Primeiro-Ministro da RASD,
(à direita):

«Não procuramos a zaragata, queremos apenas desalojar os invasores marroquinos do nosso país».

no poder; parecia ser eterno. Com efeito, os partidos democráticos portugueses, para utilizar uma linguagem militar, nunca tinham conseguido entrar nas linhas de defesa do regime de Salazar ou de Caetano. Por fim, foi devido à guerra colonial que se produziu a revolução portuguesa e a mudança de regime. Quem nos diz que o mesmo não se poderá vir a passar em Marrocos?

Esta guerra pode vir a acabar com dois tipos de cenários: ou o rei terá a coragem de pôr fim ao conflito, garantindo dese modo a sucessão do

poder para o seu filho; ou, em virtude da guerra, ele e o seu reino desaparecerão como as tempestades de areia... tão frequentes no deserto.

Com efeito, o exército marroquino, que não está convencido do fundamento desta guerra, seguramente acabará por se vingar no rei; e o povo, que sofre as consequências da pesada crise económica existente no país, revoltar-se-á e fará a revolução na rua...

Cabe ao rei de Marrocos escolher!



OUA

Que referendo para o Sahara?

CONTRARIANDO os profetas da desgraça, que todos os anos prevêem a divisão da Organização da Unidade Africana (OUA) ou a sua transformação numa simples sede de queixas e reclamações sem sequência, a 18.ª cimeira, que, na noite de 27 para 28 de Junho, encerrou os seus trabalhos em Nairobi (Quênia), foi bastante produtiva. As três questões mais importantes em debate — Sahara Ocidental, Namíbia e Chade — mereceram o consenso dos participantes, consenso que se estabeleceu no sentido da libertação dos povos e da manutenção da paz.

A questão que mais atraiu as atenções mundiais e que tem vindo a constituir uma das ameaças à unidade da OUA, foi a do Sahara Ocidental. O modo como foi abordada nesta «cimeira» e as medidas adoptadas poderão estar feridos de ambiguidade, mas uma coisa é certa — em Nairobi, a questão do Sahara assumiu um carácter irreversível. O rei de Marrocos reconheceu, pela primeira vez, que «existe o Sahara, que existe o povo Saharai» (como diria, mais tarde, o presidente Samora Machel, de Moçambique).

Reconheceu também que o conflito que opõe Marrocos à Frente Polisario é entre aquele país e uma entidade nacional diferente da marroquina e não — como durante tanto tempo foi a tese oficial de Rabat — um litígio entre Marrocos e Argélia. O chefe de Estado marroquino reconheceu ainda que existe uma solução para o conflito, diferente dos «arranjos» procurados até aqui e da

anexação do território.

Várias razões levaram Hassan II a estas cedências essenciais: a situação de impasse militar, a que, mais uma vez, foi conduzido um exército colonial, o crescente isolamento do regime (agravado com a mudança de poder em França), as dúvidas sobre a eficácia agora da chantagem quanto ao abandono da OUA, e as dificuldades internas do regime (bem evidenciadas pela amplitude dos protestos populares, duramente reprimidos, que causaram, segundo fontes da oposição, mais de 600 mortos).

Hassan joga na ambiguidade

Estes os dados essenciais da questão. Vejamos agora as ambiguidades. O «plano» de Hassan II recebeu uma ampla publicidade prévia, promovida pelo rei, e, portanto, a surpresa terá sido apenas quanto ao conteúdo, que se desconhecia. A desconfiança que esta iniciativa de Hassan suscitou foi imediata: tratar-se-ia de uma manobra dilatária, a fim de dar tempo à conclusão das obras de fortificação de Boucraa e El-Ayun? De uma manobra para fazer esquecer os resultados da «cimeira» do ano passado?

A apresentação do plano e os termos habilmente ambíguos em que Hassan II o formulou na OUA não serão de molde a dissipar todas as dúvidas quanto às suas reais intenções. E daí que muitos Estados membros tivessem proposto pontos muito concretos para o plano demasiado vago, pontos como, por

exemplo, o reconhecimento da Polisario e o compromisso da retirada das tropas marroquinas. Independentemente, porém, das ambiguidades da fórmula, Hassan II criou um facto novo, e, por isso, a sua proposta acabou por receber a aceitação da própria Polisario, a princípio resolutamente hostil.

Os termos finais da resolução da cimeira omitem também pontos importantes como os acima indicados, e parecem seguir mais a posição marroquina que a dos países que alinham pela RASD. Mas fornecem, apesar de tudo, um quadro dentro do qual pode alcançar-se a paz.

Em síntese, cria-se uma comissão *ad hoc* dotada de plenos poderes e constituída por sete países: Guiné, Mali, Quênia, Nigéria, Serra Leoa, Sudão e Tanzânia; recomenda-se que ambas as partes em conflito observem um cessar-fogo imediato; recomenda-se que a comissão se reúna antes do fim de Agosto deste ano com as partes em conflito, para que, em colaboração com estas, sejam elaborados as modalidades e outros pormenores relativos à instauração do cessar-fogo e à organização do referendo. Recomenda-se a colaboração das Nações Unidas para fornecer uma força de manutenção de paz, a qual ficaria estacionada no Sahara até à realização das eleições subsequentes ao referendo e o auxílio da ONU para a organização do referendo.

Na aparência, isto poderá constituir um recuo perante os resultados obtidos na «cimeira» de Freetown, na qual a RASD foi admitida como membro da Organização por maioria de votos (26). Decisão que, recorde-se, nunca chegou a ser executada. Mas nunca é demais repetir que em Nairobi a questão do Sahara foi colocada em termos qualitativamente novos, pelo reconhecimento da potência agressora da existência da realidade nacional saharai. Daqui decorrem consequências que nenhuma manobra poderá já apagar.



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



ANGOLA AIRLINES

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
económica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacunco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532

